

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, POMPEU CAVALCANTI e PANTALEÃO PESSOA

N.º 71 e 72

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1919

Anno VI

Numero duplo e augmentado de 8 paginas

PARTE EDITORIAL

Problemas que esperam os novos Ministros da Guerra e da Marinha

I



S ministros das pastas militares do novo Governo iniciam sua gestão em condições particularmente difficeis para elles e num momento historico em que são sombrios os horizontes da sociedade em geral no mundo inteiro.

Em semelhante momento sente-se instinctivamente que a cada instante pôde o Governo ter de recorrer firmemente á força para manter a ordem interna, na forma constitucional — tal é a rumorosa effervescencia dos animos nas numerosas classes proletarias, conturbadas pelo exemplo vago mas estonteante do velho mundo, e quasi insupportavelmente premidas na luta pela vida.

E deante desta necessidade sempre imminente, hão de desenhar-se aos olhos do dirigente cauto os contornos imprecisos de problemas militares importantissimos, de todas as especies e todos correlatos, ainda mal abordados.

O que é preciso fundamentalmente é, de um lado, orientar a acção directora pelo criterio inflexivel — ao mesmo tempo julgador inexoravel — da **efficiencia do aparelho militar**; de outro lado, da parte das classes militares a mais perfeita solidariedade nos pensamentos e na conducta, expressa pelo rectilineo **cumprimento do dever profissional**.

*

Na pasta da guerra uma circumstancia nova ha, porém, capaz de muito facilitar a conducta do Governo em todas as questões, que, expli-

cita ou implicitamente, entendem com a defesa nacional: é a presença da missão militar estrangeira. Além do mais a sua acção catalytica ha de ser irrecusavel. Não só o Governo e em particular seu secretario da pasta da guerra hão de sentir-se estimulados em mostrar ao mestre estrangeiro, pelo menos, a convicção da conveniencia de se haver contratado a missão, como tambem o Poder Legislativo, que deu a autorização respectiva, ha de se mostrar coherente, facilitando em tudo que d'elle depender o maximo rendimento da missão, unico meio intelligente e patriotico de reduzirmos ao minimo, como é necessario, a duração de sua presença, certamente onerosa. Nossa officialidade igualmente se empenhará em dar o melhor de seus esforços, mais pelo amor proprio despertado que pela certeza de que as autoridades cuidam melhor das necessidades do exercito. Impôr-se-á tambem mais nitido o entendimento constante dos diversos ministros com o da guerra em todos os assumptos ligados á defesa nacional, cessando a estranha conducta de onde parece que cada um pertence a um paiz estrangeiro differente. A propria opinião publica, por fim, á proporção que fôr testemunhando as vantagens decorrentes, melhor comprehenderá e favorecerá a acção governamental em materia de defesa nacional.

Pensamos assim, que, ao lado do impulsionamento ao serviço já contratado com a missão, cumpre **ampliar o contrato**, no sentido de tirarmos da missão o maximo que ella possa dar, afastar o cerceamento inicial que numa especie de recuo se applicou á sua acção, limitando-a ás escolas militares, com excepção da do Realengo, não obstante expontanea indicação apresentada pelo Estado Maior do Exercito.

Quemquer que reflecta ligeiramente reconhecerá como são numerosas as partes do mecanismo militar em que seria desejavel uma poderosa acção lubrificante e impulsionadora...

*

A todas sobreleva, porém, a questão da **autonomia do Estado Maior** ou melhor a racional discriminação entre as funções deste órgão e as do Ministro da Guerra. E' assumpto que temos tratado incançavelmente e que desta vez apenas referiremos. Elle será logo adiante abordado nas considerações relativas á defesa naval, com as quaes a penna sincera e proficiente de illustre *correligionario* nosso da Marinha de Guerra abrilhanta este editorial.

Destaquemos porém aqui a questão da *harmonia* dos ministerios. Se está esboçado um entendimento entre o da guerra e o da marinha, graças á troca de delegados junto aos respectivos estados-maiores, iniciativa dos actuaes illustres chefes destas repartições, não existe todavia ligação systematica com os outros.

Em todos elles ha questões capitaes que affectam fundo a defesa militar do paiz; seria elementar submettel-as pelo menos á collaboração do órgão preposto ao preparo desta defesa, o estado maior do exercito — pois a *marinha de guerra*, como se diz, «*é uma das armas do exercito*» — Citemos apenas os problemas da **viação** e da **educação nacional**.

O problema do **recrutamento** das praças, em que pése á profunda agitação patriotica que determinou nestes ultimos annos, ainda se acha insolvido e, como mostram trabalhos de collaboração com que hão distinguido as nossas columnas chefes competentes, ha defeitos tão graves no sonhado remedio, o sorteo, e tanta fraqueza, tamanha falta de sinceridade tem presidido á sua applicação e aos correctivos, que os mais extremados, não sem certa razão, consideram o serviço militar fracassado.

Olhando a situação pelo seu aspecto final, o preparo militar dos cidadãos, ninguem seria assáz atrevido para occultar que estamos talvez tão mal aviados como antes de haver sorteo. A incorporação persiste incompleta em numero e incerta no tempo, e estas duas condições medem a efficiencia do apparelho militar quanto ao rendimento em gente instruida e definem a ordem, perfeição e regularidade dos cursos dessa instrucção militar. A segunda dessas condições é sem duvida a mais importante: mais vale que fique inatingido o effectivo calculado para a incorporação, comtanto que a inclusão dos homens, a matricula na escola da defesa nacional, tenha um termo certo. E praticamente o que se pode tolerar é que haja uma primeira epoca para a incorporação do contingente total de recrutas, e depois uma segunda, mas ultima, para a do contingente suplementar com o qual se intende cobrir as faltas da 1ª chamada.

Além da revisão da lei do sorteo, segundo os principios que se impõem e que o Estado Maior já terá recommendado, cumprirá que a **nossa imprensa** execute uma propaganda intelligente, pratica, infatigavel e que, secundado por ella, o Governo Federal apelle para os dos Estados, estes para seus municipios, e todos ajam sobre os nossos patricios no sentido de se produzir no assumpto a necessaria solidariedade de esforços e de contribuição. E' um dever de lealdade, de camaradagem se assim se póde dizer, e de honestidade, de cada um destes elementos para com os semelhantes, contribuir equitativamente no grande imposto nacional do preparo para a defesa da patria commun.

Cada um que sonegue o seu tributo sobre-carrega aos outros. Os Estados devem esperar, reclamar mesmo, uns dos outros, que cada um forneça um contingente de recrutas proporcional á sua população, e cada um, dentro de seus dominios, deve impôr a seus municipios — os quaes esperam e reclamam equidade — igual, isto é, proporcional contribuição. Nos municipios, finalmente, os individuos da mesma classe devem esperar e reclamar que entrem no alistamento todos os compatricios da mesma idade, afim de que todos corram o mesmo risco do tributo verdadeiramente effizaz da incorporação pelo sorteo. Ainda mais, os não sorteados hão de se interessar para que todos os de sua classe se preparem nos tiros de guerra, ou simplesmente na pratica do tiro real, auxiliando assim o serviço das casernas que não podem realisar o ideal de receber toda a classe que attinge a idade do serviço militar.

Como porém a distribuição da população não corresponde á dos corpos, e como não convenha manter o anachronico, oneroso e perturbador systema de longuissimas viagens de incorporandos, a média de recrutas a fornecer não póde ser uma unica para todo o Brasil.

Os Estados do Norte terão a menor média, os do Sul e Matto Grosso tel-a-ão maior; e não poderá deixar de haver deslocamentos de contingentes de estados de menor guarnição para os mais proximos, mais fortemente guarnecidos.

Como complemento da verdadeira realisação do recrutamento impõe-se a effectiva presença dos officiaes na tropa e este problema ainda não permite, quanto aos officiaes subalternos, outra solução senão a da **distribuição equitativa** entre a tropa e os serviços. O nosso quadro é insufficiente e a recente remodelação pouco adiantou neste sentido, pois que não creou officiaes; a escola militar é que ha de forne-

cel-os aos poucos, si houver continuidade, si se não perder de vista este lado capital de sua significação.

*

Peior ainda que a formação de reserva de soldados está a dos quadros. Por falta de propaganda e por certos exageros nas condições exigidas para candidatos ao **officialato da reserva** não se pôde dizer que estejamos em andamento nesse terreno.

*

O recrutamento de **sargentos** acha-se em crise; falta de garantia, para o futuro daquelles rapazes que queiram dedicar alguns annos de sua mocidade, os melhores, ao amanho dos recrutas. O interesse do serviço solicita, no intuito da perfeição desses profissionaes semi-permanentes, que elles demorem largos annos na fileira; a necessidade de formar reserva de sargentos e da de renovar-os impõe sua exclusão ao cabo de alguns annos.

E o justo interesse pessoal delles? que não deixa de ser tambem social: o seu futuro? Urge uma lei para seu **aproveitamento em cargos civis**, publicos ou não, na qual tambem poderiam, com vantagem para o thesouro, ser contemplados os officiaes reformados.

E' um assumpto em que se impõe a collaboração de todos os ministerios, porque desse modo de recrutamento para um grande numero de categorias de funcionarios resultariam tambem grandes vantagens para os serviços, graças ao habito de ordem, de disciplina, e de trabalho, que trariam da caserna.

E independente de lei geral, dentro de cada um dos ministerios devia haver ha muito, espontaneamente, como norma, o aproveitamento de ex-militares nos seus cargos civis.

*

Em seguida ao pessoal, está por iniciar o problema do outro elemento vivo da defesa nacional: o cavallo. **Não temos remonta** organizada. Mais um problema em que a par das condições de detalhe, proprias á attenção do Ministro da Guerra, impõe-se a collaboração de um Ministro de pasta civil, a da agricultura. Os cuidados com a população cavallar, equina e muar são de interesse nacional geral. Incentivar a criação do cavallo creoulo e para o cavallo de guerra tratar de melhoral-o por uma selecção intelligente pelo cruzamento com o puro sangue arabe, segundo as mais autorisadas opiniões; estimular a importação de reproductores, facilitar a cobertura de eguas seleccionadas, por granhões do Estado, impôr a limitação ao direito de cobertura pelos

granhões particulares (só os que satisfaçam certos requisitos), regulamentar a selecção das eguas, manter em dia a estatistica dessa população, normalisar o mercado e fixar um preço médio rasoavel para aquisição dos productos pelo exercito, são questões de interesse visceralmente militar e nacional, que não podem ser resolvidas só em uma das secretarias do Governo. Ao Ministro de Guerra em particular restarão as questões de depositos de remonta, forrageamento, manter estabulados em certo praso e em certo numero os animaes imprescindiveis á instrucção.

*

A questão do **material** para o exercito demanda o mais acurado estudo, já para aperfeiçoar o que temos feito como para resolver o que falta. Dentre os problemas de fabricação a que ella dá lugar, interessando pois a economia nacional, avulta com o mais relevante, de mais radical influencia em todos os ramos da produção, a siderurgia. O ultimo relatorio ministerial define perfeitamente o problema.

*

Quanto aos fornecimentos de effeitos produzidos pelas industrias civis, não se comprehende a evidente vacillação, falta de confiança e de convicção na verdadeira applicação do systema descentralisador das **massas**. O quantitativo estipulado para as primeiras aquisições e para as renovações, proporcional ao effectivo em homens e á duração média por objecto, distribuido aos corpos e repartições multiplica os órgãos interessados no provimento, estimula-os na aquisição do *bom* e do *tudo*, e instiga a concurrencia dos productores.

Mas tudo isso só se alcança quando a massa é realmente posta com antecedencia á disposição dos agentes das aquisições. E' um caso de collaboração do Ministro da Fazenda.

*

Tendo pessoal e material — e só assim — está a machina em condições de trabalhar, de produzir. E' porém inherente á natureza desta machina que sua produção não pôde ser posta em prova na paz; o unico recurso para obter relativa garantia de que ella corresponde ás necessidades para as quaes é mantida, está evidentemente, em proporcionar a essa instrucção os meios que permittam levar-a o mais longe possivel no terreno da verosimilhança, fazel-a tanto quanto se possa consoante a guerra: o exercito precisa de **campos de instrucção**. Nelles se executarão com a segurança devida á população e á propriedade os exercicios de tiros reaes de

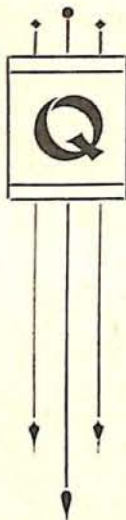
cômbates simulados, e se effectuarão os exercicios tacticos das maiores unidades de cada arma, como tambem os de pequenas unidades combinadas. O modelo que vae surgindo em Gericinó precisa de ser reproduzido para as outras divisões de exercito.

Sobranceando o problema da instrucção da tropa, dominando a orientação do esforço militar em todos os recantos de seus dominios, depara-se com o magno problema do **ensino militar**. As bases recentemente decretadas precisam de retoque no sentido de firmar o ambito de cada um dos institutos. Principalmente é preciso não affrouxar no impulso já impresso para melhoramento da solução na escola militar — a fonte dos officiaes dos primeiros postos, — requintando no recrutamento do professorado, onde ainda têm guarida alguns teimosos do antigo regimen pedagogico, e no do corpo de instructores, constituido com rara felicidade, e não regateando os recursos materiaes correspondentes.

A maior attenção deve merecer a selecção dos candidatos á matricula, physica, intellectual e, mais que tudo, moralmente.

A este problema liga-se inseparavelmente o da **lei de quadros e de promoções**. Precisamos discriminar os quadros, e dentro dos que não convenha desdobrar, alistar os officiaes por especialidades, evitando a confusão nos serviços correspondentes, aggravada tambem pela competição de precedencias meritorias de uns serviços sobre outros, segundo criterios vagos, rebeldes e mutaveis. A promoção principalmente precisa deixar de ser um instituto de salvação, assumir a funcção eminentissima de «processo de recrutamento efficiente para os postos superiores». Faça-se «honra ao merito», mas primeiramente dê-se «merito aos capazes». A antiguidade pura não deve constituir titulo sufficiente para a promoção.

E' preciso ainda descobrir um meio de equiparar as carreiras nas differentes armas, pelo menos até ao posto de capitão inclusive; só assim se evitará que a escolha da arma, em vez de dictada por vocação, seja um *palpate* do cadete, e se evitará — o que é mais grave — que os cadetes mais dedicados desde a escola militar venham a ser preteridos pelos vadios ou menos competentes em consequencia da differença de arma, imposição decorrente da differença de competencia!...



II

UANTO á defesa naval—**marinha é esquadra efficiente**. Só a efficiencia do material, e do pessoal que delle se utiliza, justifica aos olhos da Nação os sacrificios feitos para manter esse instrumento da sua defesa. O problema naval do Brazil é uma consequencia do seu problema estrategico, que por sua vez decorre da orientação politica internacional do paiz.

Temos essa orientação indispensavel? Parece que não. No entretanto, a leitura da nossa historia e os nossos interesses no continente americano nos indicam uma politica internacional a seguir e d'ahi uma politica militar e naval. Por isso e pela mais inacreditavel despreoccupação do seu unico objectivo

— a guerra — a Marinha, em que nos pese dizel-o, não existe! Faltam-lhe todos os caracteristicos desse instrumento afiado, capaz de cortar os nós gordios das nossas difficuldades internacionaes. Ella não obedece em sua organização, nem em sua administração a nenhum objectivo definido.

A falta de **espírito de continuidade** na orientação dos governos; a annulação completa da **autoridade do Estado Maior**, como «órgão por excellencia da concepção e preparo para a guerra»; a facilidade com que o Congresso attende aos desejos dos Ministros, administradores a curto praso, cada qual com idéas individuaes inteiramente diversas, não póde conduzir senão ao regimen do deficit — financeiro e naval — á despesa inutil e sem limites, á irresponsabilidade e á fallencia militar...

A analyse da nossa Marinha — sob os seus multiplos aspectos — nos enche de anciedade e de duvidas sobre a utilidade real do seu emprego num dia de ameaça estrangeira. Desde 1822 que successivas administrações, constituindo uma amarra com élos das mais bizarras formas e bitolas, têm orientado os seus destinos em todos os rumos da rosa dos ventos. No entanto, «le caractère exclusif du but est le secret des grands succès»...

Entre as mais bellas maximas que nos legou Napoleão, lemos que «rien ne réssuit à la guerre qu'en conséquence d'un plan bien combiné».

Darrieus, com a estupenda perfeição do seu espirito de synthese, nos ensina que, tendo sido indicados os objectivos politicos pelo governo do paiz, devem elles determinar um plano de operações perfeitamente definido, para que a Nação não se encontre repentinamente surpre-

hendida e victimada pelas desastrosas consequências da improvisação de ultima hora e do «débrouillage sous le talonnement des événements». Commentando brilhantemente a situação dos «Confederados» na Guerra da Secessão, diz elle: «Un pays désarmé, surpris par un conflit sans en avoir prévu à l'avance toutes les conséquences, sans avoir préparé ses forces en vue de ce conflit, est acculé à la nécessité de faire appel à tous les moyens, et, pour tout dire, aux expédients...»

«O objectivo primordial de toda organização militar, de terra e de mar, é o preparo para a guerra e a sua execução quando indicada pela politica.»

Pois bem, a instituição creada desde os mais remotos tempos com o intuito exclusivo *do preparo para a guerra*, na Marinha como no Exército, e a sua execução segundo planos criteriosos e intelligentemente combinados, é o Estado Maior. Esses planos surgem naturalmente como uma consequencia immediata de um ponderado e profundo exame da situação militar do paiz em face dos seus objectivos politicos.

«Savoir bien tout ce qu'on peut faire, c'est connaitre comment on doit le faire, et l'avoir à moitié fait.» (Montechant).

Tudo quanto se prende á *preparação para a guerra* representa a expressão mais elevada da previsão militar, do methodo scientifico applicado á conducta das operações futuras, e da vigilancia posta ao serviço da victoria.

Nisso reside o coroamento da obra elaborada pelo quotidiano e paciente trabalho de cada um de nós, num mais modesto raio de acção. Sem a preparação para a guerra, tudo se transforma em chãos e anarchia, todos os esforços se reduzem a nada, deixando o mar livre á acção do inimigo. «O simples nome de — Estado Maior —, conclue o notavel commandante Castex, evoca um mundo de sentimentos patrióticos e de anciosas interrogações.»

«Parece que elle materialisa para nós uma visão de combate; temos a impressão de achar nelle a mola que no momento opportuno, impelle a mobilisação, a chamada das reservas da primeira linha, o armamento dos navios, a concentração das forças navaes.»

«A idéa de que seus calculos previram o desenrolamento mathematico desses instantes de crise, nos enche de uma legitima emoção, que faz estremecer nossos corações sempre que um incidente qualquer põe a Patria em perigo.

«La separation du ministère et de l'état-major, du service courant et des hautes études militaires, est devenu un veritable dogme accepté par tous...»

«Elle entraîne une distinction nette entre les

préparateurs et constructeurs des engins, tant humains que matériels, et leur utilisateur global (Moltke, «Commentarios» de Castex).

A's attribuições moraes e expressas do Chefe do Estado Maior General, á sua acção pessoal na formação e na manutenção da *unidade de doutrina*, a seu «controle» sobre a actividade intellectual de todo o pessoal do Estado Maior, verdadeiro cerebro pensante de um Exército e de uma Marinha, deve corresponder a precisa liberdade de acção.

«L'Etat-Major General devient le gardien né du feu sacré tactique et strategique.»

«Si le ministre forge et acère les traits, l'état-major les lance et les dirige.» (Castex).

O apparente isolamento do Estado Maior, no amplo papel de preparador material e moral, dá-lhe um proeminente lugar, basico na organização da defesa do paiz!

Como muito bem disse o Senhor Almirante Gomes Pereira, em seu ultimo relatorio, a administração naval deve ser constituída de órgãos que concorram para essa efficiencia; órgãos que devem trabalhar harmonicamente, mas com **funções definidas e autonomas**, subordinadas á orientação do Governo que estabelece a coordenação pela convergencia de esforços.

*

O objectivo na Marinha é pois, a Esquadra com a efficiencia bellica necessaria para que possa, em qualquer momento, agir em defesa da Nação, que reserva exclusivamente para esse fim uma parte de seus recursos no orçamento.

Não ha nenhum systema e nenhuma necessidade de creaturas geniaes para comprehender essas «verdades modestas, que por sua simplicidade, muitas vezes não têm sido attendidas.»

Nunca na nossa Marinha conseguimos estabelecer essa norma, tão logica e natural, que caracteriza a composição das esquadras estrangeiras: homogeneidade e evolução racional.

Nunca conseguimos delinear e executar fielmente um programma naval.

Sem sabermos a que criterio teem obedecido, vemos-os mudados, total ou parcialmente, á medida que mudam os ministros. O Estado Maior não intervem: Ninguém sabe a que criterio tactico e strategico obedecem as encomendas de navios, a locação dos arsenaes. Porque dois navios de typo «Minas», 2 cruzadores de typo «Bahia» e 10 destroyers e não 4 ou 27 ou um? Porque alteraram os planos do «Riachuelo» e por fim o venderam? Ninguém responde! Porque figuram no programma do Governo taes e taes navios? Qual o criterio que forçou taes typos e taes cifras de tonelagem? Mas, não é isso funcção do Estado Maior?

Ninguém responde perante a Nação pela razão de ser do esforço financeiro, que ella está sempre prompta a fazer, desde que seja util.

Não temos nenhum processo de **recrutamento** do pessoal marujo e nos debatemos perdidamente nas polemicas academicas e nas indecisões do recrutamento e preparo do pessoal graduado.

As nossas Escolas de Aprendizes Marinheiros constituem uma inacreditavel e inutil fonte de despesas — ellas nunca corresponderam á expectativa da administração naval e aos sacrificios do thesouro.

Taes Escolas, em edificios improprios, a ruir, sem material escolar, sem recursos, não podem produzir cousa util. E', pois, preciso reduzi-las a um pequeno numero, dispô-las em edificios convenientes e devidamente aparelhados ou desenvolver as escolas de grumetes, supprimindo totalmente as de Aprendizes Marinheiros.

Os que sustentam a idéa do sorteio marítimo para cumprir a constituição, que se oppõe a um sorteio unico — serviço militar obrigatorio ideal para o Exercito e Marinha — desconhecem as insuperaveis difficuldades da realisação pratica de semelhante medida. O que se tem passado com o sorteio militar para o Exercito nos dá perfeita idéa do que seria o sorteio marítimo por todo o nosso littoral! Não cremos que isso seja realisavel.

As escolas profissionais, onde se vão especialisar os nossos marinheiros e inferiores, estão inteiramente desapparelhadas, falta-lhes tudo; devidamente installadas e reunidas sob a direcção geral de uma **Inspectoria do Ensino Naval**, com orientação technica (programmas de ensino) do Estado Maior, poderão resolver satisfactoriamente o nosso problema, desde que sejam desdobradas algumas especialidades, como a de torpedistas-mineiros, escaphandristas e signaleiros-timoneiros, que deverão constituir especialistas independentes e seja creada uma Escola de Apontadores para a especialidade de artilharia. Precisamos dar desenvolvimento vigoroso aos exercicios de tiro, adoptando definitivamente a orientação americana nos exercicios de artilharia e torpedos.

No que se prende aos officiaes, a Marinha começa a sentir os effeitos da «frustrada» tentativa da «fusão dos quadros» dos corpos de Marinha e Machinas; dentro de pouco tempo nossos navios não terão sufficiente numero de **eugeneiros-machinistas** e teremos que appellar para os serviços dos «Machinistas Auxili-

liares», sub-officiaes de cultura technica mais que insufficiente para as responsabilidades do serviço das machinas das nossas modernas unidades navaes.

A solução deste problema exige acção prompta, immediata e energica no Regulamento da Escola Naval, e medidas correlativas.

A **lei de promoções** dos officiaes precisa ser reformada: E' indispensavel a exigencia de provas de capacidade, de modo que — em todos os grãos da escala hierarchica — a saúde e vida longa não sejam argumentos de acesso que possam impunemente conduzir aos mais altos postos.

O nosso material fluctuante soffre as consequências do tempo e da falta de „reservas“. Todos os nossos navios foram usados a um tempo; a um tempo todos precisam de reparos; a capacidade industrial do Arsenal de Marinha e da Directoria do Armamento é ridicula para attender a esses encargos; a orientação e o aparelhamento da nossa usina central de construcções e reparos e os seus methodos administrativos, attingem as raias do inacreditavel, em materia de deficiencia.

Para os reparos e conservação dos navios, foi o Governo obrigado a appellar para a nossa pequena industria particular de construcções navaes, que tem sido, até certo ponto, providencial, si bem que insufficiente.

Torna-se preciso pôr o nosso **Arsenal de Marinha** em pé de utilidade, entregando-o á direcção de um Cuniberti, affeito á solução dos complexos problemas que caracterisam a administração de um Arsenal de Marinha.

O **Deposito Naval** não póde attender aos fornecimentos mais indispensaveis: faltas de verbas, deficiencia de stocks no proprio Deposito e nos mercados nacionaes; as condições de pagamento aos fornecedores, etc., etc., escasseiam e encarecem as mercadorias. Nesse entretanto, os navios esperam; alguns, annos, pelos reparos e medidas de conservação, inutilisam-se e inutilisam o pessoal, que por falta de treinamento não adquire a necessaria efficiencia.

As guarnições passam tempo exaggeratedo sem receberem os seus «semestres» de fardamento.

O **Hospital Central de Marinha**, collocado premido á ilharga do Batalhão Naval, é um attentado á dignidade da Armada: *Não tem nem uma enfermaria para officiaes, nem para sub-officiaes, nem cousa alguma que se pareça com um verdadeiro Hospital!*

Nos Estados, a assistencia aos doentes e feridos, toca ás raías da tragedia!

Por falta de auxilio, a **Inspectoria de Navegação** não produz os «detalhes hydrographicos» da nossa costa, das cartas levantadas por Mouchez em 1860. Por esse mesmo motivo, as Capitánias de Portos não teem como conservar e repôr em seus lugares as boias do balisamento da costa, nem como fiscalisar a navegação e as pescas em todo o nosso littoral.

A **pescas** não é explorada, não tem base scientifica nem fiscalisação.

Destroe-se cruel e criminosamente a nossa fauna maritima — com rêdes de malhas minúsculas e com dynamite! Não ha piscicultura organizada pelo Governo para refazer as cardumes. E' a ruína tolerada! Parece que vae ter agora paradeiro com a missão scientifica de que foi encarregado o Cruzador Auxiliar «José Bonifacio».

Quanto ás **bases navaes** indispensaveis, — pelo menos uma — para a sua acção effizaz em tempo de guerra, o Estado Maior ainda não conseguiu se fazer ouvir: a de São Francisco do Sul ainda está em projecto...

Cogita-se da mudança do Arsenal e serviços do porto militar para a Ilha Grande.

A menos que hajam capitalistas e industriaes que queiram se encarregar d'essa installação e explorar as industrias maritimas de construcção em grande escala, julgamos que essa medida é de grande folego, demasiado folego talvez, para ser tomada pelo Thesouro.

A barra do Rio de Janeiro está indefesa.

Taes são, apezar de tudo, as condições actuaes do nosso Exercito e da nossa Marinha — que já teriam desaparecido se não fôra o fogo sagrado que anima a melhor parte de sua officialidade, para a qual não ha desanimo, não ha nada que possa abater! Ao seu espirito de dedicação, de sacrificio e desinteresse, ao seu grande patriotismo se deve ainda essa notoria ancia de aperfeiçoamento, de efficiencia do apparelho militar. E não ha conseguil-a sem a fundamental **sensibilidade profissional** para perceber os defeitos, e depois... a **co-ragem e perseverança** para os encarar e cural-os.

Ministros civis nas pastas militares

Alguns órgãos da nossa imprensa diaria discutiram: com accentuada superioridade de vistas o rompimento da praxe instituida pela Republica, quanto á designação dos ministros para as pastas militares.

E' essa discussão um dos bellos symptomas da transformação do espirito publico e a mais evidente prova do interesse com que o meio civil vae encarando as questões da nossa defesa militar.

Assim como do sentimento dos militares de terra ou do mar desapareceu inteiramente, pela convicção, o descabido preconceito de classe, tambem na opinião publica, só persiste a idéa profissional, o sentimento de que **os militares** como os advogados, os medicos, os engenheiros, os industrialistas, etc., **são cidadãos brasileiros** igualmente dignos e só distinguiveis pelos conhecimentos e educação especiaes em que formaram e treinaram a sua intelligencia e actividade.

Na phase difficilima dessa metamorphose de idéas, na transformação do ridiculo apparelho militar que nos legou a monarchia em 89, legado que se constituia de uma policia mal disfarçada, quando a Europa já attingia a um grande aperfeiçoamento militar e haviamos soffrido as duras provações de uma longa campanha, nessa phase de passos tardos em que a autoridade de um exito demorado e os interesses em lucta constituíram serio entrave, administraram e nos orientaram os chefes militares, conquistando lenta mas seguramente as mais difficeis etapas da nossa evolução militar.

Os trinta annos de regimen republicano podem, sob o ponto de vista militar, ser divididos em tres periodos distinctos: o da consolidação da Republica (89 a 94) em que predominou o sentimento politico; o das compensações e applicação geral das normas politicas instituidas pela Constituição de 24 de Fevereiro (95 a 907); o das reformas, inicio da preparação methodica da nossa defesa militar, primeiro grande passo para uma organização compativel com a epoca (908 a 919).

Emquanto nos dois primeiros periodos destacaram-se os prestigiosos e inolvidaveis chefes militares Deodoro, Floriano, Saldanha da Gama e Mallet, no ultimo — um decennio apenas, — muitos foram os

que nas duas classes armadas pela sua competencia e patriotismo fluctuaram em um meio bem mais exigente, lutando, discutindo, regulando e executando tudo o que de moderno, util, adaptavel e compativel com os nossos recursos, convinha e podia ser applicado entre nós.

Periodo de grandes difficuldades em que tudo se substituiu e se transformava, desde os methodos de educação até o material e os deveres peculiares a cada posto, estes sobrecarregados pela diversidade de funcções, originou, como era natural, um certo *desequilíbrio domestico*, porque a corrente de aperfeiçoamento brotava incessante, por vezes impaciente, nas camadas inferiores, e a grande massa predominante, representada em todas as camadas, tendia por instincto de conservação a impedir o curso das novas exigencias, só se deixando levar a pouco e pouco. Ahi o observador intelligente perceberá a resistencia contra os elementos de maior vontade e energia, exactamente os que podem realisar as transformações em marcha.

Como parcellas de governo, os nossos chefes militares conservaram um exagerado sentimento da vontade do povo e das condições do paiz; para elles a situação financeira, as idéas do Legislativo, as tendencias da opinião publica, a lei, a vontade do governo, todas essas cousas que os politicos pregam muito e praticam pouco, constituíram sempre barreiras insuperaveis e, para honra nossa, não houve um só ministro militar, cuja honestidade fosse posta em duvida.

Sob a direcção dos chefes militares terminamos o periodo dos pronunciamentos e das revoltas; sahimos de uma organização atrazadissima e attingimos, nessa materia, ao que de melhor nos pode ensinar a velha e aguerrida Europa. Com elles estudamos e adquirimos um material que só fica a dever em quantidade e variedade ao que nos pode aconselhar a ultima guerra; abordamos o problema das industrias militares, nelle persistindo com toda a energia que um meio sceptico nesse assumpto podia admittir. Com elles fizemos a propaganda da nação armada e chegamos á execução do sorteio militar, iniciando consequentemente a organização das nossas reservas; sem a pressão de acontecimentos que nos obrigassem a mudar de rumo, melhoramos extraordinaria-

mente a nossa instrucção militar, na tropa e nos estabelecimentos de ensino e formamos um numerooso corpo de regulamentos militares, onde bem se manifesta a nossa capacidade e o discernimento das autoridades que os approvaram. Com elles resolvemos chamar militares estrangeiros para nos darem os ensinamentos que os livros não podem transmitir com a fidelidade necessaria e abordamos os mais serios problemas da nossa preparação militar, esbarrando, não raro, na falta de competencia e patriotismo dos que nos deviam auxiliar com leis e recursos indispensaveis para fazer, de vez, o que se não pode organizar sem base ou construir por partes.

E não se pretenda insinuar maldosamente que a critica fundada e patriotica, a desassombrada exposição de vícios, defeitos e lacunas, o exame publico dos actos dos ministros militares, importasse em estabelecer a sua inferioridade. A luta por certas idéas administrativas, a discussão de questões technicas, o exame de detalhes de organização e a exhibição constante do que nos falta, são outras tantas provas do progresso a que attingimos, pois que até pouco tempo esses defeitos passavam despercebidos; si assim não fosse, teria havido, por certo, quem tivesse caracter e dedicação necesarios, para provocar de frente a sua eliminação.

Bem sabemos que longe estamos da perfeição e neste mesmo numero d'«A Defesa Nacional», o rememoramos claramente. Conhecemos os nossos erros e falhas, assim como os erros e as falhas não pequenas de todos os outros ramos da administração publica, mas, certamente ninguem pode attribuir esse atrazo ao facto de aqui influirem os homens de casaca e alli os homens de farda.

E' claro que, si os governos usassem a sua autoridade para responsabilisar os homens com ou sem farda e os substituíssem patrioticamente quando verificada a sua incapacidade para a execução de um programma convenientemente estudado e firmemente traçado, provada poderia ficar a inexistencia de elementos capazes em tal ou tal grupo de cidadãos especialisados e, consequentemente, surgiria como necessidade procural-os fóra de sua classe.

Mas esses programmas existiram? Quem os estudou e traçou?

Estará perfeitamente conhecida a situação do Exercito e da Armada? Onde estamos? Para onde vamos?

O cultivo dos conhecimentos profissionais tem formado no Exercito e na Armada correntes mais ou menos volumosas e uteis, cujo impeto é regulado pelos chefes militares, senhores das suas diferenças, das suas vantagens e das suas condições de aplicação.

Essas correntes technicas intelligentemente aproveitadas, embora só parcialmente, têm produzido resultados admiráveis, senão causado a melhor parte do progresso que óra nos orgulha sem todavia satisfazer completamente.

E' natural que só possa tirar dessas correntes o conveniente partido quem as conheça fundamente, e é logico que esse conhecimento esteja de preferencia com aquelles que acompanharam dia por dia a sua formação.

Quando o Estado Maior estiver definido pelas attribuições que lhe tem sido usurpadas e a pratica dessas attribuições tiver penetrado nos nossos costumes, elle será o órgão centralizador e regulador de todas as boas idéas, o preparador da nossa defesa. Mas, longe, muito longe estamos dessa pratica e, sendo os ministros no regimen presidencial, secretarios technicos e irresponsaveis do commando em chefe, difficil será que elles se conformem com a função de intermediarios entre um commando permanente e o Presidente da Republica.

Qual o ministro que desistirá patrioticamente de influir no recrutamento dos quadros e na distribuição dos officiaes, as principaes fontes de favores, permitindo que se faça a selecção conveniente e se classifiquem os officiaes de accordo com as necessidades momentaneas da instrucção e do commando?

E será possível conhecer os officiaes sem tel-os acompanhado na sua vida profissional, examinado as suas qualidades de character, a sua energia e o seu valor, virtudes primordiales que as fés de officio não podem traduzir com fidelidade?

Sejam quaes forem os elementos informadores e mesmo o estudo imaginavel, haverá perda de tempo e o commando em chefe terá um simples mediador, desnecessario, quando os ministros não conhecerem seguramente os quadros do Exercito.

Dadas a organização vigente e a situação

do nosso meio social e politico, qual o civil que na coordenação dos órgãos de commando e de administração será capaz de decidir de facto, com a perfeita visão da finalidade do aparelho militar?

E assim se dará em muitas outras questões que seria fastidioso enumerar.

Em these, ou o ministro civil exercerá apenas nominal, aparentemente a gravissima função de decidir, ou adrede se deslocará o centro de gravidade para outro funcionario, um chefe militar, capaz de decidir ou de informar directa ou indirectamente ao chefe da Nação.

Não é para desprezar o facto de que a nossa praxe republicana nos libertára, democraticamente, dessa illusão exotica, conquistando um evidente avanço quanto á pureza do regimen presidencial. Era sua feição brasileira.

A praxe instituida pelos trinta annos desta Republica que as classes armadas tanto ajudaram e a que dedicam tanto amor, permittiu que as leis organicas do Exercito e da Armada centralisassem nas secretarias de estado, interpretando com parcialidade a nossa carta fundamental, todas as attribuições de commando e administração.

Modificar essas leis organicas é obra de grande merito que carece de tempo, muito patriotismo e **fundadas convicções**.

E' por isso que a exclusão de especialistas, **só nas pastas militares**, quando pelo functionalismo e pelas letras se póde attingir as mais altas posições do Estado, assumiu as proporções de uma grande e dolorosa surpresa, em que pése ao coro de adhesões subseguintes, na sua maioria tendenciosas, egoisticas, isto é, indifferentes á verdadeira felicidade do Governo e ao progresso da defesa nacional.

Sirva porém esta experiencia para mais uma prova do nosso amor ao Brazil e á Republica, seja essa provação mais uma tentativa para o engrandecimento da nossa Patria que, de resto, muito mais póde exigir de nós, sem que diminua o real apreço que votamos aos nossos chefes e a confiança que nelles depositamos.

O não recebimento da revista é geralmente culpa do assignante, porque ella não se faz sino para ser distribuida.

Não demorar a communicação de mudança de destino, nem retardar reclamação.

Da Província

Do 44º Caç. — Theresina. — O meu batalhão, como é sabido, vive numa eterna falta de officiaes. Presentemente só existem dois capitães e um pharmaceutico.

Eu, por ser o mais moderno dos capitães, enfeixo nas minhas mãos as funções de fiscal, ajudante e commandante das tres companhias, e por cima de tudo isso ainda referendo todos os papeis que sahem da secretaria do batalhão, por que o lugar de secretario é exercido por um 1º sargento.

O que mais me dá que pensar não é o exercicio de tantas funções, é de não saber se deva eu rubricar como fiscal os papeis que trazem a minha assignatura de commandante das companhias e fiscalisar assim os meus proprios actos, do que não cogitaram o R. I. S. G. e R. S. A. em nenhum dos seus artigos. E como não ha outro remedio e o papellorio tem que andar, vou assignando e rubricando todos e fiscalisando tudo até que venham os *insubmissos de galões*, o que não acreditamos.

Do 5º R. A. (ex-4º e ex-1º). — S. Gabriel. — ...duas inspecções, quasi consecutivas. O primeiro inspector, cuja aproximação determinou uma parte de doente de um capitão (é o mesmo da outra vez; tem idiosyncrasia...), encontrou no regimento somente os «empregados vitalicios» (em materia de praça prompta) e, não querendo examinar o grão de instrucção a que até então haviam chegado os recrutas, deu por concluida a sua missão. Em summa: declarou que a instrucção muito deixava a desejar.

O 2º inspector esteve no quartel umas duas horas, parecendo-nos verdadeiramente saber ponderar nossas circumstancias e bem intencionado, segundo o que superficialmente alcançamos de suas palavras. Deixou muita esperanza que nos parece não será vã; só a sua approximação fez com que 70% dos nossos recrutas (isto é, 45 homens por bateria) trocassem os toscos tamancos coloniaes por elegantes e confortaveis borzeguins. Ah! se S. Ex. pudésse pelo menos annunciar nova visita na proxima epoca de vencimento de fardamento!...

Do 5º R. I. — Florianopolis. — Aqui desde Fevereiro commanda o regimento um major, fiscalisa um capitão e um outro commanda o batalhão, dous primeiros tenentes accumulam os cargos restantes, prescriptos para uma duzia de officiaes.

4º R. A. M. — Itú. — Iniciamos o 3º mez de instrucção, e ainda hoje foram incluídos cerca de 50 homens, provindos de outros corpos, onde estiveram em *experiencia* desde o inicio do anno de instrucção, e por serem os peiores nos foram remettidos.

Delles alguns vieram presos por 10, 15 e 20 dias, e um fôra daqui mesmo expulso ha bem poucos mezes.

Quando acabará este antipathico processo de encostarem nos corpos privilegiados, homens a mais, para serem ahi seleccionados, e dois mezes depois transferidos para os corpos *entiados*?...

Tinha até aqui vasta applicação o *methodo intuitivo*; pois não é só na escola regimental que se aprende vendo as figuras: este methodo era aqui extensivo á equitação, onde em cada bateria, cinco soldados montavam, e os 70 restantes viam montar, aprendendo equitação por verem montar.

As successivas mudanças de commandos parece que jámais terão um termo; em 3 mezes de instrucção a 6ª Bat. teve seis commandantes!...

Em materia de accumulção de funções... a tecla é velha e já quebrada.

Será mesmo de todo impossivel haver uma só época de inclusão de officiaes e praças?

Só temos aqui tres coisas boas: o serviço de rancho, que como em toda a Região, é por contracto, feito para fornecimento de rações preparadas, o que é de uma vantagem extraordinaria pois não se dá nenhum empregado para o rancho, e o lucro para o cofre é maior.

A fiscalisação torna-se mais facil, exactamente por não ser chefe um camarada nosso a quem não se quer desgostar, embora o accumulo de serviço lhe não permitta melhor fiscalisação.

Outro coisa é o quartel que muitos acham que não presta, mas que eu francamente penso que melhor aproveitado nos seus multiplos compartimentos e construidas as baías e o parque, será um dos melhores.

E a terceira é a sua immensa chacara, onde se dá instrucção, a mais variada no 2º tempo, perfeitamente á sombra, e têm terreno que se presta para tomada de posições e até para tiro, (si quizerem fazel-o de fóra para o nosso terreno). Este tem alguns milhares de metros inaproveitados, e já trabalhados pelos padres. Ha até quem queira comprar parte delle.

O sorteio militar em perigo...

(Continuação)

II

Ninguém, absolutamente ninguém, contesta que o *serviço militar pessoal e obrigatorio*, mediante o sorteio ou tiragem á sorte, por contingentes annuaes, seja a solução mais racional, mais logica e mais justa encontrada para o magno problema do recrutamento, uma vez que não é realizavel a incorporação da classe inteira.

Não ha a esse respeito duas opiniões divergentes; é uma questão vencida, passada em julgado.

Theoricamente, representa ella a igual e equitativa divisão dos encargos militares sobre todos os cidadãos, consoante ás necessidades da Patria, constituindo de um lado a *arte das armas*, mantendo de outro em reserva, tanto quanto possível, o maior numero de homens *instruidos* nessa mesma arte.

Na pratica, porém, a solução do problema, arrasta, envolve outras questões não menos importantes, não menos complexas, visceralmente conjugadas, vinculadas á grandeza physica, moral, politica e social da Nação.

E de todas essas questões correlatas, a mais preponderante, a que mais resalta e sobreleva a todas as outras, é incontestavelmente a da *educação popular*.

Sobre ella se assentam, se ajustam precisamente as bases do serviço militar pessoal e obrigatorio.

Emquanto, entre nós, campear o *analphabetismo*, damnosamente explorado pela baixa politicagem; enquanto esses dous enormes polvos — *analphabetismo e politicalha* — se estenderem por todo o paiz desde as grandes cidades até os mais reconditos logarejos, cingindo, apertando, asphyxiando a Nação em seus tentaculos, reduzindo-a a um estado de cachexia moral e physica, essa modalidade do re-

crutamento não será compreendida pelas classes menos cultas da communhão brasileira.

Mistér se faz reformar radicalmente o nosso obsoleto systema de educação, transformando o lar e as escolas em verdadeiras cathedraes civicas, onde unicamente pontifiquem o amor e o devotamento acendrado á Patria, onde só se cultuem a disciplina, o respeito pelos nossos vultos e factos e pela nossa historia, em particular.

Mas essa transformação ou antes essa evolução, actuará de certo, morosamente lenta, vagarosamente tarda, gota a gota, através de um trabalho constante, pertinaz, exhaustivo até que os seus effeitos possam fazer sentir-se, visto como não podemos extirpar de prompto esse *analphabetismo* que nos atrophia, nem estrangular essa *politicalha* que nos avilta e rebaixa.

Nada nos impede que lancemos mão, desde já, do trabalho de sapa para contraminal-os; modificando, corrigindo, refazendo, reconstituindo o que existe, por uma racional assimilação de elementos que a pratica e a experiencia forem aconselhando, consagrando.

Não resta duvida que uma das causas senão a principal, do insuccesso do sorteio reside na propria lei que o creou e nos decretos que o regulamentaram, nos avisos e nas decisões tendentes a elucidar os seus pontos controversos ou obscuros.

Já nestas mesmas columnas da *Defeza Nacional*, o nosso illustre collega, coronel José Joaquim Firmino, numa serie de bem elaborados artigos, demonstrou á saciedade muitas das imperfeições, das falhas e vícios que bordam e rebordam a nossa manca e defeituosa legislação militar, para que volvamos a elles.

Partiu-se, de facto, de um principio falso; legislou-se, em materia de sorteio, para todo o paiz de uma assentada, sem attender-se ás multiplas condições geographicas, topographicas, e climatericas, aos seus meios de communicação e recursos materiaes, á sua densidade de população, aos seus costumes, habitos e indoles.

Ninguém ignora que «o relevo do solo brasileiro e de seu clima são variadissimos: ora o terreno é fangoso e fragil como os *massapés* do norte; resistente e duro como os chapadões do centro; de suaves alices e declives e de largas pla-

nícies como as *coxillas* ou *campos dobrados do sul*, ora montanhoso, de serras alcantiladas; onduloso aqui, montuoso ali, mamelonado acolá, revestindo-se de varias fórmias polychromas de rica e magestosa vegetação tropical; reinando, impetando, por toda a parte, os climas os mais diversos desde o calor senegalesco até o frio das latitudes mais ou menos fri-gidas».

A falta de estradas ferradas e de rodagem, a ausencia quasi absoluta de meios de locomoção variam de Estado a Estado.

Estados ha, cujos municipios são em geral trafegados por linhas dagua, de uma navegabilidade problematica, ou antes funcções de certas e determinadas épocas; outros, cortados por sertões e inumeras campinas, cujo trafego se faz difficilmente a pé, palmilhando enormes distancias por logares invios, despovoados, sem recursos, ou no dorso de alimaria, vencendo leguas e leguas de estradas e caminhos sem fim, muitas vezes interceptados pelo periodo das enchentes, cujas aguas transvasam dos leitos e das margens dos cursos dagua, tudo inundando, devastando, destruindo.

A coisa alguma se attendeu. Tomou-se o Rio de Janeiro como paradygma e por elle se calcou, se moldou o paiz inteiro.

Estabeleceram-se formulas mathematicas e rigidas, e deixou-se o resto á mercê dos acontecimentos.

Estatuiu-se que o sorteio se realisaria, em todo o paiz, no *ultimo domingo de Dezembro* e que a apresentação dos sorteados convocados terminaria fatalmente no *ultimo dia de Fevereiro* do anno seguinte.

Dous mezes apenas!

O que succedeu? A vastidão do nosso territorio, desprovido de meios rapidos de locomoção, a disseminação da população nas interminas regiões do paiz, a ausencia absoluta de meios de comunicação entre os pontos extremos, determinaram o retardamento dos conscriptos e mesmo impossibilidade de se acharem nos pontos de concentração em tempo util.

E para agravar a situação nos pontos em que a navegação é franca, as companhias de navegação se recusaram e se recusam a fornecer-lhes passagens porque o Governo Federal *não lh'as paga*. E quando o faz, é através de contas atrasadas, caidas em exercicios findos, pro-

cesso esse moroso, difficil, enormemente gravoso aos creditos da administração publica.

Accresce ainda que os sorteados, na maioria dos casos pauperrimos, não dispõem de recursos pecuniarios para se alimentarem durante essas longas caminhadas, que se transformam em verdadeiras odysséas de sacrificios, privações e miserias.

Poderíamos, se quizessemos exhibir factos concretos, apresentar as *provas provadas* de que não phantasiemos nem articulamos uma só palavra que não seja a nitida expressão da verdade.

Bastaria dizer que em varios Estados do Norte, notadamente no Maranhão e Piauí, conscriptos houve que tiveram de vencer a pé ou no dorso de um pobre matungo, 60 kilometros para attingirem o ponto mais proximo.

Em Minas Geraes, conscriptos de Theophilo Ottoni para alcançarem Bello Horizonte, séde da circumscripção de recrutamento, realisaram um verdadeiro *raid* de quasi dous mezes, por Caravellas, unica via de accesso entre aquelles dous pontos.

Em Caxias, um grande numero de sorteados, por falta de transporte e dinheiro, permaneceram por longo tempo entregues á caridade publica.

Ha pouco, um facto singular, singularissimo mesmo occorreu. Conscriptos do interior do Amazonas, que a velha e vesga politicagem de aldeia pelo immoral *truque* da substituição pessoal os incorporou ao contingente do Districto Federal, não podendo, por circumstancias varias, vir a Manáos, subiram o Acre e internaram-se pelo Estado de Matto Grosso a dentro.

Nessa asperrima travessia de quatro mezes, transpondo rios caudalosos uns, invadeaveis outros, galgando serras escarpadas, rastejando valles, varando chapadões, á mercê das intemperies, entregues ao proprio destino, são, ao alcançar a ultima etapa da intermina jornada, declarados *insubmissos*, porque não chegaram, apezar dos herculeos esforços empregados, das noites mal dormidas, dos dias de infatigavel canceira, porque não chegaram, no praso fatal dos dous mezes, ao ponto, adrede assignalado, para sua incorporação.

Eis ahi uma das fontes de *insubmissos*, creada pela propria lei em face da deficiencia de praso.

O grande numero de *insubmissões* têm por principal movel essa estreiteza, essa usura de praso e não, por honra nossa, a ausencia e o menospreso do cumprimento do dever patriótico.

E' facto que esse praso foi ampliado, distendido por mais alguns dias, arbitrando-se que a apresentação dos sorteados se conta da «data em que ella é feita na junta de alistamento.»

A medida longe de deter, de estancar o curso; ao contrario, o alargou, o dilatou, o ampliou; o numero de insubmissos continua annualmente a golphar num crescendo immenso: 14:393 em 1917, 26:010 em 1918.

Os dados relativos ao anno de 1919 ainda não estão convenientemente apurados; é de suppôr que attingam e mesmo excedam á fronteira dos 30.000.

Para conjurar este exodo de insubmissos, ordenou-se, dispoz-se que os sorteados retardatarios, pelas causas que vimos de expôr, fossem considerados como *licenciados sine die* (Aviso n.º 109 de 28 de Maio do corrente anno).

E' uma solução absurdamente protelatoria, pois a um mal se oppôz um outro ainda maior. Os conscriptos em taes condições não mais se arriscarão a empreender tão dolorosas e improficuas viagens, ficarão tranquillos, solertes em seus lares, amparados, cobertos por uma nova modalidade de *habeas corpus*: — a licença por tempo illimitado.

E' mais uma valvula por onde se escoarão os sorteados distantes e os não notificados.

E para coroar essa obra da dissolução só nos falta a amnistia, que ahi já se vem annunciando...

Em nossa desautorizada opinião, a questão gira tão sómente em torno de uma judiciosa e conveniente dilatação de praso.

E' preciso amplial-o, distendel-o, attentas ás condições do meio, quer se trate dos sorteados nortistas e sulistas, quer se cogite dos centraes e interiores.

Um praso de *seis mezes* de permeio entre o *acto terminal do sorteio* e a época assignalada para a *incorporação* me parece solucionará o problema.

As operações preliminares e preparatorias do sorteio, a cargo das juntas de alistamento e revisão soffreriam nesse caso uma translação para melhor, anticipados os seus trabalhos de tres a quatro mezes.

E fixado, como actualmente occorre, o *ultimo dia de Fevereiro* para a terminação da incorporação dos conscriptos, se evitaria que elles chegassem ás suas unidades em épocas differentes, ora isolados, ora aos bocados, aos turnos, aos magotes, ás turmas, prejudicando a instrucção e pondo mil embaraços á administração dos corpos.

Em materia de tão notoria importancia, é preciso dizer a verdade inteira, sem reboço.

Uma das imperfeições primordiaes da lei reside unica e exclusivamente no serviço de alistamento e nas juntas que o constituem.

A sua presidencia é outorgada privativamente ao chefe do executivo local (letra *b* do artigo 56 do serviço militar), cujo cargo depende exclusivamente da eleição entre os partidos que se degladiam na ambicionada posse do poder.

E' ahi que commodamente se aninha, se abriga, se asyla a politicalha. A pressão moral e material do chefe do executivo local, com rarissimas excepções, excede, ultrapassa a todos os limites. Seu primeiro cuidado é fazer um alistamento falho, viciado, gravando, por meio de processos condemnaveis e através de meios tortuosos, reprovaveis, os seus desaffectedos e adversarios politicos, agrilhoando-os, aferrando-os ao onus do recrutamento, e d'elles libertando, excluindo, os amigos e os correligionarios. Em uma palavra metamorphoseando o alistamento numa cornucopia de favores para uns e num torniquete de torturas para outros.

O alistamento, já falseado pelos vicios oriundos do registo civil onde, em geral, se confundem vivos e mortos, se baralham homens, mulheres e crianças, e ainda assim não generalisado em muitos pontos; já degenerado pelas lacunas do registo eleitoral, deformado pelo nefasto interesse partidario; já adulterado pela tenaz e persistente má vontade dos chefes dos estabelecimentos commerciaes, industriaes e fabris em arrolar os seus empregados para os fins do sorteio; já desnaturado pela falta de dados dos estabelecimentos do ensino e mais associações, é ainda aggravado pelos processos indecorosos de um *truque de substituição* de sorteados. Os chefes do executivo local alistam individuos com idade insufficiente ou superior á exigida pela lei, e deixam proposital e

criminosamente de relacionar os que attingem á idade legal; arrolam uns individuos por outros, estabelecendo uma modalidade *sui generis* de substituição pessoal, que a lei extinguiu.

Aqui, no Districto Federal, dá-se um facto, aliás, muito curioso. O Prefeito é quem designa o funcionario municipal que o deve substituir na junta, visto não poder a ella comparecer pessoalmente pela multiplicidade e exigencias de seus affazeres. Em regra, delega seus poderes a um alto funcionario, este, por sua vez, delega a um outro, na ordem descendente. E de delegação em delegação vae ter a um funcionario subalterno, muitas vezes de idoneidade e respeitabilidade duvidosas para presidir a junta.

O que acontece? Os demais membros, não querendo submeter-se á presidencia de um tal funcionario, abandonam o serviço solicitando dispensa sob varios pretextos, reaes uns, apparentes outros. E as juntas arrastam-se desfalcadas de seus membros sob a presidencia de tão prosaico presidente.

E' preciso escoimal-as da nefasta influencia dos nefastos chefes eleitoraes, e dos seus elementos amorphos; é mister tornal-as exclusivamente constituidas de militares, rebuscando-os, recrutando-os entre os officiaes da 1ª classe da reserva do Exercito de 1ª linha (officiaes reformados), pois «os militares são os unicos que conhecem e sentem as necessidades de sua classe», na tão conhecida e estafada phrase de Marmont; é forçoso, nesse ponto, volver ao regulamento de 1908, conferindo os cargos de presidente e secretario das juntas, á livre escolha de seus membros, respeitadas a hierarchia e a idoneidade de cada um; é conveniente ainda arbitrar-se-lhes uma gratificação pecuniaria *pro labore*, porquanto trabalho não remunerado não póde ter rendimento util; dê-se-lhes uma diaria de 5 e 10\$000, ou se lhes consigne uma quota de 1\$000 por homem alistado.

A continuarmos afferrados, firmes, afincados nesses processos será collaborarmos criminosamente para a falencia do sorteio. Para proval-o, basta tomar tão somente o alistamento de 1918, muito superior em varios pontos aos anteriores. Dos 190 municipios, em que se subdivide administrativamente o Estado de São Paulo; a média dos alistados por municipio não excede de 196 — 4 por cento. Para o con-

tingente pedido de 4.276 sorteados apenas 1200 se apresentaram, deixando um claro de 3.076 homens ou 72% de refractarios. Em Minas Geraes, dos 193 municipios, em que o Estado se desdobra, a média, aliás assombrosa, foi de 63,2% de homens por municipio. O numero de insubmissos alçou a quota de 56% sobre o contingente pedido. No Estado do Rio de Janeiro, o alistamento accusou o arrolamento de 23.330 homens nos seus 49 municipios. Para o contingente pedido de 1.377 sómente 669 se incorporaram. O claro a preencher foi de 708, o que importa em confessar que o sorteio não conseguiu sequer cobrir a metade dos claros. No Districto Federal, o numero de alistados sobre 26 districtos, em que elle se fracciona, tocou a 8.792. Sorteados 2634 cidadãos para o preenchimento de um contingente de 925, o numero de insubmissos golphou cerca de 65%. No Rio Grande do Sul, Estado immensamente sobrecarregado com o onus do recrutamento, o numero de insubmissos attingiu approximadamente 3.000 sobre o contingente pedido, e destes apenas 53 foram capturados. Nos Estados pequenos, santo Deus! que descalabro, que orgia macabra! Para não citar outros, tomemos como modelo o Espirito Santo, Estado que se acosta, se abeira a poucas milhas da Capital Federal. Em 29 municipios, dos 31 em que se integra, o alistamento denunciou 6.727 cidadãos aptos para o serviço militar. Mas desses 6.727, por motivos varios, por isenções mil que a politicagem descarna, escaparam-se 5.717, isto é, nas malhas do recrutamento apenas ficaram retidos 1010. Municipios houve, em que as juntas não encontraram um unico homem capaz de ser soldado! Em compensação em muitos outros nada escapou, até uma criança de sexo feminino, de 9 annos de idade, foi alistada! Se do Estado do Espirito Santo passarmos a outros tão pequenos ou pouco maiores do que elle, os mesmos escandalos escoam, golpham, jorram em maior ou menor escala. Póde-se affirmar sem receio de contestação, que tanto nos grandes como nos pequenos Estados, além da infrene politicagem e do revoltante e exagerado nepotismo, o alistamento está pontilhado de erros, bordado de falhas e saturado das mais odiosas perseguições politicas.

E quando se procede á apuração, á selecção dos individuos attingidos pela sor-

te, á superficie dos factos consumados sobrenadam as immoralidades crassas de tão immoraes alistamentos. Verifica-se, absorto, que alguns conscriptos são falcidos ha muito; desapparecidos outros, ou de moradia ignorada; constata-se, com pasmo e nojo, que muitos delles, são aleijados ou cegos, mentecaptos ou loucos. Não é pois de estranhar que ante tantas infracções e attentados á moral e á justiça, ante tantas violações e transgressões á lei, clara e positiva, tumultuem os *habeas-corpus* e proliferem as *absoluções*.

Não condemnemos os Tribunaes que, por suas sentenças, abrem mais uma valvula ás muitas que concorrem para o malogro do sorteio; condemnemos, sim, a esses máos brasileiros que arrastados, conduzidos pelos seus interesses privados ou de campanario, collocam a politicagem acima dos interesses vitaes da Pátria.

(Continúa)

Coronel Lobo Vianna.

A unidade de doutrina

Posto em confronto o estado actual do Exercito com o de alguns annos atraz, creio bem haver justo motivo de satisfação. A evolução por que tem passado é facto que se não pode negar. Si o compararmos, não com o que foi, e sim com o que devia e podia ser já não vejo os mesmos motivos para estarmos satisfeitos; pois uma grande etapa resta ainda a vencer. E' que na epocha actual marchar não basta, é necessario marchar correndo; uma parada significa regresso.

Entre os defeitos que carecem ser corrigidos, a meu ver, nenhum o carece tanto, como a desuniformidade no modo de pensar (provavelmente haverá no de agir) dos officiaes, em se tratando de principios fundamentaes que, como um dogma de fé, por todos deviam ser acceitos.

Vindos de proveniencias diversas, não tendo passado pelo mesmo cadinho, explica-se o facto; no entretanto, pode ser futuramente causa de dissabores.

Entre outros, o exemplo que se segue e que suggeriu estas linhas, comprova o facto.

Si a officiaes do Exercito fôr proposta esta questão: qual deve ser nosso modo de acção em caso de guerra com o paiz X? As soluções apresentadas serão:

a) Si invadirem por aqui, a nossa resistencia será em tal ponto; si a invasão se dér acolá, em tal ponto resistiremos.

b) Outros, remanescentes de epochas passadas, estão convencidos que com uma divisão de cavallaria iriam á Capital do paiz inimigo, resolvendo com successo a contenda.

c) Terceiros, (não é invenção), pensam que a defensiva nos é imposta por não permitir nossa Constituição guerras de conquista nem declaração de guerra sem que antes se recorra á arbitragem.

E, outras respostas.

A primeira resposta, que não é rara, significa dolorosa confissão de inferioridade e traz como consequencia um enfraquecimento moral; si de facto existe esta inferioridade, si não é fructo do pessimismo, não devemos a ella nos resignar como uma fatalidade; ao contrario devemos sem tardança fazer a superioridade passar para nosso lado, empregando para isso todos os meios possiveis, destruindo os obices que encontrarmos; será largamente compensado todo o sacrificio feito nesse sentido, uma vez a guerra declarada.

Deixar a iniciativa ao adversario, acceitar a imposição de sua vontade ao em vez de procurar impôr a nossa, é uma doutrina má.

Os que respondem do segundo modo se esquecem que o tempo e o espaço são as coordenadas dos factos historicos, e que a coordenada tempo é hoje outra. O desprezo do adversario é um outro erro, e, mais de um exercito tem pago caro este desprezo.

Quanto aos terceiros, estão também afastados da verdade; pois não ha incompatibilidade entre a defensiva politica e a offensiva estrategica.

Como este exemplo, outros poderia citar de falta de unidade de doutrina; quem pudér ficará convencido fazendo uma exploração neste terreno.

A qualquer instituição é necessaria a unidade de doutrina; ao Exercito é *imprescindivel*, é mesmo uma causa de successo e factor de superioridade.

A doutrina moral do Exercito, embora função de elementos varios, taes como: densidade e caracter da população, meios de comunicação, qualidades e defeitos dos provaveis adversarios, etc.; não pode ter por base a defensiva; a não ser

em caso de uma inferioridade *indiscutível* e *irremediável*.

A defensiva não deve ser mais do que uma phase obrigatoria da acção, segundo as alternativas da guerra; o Exercito que a ella se vota, vota-se ao suicidio.

Sómente a *offensiva*, a *tenacidade*, a *vontade firme de vencer*, podem ser erigidos em doutrina do Exercito.

Certamente o órgão director do Exercito já firmou sua doutrina moral, isto é, um numero limitado de principios basicos, que sirvam de directivos á conducta de seus membros. Ella transparece de nossos regulamentos. Não é o bastante, é necessario que seja inculcada no espirito dos jovens officiaes e candidatos á officiaes, desde o inicio da carreira, em toda occasião opportuna através de todo conhecimento que se lhes ministra de modo a sedimentar-se gotta a gotta.

Em epocha não mui distante diverso era o criterio «seguido em nossas E. M.»; o mais perspicaz dos alumnos de então, não suspeitava sequer que pudesse haver uma doutrina do Exercito. Emquanto o professor A exgottava o anno com theorias de uma utilidade problematica para o militar, o professor B mostrava a superioridade do positivismo e o professor C exaltava as vantagens da escola de Spencer. Está claro que havia excepções; a regra geral era o desamor a assumptos da profissão.

Como a selecção intellectual era a unica que se fazia, além de que é da indole da raça, ao util preferir o ornamental, o alumno só tinha por escopo tirar gráo alto, cultivando exclusivamente a intelligencia e concordando em genero e numero com seus mentores; nestas condições sahiam das E. M. homens de grande *erudição*, capazes de *discutir* as mais diversas theses, e profissionais...

Quanto ás qualidades de caracter, de uma importancia capital ao militar, se não procurava desenvolver e cultivar; quantas vezes não ficou em má situação aquelle que collocava acima do interesse do gráo, o sentimento da personalidade e a firmeza do caracter.

Hoje podemos estar desvanecidos com o progresso realiado; os defeitos de origem, porém, em parte persistem, e dentre elles nenhum urge tanto corrigir como a falta de unidade de doutrina. Quando tudo se remodela, devemos tambem unificar os moldes.

Capitão Acacio Faria Corrêa.

Uma solução

(Duração do serviço militar)

No momento nada parece mais urgir que uma solução á situação critica por que passa a tropa no periodo que vai do começo do renovamento das fileiras, ao exame de recrutas. Não é novo o que ahi digo, e o quanto ha de compromettedor á eficiencia da tropa em tal occasião todos o sabem, e esta revista n'um dos bem lançados editoriaes já discutiu a questão e aventou uma solução, a qual a meu ver talvez possa ceder lugar a outra que despretenciosamente aqui emittirei.

A razão, pois, deste artigo, nada mais é que uma outra voz tal qual a d'«A Defeza», soando aos ouvidos da autoridade competente.

Na Fortaleza de São João, onde ora sirvo, tivemos varias promptidões interrompidas por estreitos intervallos mais ou menos durante um mez e que foi quando começaram a tomar vulto na Russia e a irromper em outras partes da Europa as doutrinas maximalistas.

As noticias vindas da Europa eram alarmantes e as razões por que aqui taes doutrinas não se desenvolvessem não eram muito solidas, donde me parecesse infalível a necessidade da sahida da tropa para manter a ordem. E nisso estava todo o meu temor, o meu receio!

Que esperar de um amontoado de homens, quasi todos bisonhos, de pouco discernimento, vindos dos sertões, ainda assombrados com a caserna, e aos quaes ainda mais se aterrava mettendo-se-lhes nas mãos arma e munição para as quaes nenhuma instrucção haviam recebido?

Não sei que de confusão e de desastres não aguardaria a sorte de uma tal força. Mas, felizmente, sempre a felicidade a nos abrigar! O maximalismo e derivados já agonisam mesmo antes de por cá mostrarem a sua macabra figura.

A minha bateria nessa occasião apenas tinha, promptos, quatro cabos e trez soldados, os demais, todos recrutas, apenas com as primeiras noticias da escola desarmada.

Eis ahi o perigo que corremos e a que estaremos expostos até que se lhe venha eliminar a causa. Mas ainda não é só o perigo; ao lado deste caminha a imperfeição da instrucção que a bôa vontade dos officiaes não consegue evitar. O of-

ficial, ao em vez de dividir os recrutas por turmas, entregal-os a monitores e fiscalisar a instrucção, reune-os todos em uma turma e lhes dá a instrucção, pois que não existem praças promptas para funcionarem como monitores. O resultado de um tal modo de instruir não é satisfactorio e muito menos compensador. Diga-o quem tem a pratica da caserna. A imperfeição da instrucção ainda tem outra origem.

Cito para exemplo a minha bateria; ella tem 21 recrutas e 3 soldados promptos e dá diariamente para o serviço 9 homens.

O R. I. S. G. diz que os recrutas não são escalados para o serviço, entretanto, este é indispensavel, pois que são precisos a guarda do quartel, a escolta de presos, a guarda do alojamento, etc.

Resultado: o recruta hoje não veio á instrucção porque entrou de guarda, amanhã porque dobrou no serviço (isso é muito commum) depois apparece, mas como? Como um homem cansado, tresnoitado, sem um descanso methodico, etc. Em summa, nada mais é preciso para justificar, quanto antes, um remedio ao caso.

A lei n.º 1860 de 1908 arbitrava em dois annos o serviço no exercito permanente e, agora, em consequencia da revisão dessa lei pelo Executivo, passou elle a ser apenas de um anno.

Essa revisão que é a lei actual do serviço militar, diz no seu artigo 9, letra

«a) de um a dois annos para os voluntarios e sorteados», e mais abaixo:

«c) de um anno para sorteados que apresentarem o certificado de alistamento previsto no artigo 53».

Na pratica o serviço tem sido de um anno para todos. Não ha quem não ache deficiente tão limitado tempo (*). E a medida que vou lembrar parece naturalmente indicada, já porque vem sanar a situação melindrosa que atravessa a tropa no periodo de recrutas, já porque menorisa as falhas da instrucção consequentes do exigu tempo sob bandeira. E ella está n'uma modificação apenas do que dispõe a letra «c» que poderia passar a ser assim redigida:

«c) de dezesete mezes para os sorteados que apresentarem o certificado de alistamento previsto no art.º 53». E' preciso notar bem que, na realidade, não ha ahí augmento de cinco mezes, (*) por-

que na vigencia da lei actual, os sorteados não são licenciados assim que terminam os doze mezes, e no anno que corre, os ultimos só o foram em Abril. O augmento anda pois, por dois ou trez mezes apenas, augmento pequeno e de resultados que vão ao encontro de interesses ainda de outra ordem: os homens saberão o dia certo de sua exclusão, o que representa um grande factor nos seus negocios civis, o que ora não acontece; por outro lado a administração do corpo não se verá entre a parede e a espada: de um lado o soldado sem fardamento, com as botinas rotas e do outro a tabella a não permittir que se pague o fardamento a uma praça que está de tempo acabado. (*) E não será uma falha do protocolo civico deixar tornar a seus lares, hoje um, amanhã outro, os cidadãos, sem uma solemnidade na despedida dós officiaes e mais companheiros com que em commum viveram como em familia, praticando o mais arduo e elevado dos deveres civicos?

Adoptando-se a medida que proponho essa despedida será possivel; um dia será marcado, por ex., 30 de Junho, para o licenciamento de todos os homens.

Devo lembrar o meio para a realisação da medida que proponho.

No 1º dia util de Fevereiro, dia determinado em lei para a incorporação official, todas as praças que tiverem de ser excluidas em 30 de Junho passarão a aggregadas.

A solução proposta pela «A Defeza» em editorial a que acima me referi, é uma solução que (não me queira mal a D. Redacção da «Defeza», anima-me apenas a intenção de ajudal-a no seu objectivo) envolve um certo numero de novas disposições que irão avolumar ainda mais a lei do serviço militar. (*)

A burocracia do corpo, que nos convem seja a mais simples, tambem terá a sua sobrecarga: engajados especiaes, voluntarios de 4 mezes.

Demais, o periodo de recrutas curto como já é, muito soffreria com as inclusões e exclusões repetidas na vigencia desse periodo e á medida que (*) se fosse reconhecendo intelligencia nos recrutas.

Um certo mal parece ainda advir da medida lembrada pelo editorial, e é o de desfalcas o effectivo do Exercito a partir do fim do periodo de recrutas, com o licenciamento desses voluntarios de quatro mezes. E quando um desses homens fôr

procedente de Matto-Grosso, será possível, fazendo-o regressar ao seu Estado em Julho, fazel-o de novo aqui vir no fim do anno para tomar parte nas manobras? (*)

Isso importaria em grande sacrificio para o cidadão e grande despesa para o paiz.

«A Defeza» permitta-me o fraco auxilio que lhe trago na gloriosa cruzada, a cuja vanguarda se postou, e queira fazer valer o seu prestigio bem firmado, no sentido de assim se fazer na lei do serviço militar.

Dada á letra c) do art.º 9.º a modificação que proponho poderia accrescentar-se:

«d) A 1.º de Fevereiro as praças que vierem do contingente anterior e tiverem de ser excluidas em 30 de Junho, ficam como aggregadas durante esse periodo.

1º Tenente *Silvino Campos*.

(*) N. da R. — Sempre sustentamos que ainda por muitos annos é preciso ter presente a nossa insufficiencia de reserva de homens militarmente instruidos. Do pequenissimo exercito de que dispomos não ha outro meio de se tirar partido para accelerar a formação da reserva, senão o de diminuir o tempo de serviço, isto é, reduzi-lo ao minimo compativel com a sufficiente iniciação militar dos contingentes.

Para attender ás necessidades de pessoal auxiliar da instrucção, de serviços inevitaveis que recrutas não podem e não devem fazer e mesmo para evitar uma syncope na força armada durante o periodo de instrucção de recrutas, isto é, que decorre entre o termo do serviço de um contingente e o do preparo individual e fundamental do seguinte, ha que assegurar a permanencia de certos elementos. A fixação delles ha de obedecer ás necessidades referidas, não pode ficar á mercê do acaso, como propõe o presado collaborador.

— O artificio do serviço de 4 mezes, visando contribuir para a mesma acceleração da formação de reserva, é uma ampliação liberal e racional de disposição já existente na lei. O recrutamento dessa gente deve ser feito em todo o contingente, sem distincção de voluntarios e sorteados, durante a 1.ª quinzena do anno de instrucção, e em razão do que revelarem os recrutas. Sob o aspecto politico e social isto vem a ser selecção por competencia, o que é, apesar de tudo, *democracia de lei*.

O accrescimento de serviço é mais apparente que real, e felizmente a nossa officialidade convicta de que assim poderá prestar ainda maior contribuição para a defeza nacional, nada receiara por esse lado.

A questão de fardamento resolve-se com bom senso e coragem. Se a exclusão da praça é retardada, ella não pode ser considerada de tempo concluido. De qualquer modo está consignado como principio fundamental que o fardamento é pago em razão do serviço, e em materia de qualquer regulamento é de regra resolver os casos omissos (num regulamento os casos anormaes serão quasi sempre omissos!) procedendo segundo os respectivos principios fundamentaes.

Uma commissão fardada...

Quando maiores eram os embaraços do novo Presidente em assentar o ministerio, e, para as classes armadas, de delicada expectativa o momento, foi S. Ex. procurado em casa por alguns officiaes que lhe entregaram um memorial pedindo apoio a um projecto da Camara que eleva os vencimentos militares.

Embora no caso se deva tratar de uma resolução tomada por alguns camaradas, desautorizados para fallarem em nome da collectividade, esse acto que os jornaes divulgaram, não causou boa impressão, em geral, e difficil será que haja impressionado bem ao novo chefe do Governo.

Pela nossa parte, e tanto quanto nos faz sentir o orgulho de officiaes, não podemos applaudir esses processos.

O facto que ora commentamos bem pôde ser considerado como um retrocesso a praticas já felizmente abandonadas e só poderá concorrer para que se obtenha sob ares protectores o que devera ser conseguido sem favor algum e com toda a dignidade.

Uma industria bem nacional e bem militar

Quando fui mandado servir no Arsenal de Guerra para effectuar o que havia affirmado em memorial poder fazer ahi, em relação á industria electrica para o Exercito, de modo a tornal-a o mais possível nacional, eu estava possuido por completo d'essa idéa, estava absolutamente sincero e convencido e foi por agir sinceramente que, *malgré tout*, já realizei technicamente quasi tudo aquillo que garanti poderíamos obter n'este sentido.

Assim foi que obtive um typo de pilha de campanha para cada destino da guerra (para telegraphos e minas, para telephones de campanha, para lanternas de signaleiros e para *detectores* de T. S. F. portateis), pelo que já tive a honra de haver sido elogiado pelo snr. Ministro da Guerra em Aviso n.º 129 de 30 de Agosto do anno findo, em vista do parecer da commissão nomeada para estudal-as, tendo ainda fixado dous typos deapparelhos telephonicos de campanha (de Brigada para baixo e de Quartel General de Brigada para cima), um typo de apparelho telegraphico, bobinas portacabos com grande e original melhoramento sobre as communs, lanternas electricas de signaleiros, (*) etc.

Como se vê, só a sinceridade é mola forte para se *realisar*, sem ella tudo é falso, enganador e mentira; ella opera milagres, só com ella cumpre-se o dever e a consciencia nos diz que somos inte-

gralmente honestos; e se a consciencia nos diz que somos honestos, devemos considerar-nos bem pagos e isto nos é bastante.

O trabalho que tive durante um anno, experimentando, melhorando, modificando e por fim fixando, *realizando* um d'esses typos, n'um esforço quotidiano de sete horas da manhã ás seis da tarde, em que trabalhei como operario de todas as officinas, dou-o por bem pago com o resultado technico obtido.

Mas, ao que quero aqui mais particularmente referir-me não é á idéa geral da nacionalisação por completo da industria electrica para o Exercito; esta virá pouco a pouco, com o tempo; quero fallar especialmente aqui da industria da pilha secca de campanha, a fonte, sem a qual não ha communicações electricas de relação em campanha; assim, começamos nossa tarefa de nacionalisação por completo da industria, pelo começo, isto é, racionalmente.

Impressionou-me desde o inicio de meus trabalhos no Arsenal, quando fiz as 187 experiencias para fixar os typos de pilhas secças que estamos actualmente fornecendo, o facto do preço pelo qual era a materia prima obtida e a difficuldade de obter-se-a muitas vezes, principalmente quanto ao sal e ao oxydo que empregavamos e que por fim adoptamos; o chloreto de ammonea e o bioxydo de manganéz.

N'estas condições, para libertarmos-nos da dependencia da praça, empreendi estudos sobre as possibilidades de nós mesmos produzirmos esses compostos chimicos que tão caros nos custavam, chegando o chloreto de ammonea a ficar, durante a guerra européa, por 30\$000 o kilogrammo, quando seu preço commercial em tempos normaes é de 1\$000, tendo o bioxydo de manganéz o preço elevado a 6\$500, quando seu preço normal é de 1\$500 o kilogramma.

Estudadas as possibilidades e achando perfeitamente exequivel essa producção entre nós, propuz officialmente fazermos nós mesmos, na Fabrica de Polvora sem Fumaça, esses compostos, pois, si o primeiro d'elles offerecia certa difficuldade em ser ahi produzido, o segundo, o bioxydo de manganéz, era de facilimo preparo ahi, pois é industria correlata do acido chlorhydrico e do chlôro.

Acceita a idéa pela Directoria do Ma-

terial Bellico, foi essa Fabrica incumbida do dito serviço e de tal fórma resolveu o problema quanto ao bioxydo de manganéz, que podemos dizer que o producto beneficiado que ella nos remetteu, da meia tonelada de *pyrolusite* que daqui lhe enviamos, é o melhor bioxydo de manganéz que temos manipulado em nossos trabalhos actuaes no Arsenal.

Si levarmos em conta que todo o manganéz que nós exportamos é quasi que só constituido de *pyrolusite*, talvez com 80% d'este corpo, podemos bem calcular que o simples beneficiamento d'esse bioxydo impuro de manganéz, que é a *pyrolusite*, ficará por um preço muito baixo, o que determinará baixar extraordinariamente o preço do kilogrammo do bioxydo de manganéz puro que nos custava 6\$500, pois a tonelada de manganéz exportavel do melhor teor custa hoje menos de 100\$000.

Tomando por base o preço de 100\$000 a T. deste manganéz bruto, um kilogrammo ficará por 100 rs. e, beneficiado, por 200 rs. (exaggerando o preço do beneficiamento), o que é muito differente dos 6\$500 que nos custava o da praça, ainda de qualidade inferior.

Assim, se a Fabrica de Polvora sem Fumaça conseguir a producção do chloreto de ammonea com o exito com que obteve a do bioxydo de manganéz, podemos garantir que nacionalisamos a industria da pilha secca, pois os outros ingredientes, ou materias primas que entram na sua confecção pertencem ao numero das que se encontram com facilidade no mercado e que nunca faltam.

Os lapis de carvão homogéneo que são um obstaculo ainda ao barateamento da pilha ao ponto que desejamos, estes mesmos vão tambem ceder ao nosso esforço e intuito de nacionalisação da industria: estamos fabricando no Arsenal uma matriz que vae, com a prensa hydraulica de 900 T. que o Arsenal possui, resolver o problema de seu fabrico, muito em conta, com o magnifico carvão de retorta de nossas fabricas de gaz de illuminação.

Realmente, o lapis de carvão homogéneo, que nos custa hoje 1\$500, ficará por menos de 100 rs!

Por esta fórma, vamos ter a unidade industrial de pilha por um preço que desafia concorrência, além de obtermos o producto novo, com a vantagem de não ter soffrido viagens e armazenamentos de

longos mezes, que, como sabemos, depreciam o producto, pois com esses armazementos prolongados a pilha perde suas características electricas e sua vida util fica menor.

Penso que seria uma excellente idéa não ficarmos só com os fornecimentos aos corpos e estabelecimentos militares quanto a esta producção, mas sim com o fornecimento obrigatorio a todas as repartições publicas; seria isto um meio de alimentarmos, facultando-lhe meios de melhorar suas condições de producção, essa industria que tem elementos para ser bem nacional, como vemos e que é essencialmente militar. (*)

Capitão Flavio Queiroz Nascimento.

N. da R. — Vozes de leitores num regimento da provincia: «Entretanto ha mais de tres mezes pedimos, com pagamento immediato, umas lanternas de signaleiros, e até hoje!...»

O que o Exército pode ser para a Nação

CAPITULO I

Esphera de applicação das leis do treinamento physiologico

O fim da instrucção militar é preparar o homem para a guerra; ahi se manifestam todas as qualidades adquiridas pelo treinamento em tempo de paz.

Ora, no momento em que a guerra é declarada, quando a mobilisação chama ás armas todos os cidadãos conscriptos, as classes apresentadas ver-se-hão, por assim dizer, disseminadas pelos numerosos contingentes chamados para completar o effectivo de guerra das differentes unidades. Por isso que as qualidades physicas adquiridas com o exercicio se perdem pelo repouso na reserva, não haverá mais verdadeiros soldados, sinão os homens que constantemente passaram a vida nos corpos, e, talvez, os da classe mais recentemente licenciada, caso a mobilisação tenha logar logo após o seu desligamento.

As qualidades do treinamento perfeito obtem-se, sem duvida, mais depressa, quando já foram precedentemente adquiridas; mas não se pôde garantir, visto como não está demonstrado, que si isto se verifica para um certo repouso demorado, tal seja sempre para um repouso mais prolongado por alguns annos.

Pode-se perguntar si o soldado que, bem treinado na marcha, percorreu 25 kilometros sem fadiga, poderá fazer um mesmo percurso nas mesmas condições, um anno depois de sua baixa. No caso negativo, recuperará elle o grão de perfeição num periodo de instrucção mais curto que para a primeira acquisição? Si tal se observar, dar-se-á o mesmo dous, tres annos após? Não se encontrará elle nesta occasião no mesmo estado em que se achava antes de receber qualquer instrucção?

E' provavel que o alto grão de preparo não se recupere por um rapido treinamento, a não

ser si o repouso fôr pouco prolongado; e poucos reservistas, — talvez os mais recentemente licenciados, — conservarão as qualidades que possuíam no momento em que se afastaram da tropa.

Segundo Kolb, as qualidades adquiridas se perdem no mesmo tempo em que as foram.

O que permanecerá é o desenvolvimento physico dos musculos e de todo o organismo — tudo o que dá a boa gymnastica, — pelo exercicio, pelo regimen da alimentação, pela pratica da hygiene. O bom methodo physiologico formará individuos mais fortes, mais resistentes, mais aptos, portanto, para a guerra, mas que conservarão sómente o que as circumstancias de sua vida civil lhes permittiram conservar do thesouro sagrado que possuíam no momento em que foram licenciados.

Neste ponto de vista, o Exército é a melhor escola de gymnastica, e é unicamente a este titulo que os physiologistas têm razão de intervir na questão do preparo militar.

Não se trata de um sport quando se busca o adextramento e a conservação deste estado, não obstante certos repousos calculados de maneira a não prejudicar as qualidades fornecidas pelo exercicio.

Considerado desta maneira, o exercicio militar deveria ser repetido periodicamente durante todo o tempo em que os reservistas fossem susceptíveis de incorporação:

«Não basta adquirir as qualidades de «entraînement», diz M. le Joteyko, é necessario ainda saber conservar-as intactas para dellas se poder servir no momento desejado». Leitenstorfer, medico militar allemão, também aconselha praticar no Exército o aperfeiçoamento periodico, consistindo em periodos de exercicios e de repouso.

Não considera elle sinão a conservação do treinamento durante a permanencia do soldado na tropa; mas é evidente que o ideal seria manter também o grão de preparo entre os soldados licenciados, por meio de chamadas successivas, e neste caso o dispendio com o Exército seria muito maior que actualmente, e os physiologistas chegariam a um resultado muito diverso do que desejam.

O erro promana do que têm escripto sobre a materia Mosso, J. de Bloch, Joteyko, e outros que não têm a concepção nitida do que é e deve ser o Exército. Todas as suas theorias repousam sobre este problema: no fim de quanto tempo se adquirem as qualidades de treinamento physiologico, — na especie, — de treinamento physiologico militar? Este tempo regula a duração do tempo de serviço militar.

E' também isto que escreve Richet: «Comparando o exercicio militar com o exercicio sportivo, jogos e outros exercicios physicos, esta verdade torna-se mais evidente ainda. (Para Richet o tempo de serviço não poderá ser de 3 ou 6 mezes, a não ser que se conte com material excellente, quadro de officiaes bom e um sentimento patriotico elevado mantenha o moral dos homens). A habilidade adquirida pelo exercicio de um sport qualquer, bilhar, xadrez, cyclismo, natação, etc., é progressiva; attinge, porém, em certo tempo, um maximum que lenta e difficilmente se poderá ultrapassar. Para fazer calar a physiologia, direi que a curva desta habilidade, adquirida pelo exercicio e pelo treinamento, tem a forma de uma parabola... Vê-

se assim, evidentemente, que, durante os tres primeiros mezes, os progressos serão consideraveis; nos tres seguintes, um pouco menores, mas ainda accentuados; e que, então, passado este tempo tornam-se diminutos.

«E' uma insignificancia si em seis mezes, em um anno de trabalho e de fadiga, obtiver-se um pouco mais de habilidade ou de flexibilidade.

«Quando se quer ser mais forte que seus competidores, no tennis, no foot-ball, na esgrima, de certo que não é indifferente adquirir maior habilidade; por mais fraca que seja a progressão parabolica, nem por isso será menos real; e é unicamente com exercicios prolongados que se pode obter uma notavel superioridade. Mas tal não será a necessidade para os seiscentos mil soldados a pôr em linha por occasião da guerra. Não se cogita de ter eximios andarilhos, ou atiradores capazes de acertar o maximum de tiros no alvo; basta possuir bons marchadores, bons atiradores, perfectos conhecedores do manejo do fuzil, cidadãos animados de um verdadeiro espirito patriótico e militar. Para que, pois, este excesso de treinamento...? O treinamento, como todas as funções physiologicas, comporta um limite que se torna perigoso ultrapassar. Muitos athletas, accommettidos de uma infecção aguda, morrem rapidamente, incapazes de reacção... *O treinamento militar pode ser obtido em seis ou doze mezes, e, portanto, um treinamento mais prolongado é inutil e pode acarretar pessimas consequencias.*»

Reproduzimos esta longa citação de Richet, para apontar nitidamente o erro em o qual incorrem os physiologistas que estudam a questão do treinamento no ponto de vista militar. Elles occupam-se quasi exclusivamente do ponto de vista sportivo.

Quanto ás qualidades psychicas que o treinamento sportivo dá, é bom não esquecermos que existe uma differença entre as que são devidas ao treinamento physico e aquellas que se adquirem pela instrucção e por meio da suggestão.

O exercicio sportivo habitua, sem duvida, ao perigo: contribue grandemente para crear esta especie de coragem, caracterisada pela indifferença aos transe perigosos, como se observou entre os povos primitivos e que o homem civilisado pouco a pouco va perdendo; poderíamos chamar a isso coragem passiva. Para o soldado diríamos a *perseverança* no combate. O que é mais necessario, porém, na batalha moderna, é a coragem activa, nascida de um estado d'alma, de um sentimento intimo: amor á patria, desejo de gloria, enthusiasmos de toda natureza; ella dá a audacia, o denodo, o transporte, a vontade de vencer.

Não ha nação em que se cultivem mais os sports do que na Inglaterra. Os officiaes sobretudo, entregam-se á vida sportiva, e a guerra do Transvaal poz em relevo a sua coragem manifestada, que lhes permittia cumprir passivamente o seu dever, com honra. Não nos parece que elles quizessem mostrar esta coragem activa, esta vontade de vender a todo o transe, que se communica dos officiaes á tropa e dá o enthusiasmo, o calor, a vida; este arrojado que dá a iniciativa e faz com que o chefe não hesite em empenhar a sua responsabilidade.

Em summa, quaes seriam os ramos do programma de instrucção militar que poderiam ser assim assimilados aos sports? O tiro e a marcha

da infantaria. Não se pode considerar a gymnastica, que constitue um ramo accessorio; seu fim é unicamente fortalecer, flexionar os musculos; ella serve da preliminar aos exercicios militares.

Para o tiro, Mosso, pretende que um mez de aprendizagem basta; no fim deste tempo ou se é atirador ou nunca se o será: esta opinião será discutida mais além.

No que concerne á marcha, a etapa normal admittida na Belgica é de 22km,5; ordinariamente é só o que se exige do soldado; e só em casos excepçoes etapas mais longas são realisadas, e mui raro excedem á força media dos infantes, como nas marchas forçadas de etapas muito penosas; mas os reservistas, na maioria das unidades não terão o treinamento e muito menos a «forma», que permite o rendimento maximum.

São necessarias, para manter o soldado nestas provas, outras qualidades que não as do treinamento physiologico, ausentes, aliás, na maioria, e pode-se mesmo dizer que se deve exercitar os soldados aos esforços physicos para habituar a sua vontade e não o seu corpo.

Para que, então, applicam-se, exactamente, todas as theorias concernentes ás leis do treinamento physiologico, capazes de diminuir, por sua judiciosa applicação, a duração do tempo de serviço? Não o percebemos.

Muitos espiritos fazem confusão entre «treinamento physiologico militar» e «treinamento militar». E notadamente Richet faz esta confusão, dizendo: «O treinamento militar pode ser obtido em seis ou doze mezes...». O primeiro não é sinão uma parte do segundo. O treinamento physiologico tem por fim augmentar as forças physicas do homem sem que delle faça um soldado. Uma nota ministerial franceza regula, como se segue, as condições do treinamento physiologico:

«Conhecer o grão de resistencia do soldado, de maneira a nunca ultrapassal-o; conservar e desenvolver-lhe as forças por uma serie de exercicios varios e apropriados; saber fazel-o repousar a tempo; recommear, logo que possa, os esforços interrompidos pelas circumstancias exigentes; conduzir assim o homem, sem abalo e quasi sem o perceber, a seu maximum de flexibilidade e de vigor...»

E' precisamente a limitação da esphera de applicação das leis do treinamento physiologico.

Os physiologistas fazem, da parte puramente mecanica da educação militar, a parte importante, a base desta educação. O resto, (quando delle se preoccupam), parece-lhes secundario: saber marchar e atirar... «Basta, diz Richet, ter bons marchadores, bons atiradores, perfectos conhecedores do manejo do fuzil...»

E, todavia, este não constitue o papel do soldado; a marcha e o tiro não são sinão dous ramos de um programma sobrecarregado. E além do ensino profissional technico, ha o treinamento moral, a educação physica, mais importante ainda do que a educação physiologica e profissional.

Mas então? O papel do physiologista é a bem dizer, restricto: elle auxilia o educador technico, — e talvez o educador moral, no caso extremo em que as qualidades psychicas possam nascer do exercicio physico.

A applicação das leis physiologicas á instrucção militar permittirá melhorar os methodos de gy-

mnastica, tirar melhor partido do tempo consagrado a estes exercicios e obter um resultado mais satisfactorio.

O conhecimento de taes leis dará aos chefes o modo de melhor regular a duração e a extensão das marchas em certas circumstancias; determinará as melhores regras hygienicas; exercerá ainda influencia sobre a determinação do regimen de alimentação, a maneira de vestir-se, a condução da mochila, etc., etc.

Em uma palavra, a physiologia occupar-se-á da saude do soldado; cuidará do corpo, lutará contra os abatimentos physicos, as molestias; permittirá ás tropas manterem por maior espaço de tempo seus effectivos numerosos e em bom estado; mas não permittirá diminuir a duração do tempo de serviço, porque não se trata, é necessario repetir, de absoluto treinamento, de nimia perfeição! O excesso de exercicio não é para receiar na instrucção geral, nem na instrucção profissional, nem na educação das faculdades physicas; a fadiga seria proveniente de um ensino muito rapido, isto é, de um tempo muito curto, de uma insufficiente duração do tempo de serviço, nada se podendo cortar, actualmente, no programma de instrucção, ao contrario.

O que os physiologistas podem reclamar, é que os officiaes, encarregados de commandar, exercitar, treinar physiologicamente, nutrir, vestir, alojar os homens, conheçam o homem physico, como os psychologistas e os sociologistas exigirão que os officiaes, tendo a formar, educar, dirigir, exercitar, amainar ou instigar as vontades, os corações e as almas, conheçam o homem psychico, o homem social.

Segundo Tenente de inf. José Porto Carrero.

(A seguir: Cap. II. — A physiologia na instrucção dos recrutas).

Endereços telegraphicos O Sr. General Barbedo acaba de tomar uma providencia que consulta aos intersses do serviço militar e aos do telegrapho, como tambem, do thesouro.

Verificada a prolixidade corrente nos endereços telegraphicos e nas assignaturas dos remetentes e ouvida a repartição telegraphica, que informou serem inconvenientes as abreviaturas de palavras, S. Ex. mandou publicar em boletim um codigo das designações abreviadas para endereços. Por eexmplo:

General Commandante da 2ª R. M. — Região — S. Paulo.

Chefe do Estado Maior da 2ª R. M. — Região E. M. — S. Paulo.

3ª Brigada de Infantaria — Brigada Coritiba.

6º Regimento de Infantaria — Infantaria — Caçapava.

2º Corpo de Trem — Corpo — Pinda.

Quando os despachos se dirijam ao proprio commandante precederá a abreviatura «Comte». As assignaturas devem ser «Coronel Chaves» e não, como acontecia «Tenente Coronel João Guilherme da Silveira Chaves, commandante interino do 3º batalhão do 6º Regimento de Infantaria».

Assumptos Navaes

A Historia que se repete...

Batalha de 10 de Agosto — Guerra russo-japoneza

A situação geographica da Russia e a immensidade de seu territorio, occupando zonas vastissimas em dous continentes, oppõe-se a que ella seja uma potencia naval. «La Russie ne sera jamais une grande puissance maritime» (Daveluy).

Querendo expandir-se em todos os quadrantes, sem primeiro remover as difficuldades da sua situação continental com uma politica previdente e um solido preparo militar, o Imperio Moscovita é o exemplo mais frisante que a historia nos apresenta dos perigos a que se expõem os paizes, onde, sem a minima attenção pelos interesses da defesa externa, os politicos dominantes abrem inconscientemente os fundos precipicios do abysmo, em que a nação fatalmente não tardará a precipitar-se.

Levianamente fiados no antigo prestigio militar da Russia, cujos feitos ainda reboavam nas paginas da historia da Europa; esquecendo que «massa de homens armados» já não é synonimo de «Exercito» e, muito menos, de «Marinha», os dominadores de S. Petersburgo não manifestaram jámais intenção alguma de educar os sentimentos civicos do povo, nem cogitaram de desenvolver a capacidade technica do seu Estado Maior General — órgão que caracteriza e define a potencialidade militar de uma Nação.

A previsão, base logica da politica, e particularmente dos negocios internacionais, não entrava — ao que parece — nos calculos do governo russo...

O Exercito e a Marinha daquelle paiz permaneciam desorganizados, sem espirito militar, sem unidade de doutrina, sem orientação definida, sem Estado Maior General e, o que é o cumulo, sem que politicos e militares coordenassem a sua acção para attingirem os seus objectivos...

«La flotte et l'armée de sa politique», phrase que caracteriza as ligações da politica com a estrategia, não entrará nos planos dos governantes russos...

Ao mesmo tempo, o povo, analphabeta e semi-selvagem, sem educação civica e inteiramente desinteressado da politica nacional, mostrava-se surprehendido e irritado com a guerra com o Japão.

A guerra exige, como condição essencial para a victoria, que a Nação vibre de entusiasmo pela causa que o governo espósa!... O Exercito e a Marinha são simples reflexos da Nação! Atirados por longas e morosas vias de comunicação a remotos theatros de operações, onde, por outro lado, a Marinha do Oriente parecia **não ter jámais cogitado da possibilidade de uma guerra com o seu unico inimigo provavel**, os russos colheram os frutos semeados pelos seus estadistas e chefes militares e navaes: a derrota pela incapacidade militar e moral para bater-se com um paiz, que, como diz Daveluy, «s'y préparait avec fureur depuis plusieurs années» e que gosava, ao mesmo tempo, das vantagens de uma situação geographica excepcional!

Os orçamentos militares da Russia — principalmente os da Marinha — eram muito superiores aos dos nippões, dando-lhe, portanto, todos os recursos para uma guerra que não podia ser surpresa para os moscovitas, cujos interesses, no Oriente, estavam em conflicto aberto com os objectivos expansionistas dos japonezes.

Os cégos dominadores da Russia acreditavam, porém, que bastaria o volume das suas avalanches humanas, inconscientes, desorganisadas, atiradas na guerra sem obectivo e sem entusiasmo patriottico, para esmagar o seu inimigo oriental! «On n'improvise pas une marine du jour au lendemain! On ne crée pas instantanément tout un material naval!»

Não se imprime a uma Marinha — nos ultimos momentos, ás portas abertas da guerra — a doce regularidade da engrenagem dos serviços de um Estado Maior General!

Assim, sem preparo militar, sem espirito combativo, sem entusiasmo pela causa da guerra, cujos objectivos não lhes interessavam, foram os russos surpreendidos por uma situação bellica inevitavel...

A esquadra do Oriente conseguira concentrar os seus melhores elementos em Porto Arthur, onde a inercia de um chefe incapaz, descurando as precauções mais elementares em face do perigo imminente — ao ponto inacreditavel de deixar aberto o porto e acesos os pharóes da barra e dos navios — permittiu a «surpresa» de 8 de Fevereiro...

A completa ausencia de preparação para

a guerra era o característico da marinha russa. Ao passo que, na esquadra japoneza, todo o pessoal, desde o Almirante em Chefe até o ultimo grumete, preparava-se para a luta *com o entusiasmo que suscita a eventualidade de um conflicto reclamado pela opinião publica*; quando todas as operações que deviam decorrer da guerra eram estudadas minuciosamente pelos japonezes e constituíam o objecto de constantes exercicios; e que as forças navaes do Imperio do Sol Nascente eram divididas em fracções tendo cada uma delias recebido uma composição intelligente, respondendo a um plano de campanha bem determinado; a esquadra russa do Pacifico repousava mollemente em uma falsa segurança, sem que nenhum dos seus Chefes e Commandantes acreditasse na imminencia do perigo e receiasse o valor do adversario! As differentes unidades desta esquadra nunca haviam sido guarnecidas de modo racional; os navios não haviam jámais manobrado em conjuncto; não se exercitavam, não treinavam os seus artilheiros, não faziam exercicios de sahidas e marchas nocturnas... Os serviços do Estado Maior não existiam senão em seus defeituosos regulamentos! Para essa esquadra, o primeiro encontro com o inimigo foi o primeiro exercicio de guerra, e alguns canhões atiraram, então, pela primeira vez!

O inqualificavel estado de espirito dos inertes chefes navaes russos, explica os insuccessos desastrosos da esquadra do Pacifico.

A curta passagem do Almirante Makharoff pelo commando da referida esquadra, deu-nos a impressão de que um sopro de vida nova animava as guarnições dos navios moscovitas.

A perda do Petropavlovsk, a 13 de Abril, mergulhou, porém, novamente aquella esquadra na inactividade, que preparou a sua mais completa desmoralisação. A situação dos navios russos em Porto Arthur, sitiado pelas forças dos japonezes, que cada vez mais se approximavam da praça, tornava-se insustentavel e inutil.

A 23 de Junho, aquelles navios, já então sob o commando do Almirante Witgheft, sahiam do porto — ninguem comprehende com que obectivo — para logo depois a elle regressarem, corridos pela simples appareção da esquadra japoneza. Tendo passado uma noite no ante-porto, onde foi alvo de repetidos ataques de tor-

pedeiros — aliás brilhantemente repellidos — o almirante Witgheft encerrou-se novamente com os seus navios no interior de Porto Arthur, de onde sahiu, por ordem imperativa do seu governo, a 10 de Agosto, com a intenção de alcançar Vladivostok.

O abandono de Porto Arthur por parte da esquadra russa tornára-se imperioso: Dentro em breve, os navios — que já começavam a ser bombardeados pelas baterias japonezas — não poderiam renovar os seus aprovisionamentos de carvão e de munições, pois a praça estava sitiada e cortadas as comunicações por via marítima. Infelizmente, o Almirante russo não era homem capaz de afrontar todas as dificuldades que se lhe antolhavam e não comprehendeu — ou não teve valor para tanto — todo o partido que poderia tirar do poder dos seus navios, se agisse com o espirito de decisão e energia que caracteriza um verdadeiro chefe, disposto a realmente combater o inimigo, tanto mais quanto era evidente que os japonezes por motivos controversos — não se lançaram também resolutamente na acção.

Por outro lado, a esquadra ao mando de Witgheft retirára de bordo alguns canhões e holophotes para a defesa da praça; as guarnições estavam incompletas e, poucos dias antes da partida, haviam sido feitas importantes mutações no estado maior dos navios; alguns commandantes iam manobral-os pela primeira vez, deante do inimigo!

Nesta conformidade, com tal chefe e taes elementos e disposições, sem o minimo enthusiasmo pela guerra, o que se poderia esperar de semelhante esquadra? Foi o que se viu. O almirante russo pretendia attingir Vladivostock sem ser forçado a combater: «Nous verrons que c'est le parti pris de ne pas tenter le fortune des armes qui a constamment inspiré les actés des deux commandants des batiments» (Daveluy).

No entretanto, era patente a importancia que teria para o desenlace da guerra uma retirada feliz e opportuna da esquadra russa de Porto Arthur para Vladivostock, ou um combate a fundo com os navios de Togo.

Guiado por erroneas informações a respeito da velocidade dos navios japonezes Witgheft acreditava poder forçar o bloqueio. Denunciava, porém, imprudente-

mente aos observadores inimigos os seus preparativos de marcha e esquecera que «o alphabeto do officio de marinheiro e do forçador de bloqueios indica que as condições mais favoraveis para se ter exito nesse genero de emprezas, acham-se reunidas durante a noite». Só assim, teria elle conseguido lançar as suas forças — aliás consideraveis — para fóra do porto e abrir caminho para Vladivostock.

As marés não podiam servir de pretexto para a sahida durante o dia, pois o chefe naval russo teria podido preparar convenientemente as cousas para sahir na primeira oportunidade á noite, tendo o cuidado de occultar as suas intenções ao inimigo. Se a data da partida foi, como se affirma, imperativamente marcada pelo Czar, a responsabilidade de Witgheft está um pouco diminuida e a sorte da esquadra foi a que merecia aquelle soberano.

Não está, porém, isento de culpa o Almirante moscovita, porque, a despeito de tudo, podia se ter batido com muita vantagem, tirando partido das condições favoraveis em que o inimigo se apresentou, desconcentrado lamentavelmente, o que, por incapacidade ou fraqueza não fez.

Às cinco horas da manhã começaram a mover-se de dentro do porto os navios russos; ás 8 h. 30 m. toda a esquadra se punha francamente em marcha, rumo a Vladivostock. Prevenido em tempo pela T. S. F. dos seus exploradores, Togo deixa a sua base das ilhas Elliot ás 7 h. com a primeira esquadra (Mikasa, Asahi, Fuji, Shikishima; Kagusa e Nishin — quatro couraçados e dois cruzadores couraçados) e ao meio dia entrava em contacto com a força de Witgheft (Tsésarevitch, Revitzane, Pobieda, Pérésviet, Poltava, Sebastopol; Askold, Pallada, Diana e Novick — seis couraçados e quatro cruzadores).

Togo marchava ao SW e Witgheft ao SE, em rumos convergentes, ambos em columna (linha de fila), a uma distancia de 8 a 9 milhas; os japonezes encurtaram rapidamente a distancia, com maior velocidade para cortarem o «T» na proa dos seus inimigos.

Witgheft, por isso e por ter avistado pela proa uma forte esquadilha de destroyers, pertencentes á esquadra de Togo, «procurando barrar-lhe o passo com uma cortina de minas» (o que não ficou provado), guina oito quartas successivamente

para B. B., tomando rumo NE. mesmo porque avistára pela sua alheta de B. E. a 2ª esquadra japoneza, que vinha reforçar a de Togo. Um pequeno combate de artilharia foi iniciado sem grande proveito para qualquer das esquadras.

Witgheft não soube, não quiz ou não teve valor para aproveitar-se dessa divisão das forças inimigas para cair vigorosamente com os seus seis couraçados contra os quatro navios de batalha de Togo, nem procurou por forma alguma evitar a concentração que se desenhava, pois o almirante japonês continuava inflexivelmente no seu rumo e logo que viu a possibilidade do combate paralelo guinou oito quartas simultaneamente para B. B. afastando-se; depois outras tanto para B. E.; depois vira simultaneamente 169.: B. E., invertendo a columna e diminuindo a velocidade de modo a não perder o contacto com o inimigo e a permittir o avanço da 2ª esquadra.

A esquadra russa formára, então, os seus cruzadores e destroyers em linha de columnas por divisões, por B. B. dos couraçados. Togo não ousava atacar sósinho os seis navios de batalha inimigos — vantagem que continuava a não tentar o fraco Almirante moscovita, mais disposto a fugir que a combater — e repete a manobra, guinando simultaneamente 16 quartas para BE., restabelecendo a ordem directa da columna, para deixar aproximar-se a 2ª esquadra, que regularmente avançava ao seu encontro. Pouco depois, manobrando para tomar a testa da 2ª esquadra, guina 16 q. successivamente por B. B....

Entre 2 h 1/2 e 3 1/2, dizem os chronistas, as duas esquadras japonezas, unidas, atiraram-se resolutamente, forçando a marcha, ao encontro dos russos, que haviam antes, retomado o rumo de SE. Em distancia de 8.000 metros, abriram rapido fogo, ficando logo o «Askold» fóra da linha com avaria nas caldeiras, provocada por um projectil japonês.

Os russos guinam, então 4 quartas successivamente para B. B., navegando ao rumo Léste, a que tinham chegado os japonezes para facilitarem a concentração da 1ª e da 2ª esquadra, ficando parallelos a estes. Togo manobrára, pois, admiravelmente com o intuito de operar a sua junção com a 2ª esquadra, sem, no entretanto, perder o contacto do inimigo! Elle sabia que a sua primeira esquadra era

inferior á força de Witgheft e, chefe endoutrinado, «evitava o combate por não ser superior no ponto ameaçado», até ser convenientemente reforçado pela concentração que se effectuava. Witgheft não soube, não quiz ou não ousou contrariar-o! Reunidas as primeira e segunda esquadras japonezas, estava traçado o desastre russo. A esquadra de Porto Arthur, com os seus navios mal dispostos, expunha os seus cruzadores, de enfiada, a receberem os tiros disparados contra os couraçados e tinha os destroyers inertes, por BB. daquelles!...

Togo, certamente, o teria destroçado, mesmo á troca de sacrificios, se visse que Witgheft podia attingir Vladivostock, distante 1.100 milhas.

Logo que a esquadra japoneza — que dispunha de maior velocidade — julgou-se em distancia efficiente, abriu o fogo sobre os navios inimigos, que responderam vivamente. A's 6 1/2, um projectil japonês mata o chefe da esquadra russa que se achava no passadiço de ré do «Tsarevitch» com o seu ajudante de ordens.

Continuando no mesmo rumo, este navio içou o signal «passando o commando da esquadra» ao Almirante Ouktomskii, então a bordo do «Péresviet», que o não reconheceu. Logo depois, um outro tiro feliz do inimigo penetrava na torre de commando do «Tsarevitch», ferindo e matando quantos alli se achavam e avariando o apparelho de governo. O leme estava carregado a BB. e o navio em curvas vertiginosas levou a desordem á esquadra russa, acompanhado em seus movimentos pelo «Revitzane», seu matalote de ré. O novo Chefe russo, como talvez previra Togo, ordena por semaphoras o regresso a Porto Arthur, deixando os dous couraçados abandonados á furia inimiga!

Não foi, porém, obedecido por todos os navios que, chefiados pelo commandante da divisão de cruzadores, debandam em varias direcções...

Anoutécera. Togo não quer, ainda uma vez, aproveitar-se de tamanha desordem e deixa que, em corrida louca, em linha de frente, regressem ao seu tumulto — Porto Arthur — ou atinjam varios portos neutros, onde foram internados ou destruidos os navios de Ouktomskii, perseguindo-os mollemente com os seus destroyers, que, por signal, se revelaram novamente incapazes de tirar o minimo proveito dos seus

torpedos nos ataques nocturnos que se succederam.

Excepção feita de «Novick», que após heroico combate singular com o Tsushima, foi posto a pique por sua propria guarnição em Korsakov, os demais navios russos, principalmente os destroyers, só cogitaram de fugir, fosse para onde fosse, apavorados deante do inimigo! Estava terminado o combate e perdida a esperança de uma victoria moscovita no Oriente!

A esquadra russa figura no rol das que á mingua de preparo para a guerra e de objectivo militar, bem merecem a satyra amarga e grosseira de um engenheiro naval inglez, ouvida a bordo de um couraçado sul-americano ao ser lançado dos estaleiros, em New-Castle-on-Tyne: «os seus navios são construidos para «tea parties» e não para combate!...»

O fim de taes esquadras, sem Estado Maior General devidamente organizado, sem orientação scientifica e sem preparo para a guerra perfeitamente prevista e calculada com toda a sua extensão, só pode ser este: a derrota, mesmo quando em seu seio, em todas as gradações da hierarchia militar, existam capacidades valiosas e magnificas energias dispersas!

Não foi sem motivo que Von der Goltz escreveu: *«Não se cogita sómente de examinar quaes as qualidades que um homem deve possuir para fazer «grandes cousas» como generalissimo: E' preciso, sobretudo, saber quaes as condições a que deve satisfazer um Exército e a organização militar do paiz para produzir «grandes homens de guerra»!*

Só uma «grande Marinha» — uma Marinha verdadeiramente organizada — animada de um sincero enthusiasmo pela causa da guerra, poderá produzir «grandes almirantes» capazes de cobrir de gloria o pavilhão da Patria!

Capitão de Corveta *Frederico Villar.*

Canções Militares

Em 1916, nos corpos desta Região, a canção militar estava em pleno successo.

Sendo sua introduccão ainda recente na vida da caserna, em pouco tempo conseguia seu lugar de honra nos regimentos e batalhões. Estes, em sua maioria, possuíam canções proprias, que lhes cantavam o nome, feitos e glorias militares.

O meu batalhão fazia parte da peque-

na minoria que ainda não possuia um hymno nesses moldes, não por lhe faltar quem pudesse disso desempenhar-se com brilho, mas por estar passando o facto naturalmente por muitos desapercibido.

Isso mesmo foi um dia commentado por um distincto official da minha companhia, numa occasião em que desempenhava seu nobre mistér de instructor.

As suas palavras, revestidas de uma transparente expressão de melancolia, que o seu grande amor pela corporação lhes emprestava, despertaram em meu espirito, de facil suggestão, e que ali também aprendera a cultivar com carinho essa elevada virtude do soldado, o desejo irresistivel de procurar sanar o que eu já começava a considerar uma grave lacuna.

Sem que a isso me compromettesse, por uma natural manifestação de escrupulo e modestia, comecei a esboçar a letra da canção do corpo.

Quando a julguei concluida, procurei aquelle mesmo official afim de conhecer sua opinião. No decurso de sua leitura calma e meditada, notei que a satisfação que o empolgara momentos antes, transformava-se em franco enthusiasmo.

Eram necessarias, ainda, as impressões dos chefes mais graduados. Essas vieram sem tardar, e, para meu completo triumpho, eram também favoraveis.

Tinha, então, o 1º B. E. sua canção militar, que completava o enthusiasmo de suas praças pela instrucção e pela vida da caserna; eu me sentia orgulhoso por poder prestar esse serviço pessoal á corporação onde bebi os primeiros ensinamentos civicos; finalmente o illustre 1º Tenente Dr. Arthur Joaquim Pamphiro mostrava-se satisfeito por ver que suas palavras tinham sido bem interpretadas e que estava realisado um caro desejo seu.

O successo de um escriptor depende, quasi sempre, do modo por que suas obras são recebidas pela critica indigena.

E' uma regra que quasi nunca falha. Assim, eu, sentindo-me prestigiado pelo benevolente conceito de meus chefes, que ali eram os criticos mais autorizados, vi também acercar-se de mim com facilidade o apoio e concurso dos demais camaradas.

Havia sido creado o quadro dos radiotelegraphistas. Os rapazes para compôr esse quadro foram recrutados, em sua maioria, do elemento propriamente civil.

Eram equiparados aos sargentos e, não

obstante isto, frequentavam a escola de soldado.

Quando se approximava o dia de exame de recrutas, alguns d'aquelles rapazes lembraram-me a idéa de ser ensaiada uma canção em sigilo para nesse dia ser cantada, proporcionando, assim, mais solemnidade ao acto, ao mesmo tempo uma surpresa, que seria bem recebida.

Annui á idéa.

Em breve estava a canção prompta e ensaiada convenientemente.

No dia do exame, os rapazes, garbosos e cheios de enthusiasmo, apresentam-se para ser examinados cantando a canção, especialmente para esse fim escripta.

A surpresa foi agradabilissima.

A canção, que, como já disse, havia sido feita exclusivamente para a solemnidade do exame, começa a ser ensaiada com enthusiasmo por todas as companhias.

Em breve todo o Batalhão a canta com gosto, satisfação e alegria.

Estava assegurado o seu successo.

Não lhe havia eu dado nome, chamando-a todos lá «Da Patria Guardas», palavras com que começa o seu primeiro verso.

O acolhimento enthusiastico que lhe foi dado, não se limitou só ao meu batalhão.

Com uma rapidez poucas vezes observada, a canção espalhou-se por todos os cantos do paiz.

«Dias d'epois, das vivendas luxuosas, pelas venezianas floridas, os pianos jogavam espaço em fóra suas notas, que penetravam por todos os ouvidos e todas as memorias as retinham», diz um jornal.

E outro: «A todas supplantou e domina, incontestavelmente. Popularissima, falseiam-na e trauteiam-na homens e mulheres, velhos e moços; papagueiam-na as creanças com ingenuo enthusiasmo bellicososo.»

E assim foi ella seguindo gloriosamente uma trajectory juncada de mimosas flores, espargidas por bondosas mãos.

Nos seus versos eu dizia.

«A paz queremos com fervor;

A guerra só nos causa dôr;

Porém, se a Patria amada

Fôr um dia ultrajada

Têm o brio que a impôr.»

Procurava, eu, então, traduzir o estado do espirito publico, que já começava a se manifestar ante o caminho por que enveredavam as coisas da guerra e que claramente prenunciavam, para mais cedo

ou mais tarde, uma attitude decisiva de nossa parte.

E foi o que se deu effectivamente.

Em pouco, entravamos tambem na lucta.

Refere um jornal:

«E vieram os comicios publicos, as festas patrioticas, porque a guerra foi reconhecida. E a grande massa, homens, mulheres e creanças; soldados e paizanos, todos cantavam empunhando bandeiras:

«A paz queremos com fervor;

A guerra só nos causa dôr,

Porém, como a Patria amada

Foi agora ultrajada

Luctaremos com valôr.»

E mão anonyma pegou dos meus versos e fez, com a maior naturalidade deste mundo a flagrante alteração que se vê ahí, além de outras, sendo até augmentada a canção.

O povo, na ancia de manifestar suas energias civicas, acceitou benevolente essa transformação, muitos, mesmo, talvez, pensando ter sido feita ou autorizada pelo proprio autor.

E como era soberbo, ver-se esse despertar de energias em pról da defesa, do nome, da honra, da integridade da cara Patria, eu mesmo não tive coragem de manifestar-me contrariado com tão innocente delicto, porque julgava que uma causa mil vezes superior estava em jogo: *A causa da Patria.*

Hoje, que já nos bafejam os fulgores da paz com triumpho e gloria, é preciso, torna-se necessario, mesmo, reivindicar para a canção sua primitiva forma.

Basta dizer que o seu nome conserva-se alterado por todos os logares.

Aqui chamam-na *canção do soldado*; acolá *canção militar*; mais além *amôr febril*, e assim por diante.

No proprio livro de canções do 2º R. I., ella apparece alterada, tendo sorte igual a que ali está denominada «*Ao Auri-verde Pendão*», que tambem é de minha autoria.

Eu as fiz movido unicamente pelo desejo ardente de concorrer com minhas fracas forças para conservar sempre latente o ardor patriotico dos meus companheiros de caserna.

Mas, independente disto, minha forma, meu pensamento, minha idéa, devem permanecer intactos, porque assim exigem meus sagrados direitos de autor.

E' isso o que peço.

THEMAS TACTICOS

Da II Parte (S. E. M.) do Boletim de 14. 5. 19. da 6.^a Região

III—Solução

4.^a D. E. Bifurcação das estradas de P. Eterno-Pinda, 26-4-919, 450.

1.^o — *Ponta de caval.*

1 off. e 1 esq.

2.^o — *Testa.*

Cap. 1/43.^o B. C.

1/43.^o B. C.

Comp. Sap. 4.^o B/E.

3.^o — *Corpo* (e ordem de marcha)

Major 43.^o B. C.

1 esq. 2/2.^o R. C.

2, 3 e 4/43.^o B. C.

6.^a C. M.

Dada verbalmente aos interessados.

Ordem á vanguarda

1.^o — Igual ao numero 1 anterior.

2.^o — *Idem.*

3.^o — *A vanguarda* marchará ás 5 horas da bifurcação Padre-Eterno-Pinda, em direcção á Pinda, via Cap. do Soccorro.

4.^o — *O corpo* marchará a 500 m. da testa.

5.^o — Haverá um só *alto* de 15 minutos, áe 630.

6.^o — *Marcharei* com a testa.

Te. Cel. Comte. 43.^o B. C.

Commentarios

O commandante da vanguarda, acompanhado pelo ajudante do 43.^o B. C., ao receber a ordem de movimento do destacamento, reúne ao depois os commandantes da 6.^a C. M. e 1/4.^o B. E., o official de cavallaria, o major e os commandantes de companhia do 43.^o B. C. e expõe-lhes, verbalmente, a ordem acima, de movimento da vanguarda.

A partida da vanguarda está facilitada pela ordem preparatoria do commandante do destacamento. O 43.^o B. C., principal força da mesma, tem já a sua testa no ponto inicial de marcha.

Examino, com minucia, agora, a entrada da vanguarda em columnna. A's 5 horas precisas parte a ponta de cavallaria, e logo a de infantaria, que deve ser o primeiro pelotão da 1.^a companhia. O 2.^o pelotão expede os agentes de ligação (Art. 290 R. S. C.).

Afastada a cauda da ponta de 400 m., iniciam a marcha os dois pelotões restantes em *columnna de estrada* seguidos da 1/4.^o B. E. que, com tempo, devia ter sido conduzida, pelo lado esquerdo da estrada, ao ponto inicial de marcha. Escoada a 1/4.^o B. E., o major do 43.^o conduz as tres companhias até ao ponto inicial de marcha. Expede tres cavalleiros de ligação com a cauda da *testa* (Arts. 182 e 290 R. S. C.), e, calculando os 1.000 m. de distancia, inicia a marcha, á frente de sua tropa, com os seis cavalleiros restantes, as 2.^a, 3.^a e 4.^a companhias do 43.^o B. C. e a 6.^a C. M., que tinha tido tempo de collocar-se na cauda do 43.^o B. C.

A tudo isso acompanhado pelo ajudante assiste o commandante da vanguarda (Art. 182 *infra* R. S. C.).

Chega a vez do commandante do grosso organizar sua columnna, a começar do ponto inicial de marcha. A entrada em columnna realiza-se de modo semelhante.

Que faz o major do 2.^o R. C., ao receber a ordem de movimento e conferenciar com o coronel A.? Destaca um official com uma esquadra do 2.^o esquadrão para a patrulha Padre Eterno — Fazenda Mombaça — Ponte sobre o Parahyba, afim de verificar se ha signaes do inimigo na margem direita e marca-lhe ponto de reunião na entrada da mesma ponte. Designa um outro official e outra esquadra do 2.^o esquadrão para

fazer a ponta de sua cavallaria e formar o *grosso* com dois pelotões completos e tres esquadras do 2.^o esquadrão e todo o 1.^o esquadrão. Das tres esquadras, pertencentes ao pelotão que forneceu a patrulha P. Eterno — Fazenda Mombaça, — manda escalar um sargento e 4 cavalleiros (Art. 235 do R. S. C.) para explorar na direcção de Cap. de Sant'Anna e o cabo e os 4 soldados da mesma esquadra para os serviços de esclarecimento na direcção de Campinas. Estas duas patrulhas destacar-se-ão á entrada de Pinda, e ganharão, pelo lado exterior da cidade, as estradas de Cap. de Sant'Anna e Campinas.

E o intendente do 6.^o R. I., encarregado de conduzir os trens de estacionamento, que faz? A *ordem preparatoria* determinava que os trens de estacionamento estivessem promptos a partir, em seus respectivos acantonamentos, ás 610, e a *ordem de movimento* designava-lhes a distancia de 2 km da cauda do grosso para sua entrada na columnna. O intendente do 6.^o calculou immediatamente que a profundidade da tropa era de 5.370 mais 2.000, o que lhe dava em tempo uma hora e trinta minutos. Por conseguinte, ás 630, a testa dos seus trens devia partir do ponto inicial. Disponha assim de 20 minutos para a organização da marcha dos trens. Como, porém, ás 630, toda a columnna fará um alto de 15 minutos, conta o intendente do 6.^o, em ultima analyse, com 35 minutos, tempo mais que sufficiente para cumprir as ordens recebidas.

Julguei necessario entrar em taes minudencias para demonstrar a exequibilidade das ordens que o coronel A. e o commandante da vanguarda expediram. Seria muito util que os senhores officiaes superiores imitassem o Senhor Major Silvestre Rocha, commandante do 4.^o G. O., que, em seu officio N.^o 145 de 30 do pp., comunicou-me o seguinte: «Tomei a resolução de, depois de resolver o thema tactico, entregar a solução aos officiaes, dando um commando a cada um para que digam como conduziram a tropa.

Desse modo, recebido um thema, organizadas as ordens decorrentes, cada official superior distribuiria aos seus officiaes os commandos correspondentes.

Exemplifico. A ordem de movimento do destacamento poderia ser distribuída: a um grupo

de officiaes, o commando da cavallaria; a outro, o da vanguarda; a outro, o do grosso; ao intendente, os trens de estacionamento e assim por diante. Cada official superior teria, dessa maneira, a demonstração de que suas ordens seriam executaveis, eximindo-me de pormenorizações que soluções defeituosas e inapplicaveis me obrigaram desta vez, além do valor instructivo que decorreria da medida.

IV — Solução

Justificação da ordem de marcha

Começo pela repartição das tropas. O coronel A., apesar do pequeno effectivo de sua cavallaria, resolveu tiral-a da vanguarda, dando-lhe missão independente. Nosso R. S. C., em sua letra, não é claro a respeito. Em todo caso dos Arts. 275, ultima parte, 276 (cumpre a cavallaria divisionaria procurar a maior distancia as informações sobre o inimigo), 277 (deve ser attribuido maior effectivo de cavallaria ao serviço de esclarecimento), 279 (do commando da columna recebe o da cavallaria instrucções precisas, etc.), comprehende-se que o coronel A. fez muito bem, dada a necessidade de alcançar a ponte sobre o Parahyba o mais cedo possível e obter informações do outro lado do rio, reservando-a para agir sob suas ordens directas. Em geral, nos destacamentos, e quando a cavallaria é de pequeno effectivo, deve ser ella subordinada ao commando da vanguarda. Só numa situação especial, como a estudada, fundamenta-se o modo de proceder do coronel A.

Ao commandante da vanguarda entregou o mesmo chefe a tropa que devia constituir-a. Em virtude dos principios dos Artigos 87, 88 e 104 do R. S. C., *respeitar a iniciativa do subordinado e não embarçar a sua iniciativa com detalhes de execução*, compete áquelle organizar a columna vanguardeira. Pelos mesmos preceitos o commandante do 43º deixou ao da testa formar seu escalão. Só excepcionalmente tal regra não será mantida. No problema ora estudado, e como a ordem de movimento não fala na eventualidade da defesa da ponte, o que talvez não lembresse ao commandante da vanguarda, a collocação da 1/4º B. E. na testa, o do destacamento poderia, verbalmente, determinar tal disposição.

Porque ao commando do grosso, tanto da vanguarda como de toda a columna, não se permite a mesma iniciativa? Porque é com o grosso que cada chefe manifesta a sua vontade, e é, por isso, que elle não pode delegar em outrem a feitura e o manejo da clava com que conquistará a victoria ou soffrerá a derrota.

A força de infantaria da vanguarda varia de $\frac{1}{3}$ a $\frac{1}{6}$ (Art. 286 do R. S. C., alinea a). O 43º B. C. estava naturalmente indicado para a vanguarda, por ser $\frac{1}{4}$ da infantaria e unidade isolada, permitindo a permanencia de todo o 6º R. I. no grosso, com a obediencia ao principio da conservação dos laços tacticos. A companhia de sapadores (Art. 286 letra d do R. S. C.) deve fazer parte, em nosso paiz, de tão más estradas, da vanguarda. Mas no caso vertente deveis lembrar-vos tambem que se trata ulteriormente da travessia de uma ponte e da preparação de sua defesa, e, por isso, sujeitou-se o coronel A. á letra do Art. 176: *na determinação da ordem de marcha é preciso se levar em consideração, antes de tudo, o emprego eventual*

das tropas. E foi pensando do mesmo modo que o commandante da vanguarda collocou a 1/4º B. E. na testa, recordando-se do Art. 288 do R. S. C., linhas 6 e 7.

A 6ª C. M. tambem foi destinada á vanguarda, por que ellas são muito apropriadas para reforçar a rápida e energicamente o fogo da infantaria (Art. 445 do R. E. I.) e prestam reaes serviços na defesa de pontes (pag. 83 das I. S. M. M.), provavel emprego se a ponte sobre o Parahyba não estiver destruida.

A' vanguarda não foi fornecida artilharia, porque só excepcionalmente se faz marchar baterias com uma vanguarda cujo effectivo seja inferior a um regimento de infantaria. (Art. 189 do R. S. C.).

Só meio pelotão de cavallaria coube á vanguarda. Para que mais na emergencia presente? Trata-se de uma marcha de 13 km, em terreno completamente descoberto, estando o inimigo separado por um rio caudaloso sem vãos e pontes por elle utilisaveis. Attribuir maior effectivo ao serviço de esclarecimento que ao de protecção immediata é attender ás prescripções do Art. 277 do R. S. C. Por outro lado, se estudardes as ordens elaboradas pelo coronel A. para a cavallaria do major do 2º R. C., vereis que o destacamento marcha completamente esclarecido e seguro em todas as direcções. Foi, em virtude de sua habilidade, que o coronel A. poud economisar a cavallaria de *protecção immediata*, a favor do *esclarecimento que lhe deve proporcionar em tempo* (Art. 275 R. S. C.), *as informações necessarias ás suas deliberações*.

Grosso (e ordem de marcha). T. Cel. do 6º R. I. São determinações categoricas dos Arts. 105 e 176 do R. S. C.

O primeiro elemento do grosso é o XVI 6º R. I. Adoptemos para os nossos trabalhos, a bem da uniformidade, em notação romana, os numeros dos grupos e batalhões incorporados. Em seguida vem todo o grupo de artilharia.

E' a sua natural posição: sufficientemente perto da testa da columna, *em condições de apoiar rapidamente a infantaria da vanguarda* (Arts. 176 e 285 do R. S. C.).

Os trens de combate das baterias, na mesma ordem que estas, se succedem, marcham reunidos depois da ultima bateria do grupo (Arts. 176 do R. S. C. e 323 do R. E. A. C.). Isso, porém, não precisa constar da ordem de movimento. Seguem-se ainda, no grosso, os XVII e XVIII batalhões (menos a 4ª deste ultimo) na ordem natural da numeração. A Cl. I. m. está collocada atraz da infantaria. Não é necessario avançal-a, pois não se pode prever combate até Pinda. E o Art. 487 do R. E. A. C. diz: *seu logar na columna de marcha é determinado pelo commando superior. Em regra seguem na cauda da infantaria da divisão, etc.*

A ambulancia tem o seu logar á retaguarda das tropas (Art. 176 do R. S. C.). Uma companhia, a 4/XVIII 6º R. I., faz a guarda da retaguarda. Combinae os Arts. 302 e 303 do R. S. C. e vereis que essa guarda fará, de um lado, serviço de policia e por outro, por excesso de prudencia do coronel A., será uma garantia para a ambulancia e Cl. I. m. Pela situação exposta e medidas tomadas, será humanamente impossivel um ataque á retaguarda no tracto Tremembé-Pinda.

Estudo agora os §§ da ordem de movimento. No cabeçalho apresentam-se o lugar, a data e a hora em que é expedida a ordem (Arts. 120 e 121 do R. S. C. e modelos das pags. 261 e 263).

A questão da hora é importante — deve ser a em que foi expedida, e não a do começo da sua redacção.

O coronel A., por isso, escreveu 4⁴⁰, justamente o momento em que convocou os officiaes na bifurcação de P. Eterno-Pinda.

§ 1º. — Este paragrapho reproduz as informações do inimigo, fornecidas pelo commandante da 4ª D. E.

Na maioria das soluções os meus camaradas ligaram pouca importância ao facto do Exército Azul haver sido *batido e perseguido*. Era noticia favoravel, e que merecia ser communicada ao destacamento. As boas noticias devem ser claramente transmittidas.

O paragrapho completa-se com a informação da tropa amiga (Art. 102 do R. S. C.).

§ 2º. — O coronel A. entendeu apenas indicar Pinda como objectivo de marcha do destacamento. O R. S. C. reza no Art. 88: *as ordens devem ser claras, breves e precisas e conter o que é necessario ao subordinado saber*.

O mesmo se lê, *mutatis mutandis*, no Art. 102, II. Ora, o coronel A., só poderia cumprir integralmente sua missão, se attingisse Pinda e a ponte estivesse intacta. Nesse interregno a situação poderia modificar-se. Para que adiantar ideas, submittidas a circumstancias independentes de sua vontade e a esclarecimentos posteriores de sua cavallaria?

Obedecei sempre a esses preceitos, que elles são seguros e prudentes.

Neste paragrapho foi bem definida a estrada de marcha (Art. 122 do R. S. C.). Dois únicos caminhos se apresentam entre Tremembé e Pinda. A escolha não é difficil: ambos têm, mais ou menos, a mesma extensão; o melhor é o que corre ao longo da estrada de ferro, via Cap. do Soccorro. Ainda militam a favor desse, duas circumstancias: vós sabeis que o inimigo se retirou para a margem esquerda; o caminho por P. Eterno se approxima muito do rio. E' natural que elle vigie a margem opposta. A marcha do destacamento seria, por conseguinte, percebida por elle. Se o inimigo subtrahiu-se á nossa perseguição, passando o rio, é natural que elle defenda a passagem, pelo menos, com uma retaguarda. Sua artilharia estará em posição na outra margem, e facilmente hostilizará a columna. Para isso, não é preciso que a sua artilharia occupe alturas, como vi escripto em algumas soluções. A artilharia de hoje não precisa *ver*, basta que o seu observatorio ou seus observadores vejam. Ao contrario, em vez de occupar as alturas, procura posições mascaradas, mesmo ás vistas dos aviões. Na artilharia moderna — é a lição da guerra europeia — cada viatura possui sua rede de cordas com a qual se cobre e na qual é tecido matto verde, com que se mascara e esconde. A artilharia das cristas é coisa do passado.

Pelos motivos expostos, o coronel A. escolheu proficientemente a estrada de marcha.

§ 3º. — Está neste perfeitamente determinada a missão da cavallaria (Art. 279 do R. S. C.). A sua partida rapida e immediatamente, ás 4,40', decorre da necessidade de alcançar a ponte o

mais cedo possivel. Não era preciso marcar-lhe velocidade: o *rapidamente* define-a. Ao commandante da cavallaria cabe avaliar, tendo em vista o estado dos cavallo, e a situação, o que delles póde exigir. A 8 km, á hora, chegará á entrada da ponte noventa e sete minutos depois de sua arrancada, isto é, (4,40' + 97'), ás 6,17'. A's 4,40', ainda é noite; a marcha será lenta no começo.

O coronel A. determinou ainda ao commandante da cavallaria esclarecer-se na estrada de P. Eterno—Faz. Mombaça—Pinda, nas direcções de Cap. Sant'Anna e Campinas. Retirou assim a sua iniciativa. Procedeu bem no caso. Era-lhe necessario saber que o inimigo não tinha forças na margem direita. Precisava ficar tranquillo. Ainda mais: *atravessará a ponte sobre o Parahyba e procurará informações do inimigo nas direcções Massahim-Santa Cruz Grande e Mandú-Bom Sucesso*.

Ordenando o coronel A. a travessia da ponte, evitou formular hypotheses; determinando esclarecimentos nas direcções citadas, ficou seguro que o inimigo seria procurado nas direcções provaveis que lhe interessavam conhecer.

Não se póde sempre na guerra confiar na intelligencia e iniciativa dos subordinados. Mesmo parecendo haver restringido a iniciativa do major do 2º R. C., o coronel A. deixou-lhe toda a liberdade na escolha dos meios de execução (Art. 304 do R. E. I.), especialmente de fraccionar a sua tropa como entendesse (Art. 279 do R. S. C.).

§ 4º. — A hora da partida, 5, estava fixada na ordem da 4ª D. E. Ao commandante do destacamento nada mais cumpria que executar-a, tendo-lhe inspirado, na escolha do ponto inicial, as regras do Art. 179 do R. S. C.

§ 5º. — A distancia de 1000 m, entre a vanguarda e o grosso, não só se conforma com o algarismo do Art. 287 do R. S. C., como a situação não exige outra.

§ 6º. — O estudo da situação mostra que não ha necessidade de escolta para os trens, por isso vão elles, reunidos, depois da ultima fracção de tropa (Arts. 526 e 527 do R. S. C.), sob a direcção do intendente do 6º R. I. (Art. 525 do R. S. C.). A distancia de 2 km que lhes foi marcada, permite que partam do acantonamento depois das tropas (Art. 565 do R. S. C.) e que cheguem a destino — Pinda — com tempo de abastecer-as. O indicar-lhes que marchem na mesma ordem das unidades, obedece ás prescripções do Art. 535, letra A.

§ 7º. — Só um alto, depois de hora e meia de marcha, foi determinado. O alto horario, se a situação não permite, deixa de ser obrigatorio (Art. 183, pag. 81 do R. S. C.). Ora, o coronel A., tem pressa de alcançar Pinda; a marcha não passa de 13 km, por conseguinte, um só alto de 15 minutos está de accordo com a situação. Fóra de casos semelhantes, não precisa constar da ordem de movimento senão o momento e a duração do grande alto (Art. 184 do R. S. C.).

§ 8º. — Em regra, em qualquer marcha para a frente, o commandante da columna mantem-se na vanguarda (Art. 176 do R. S. C.). O coronel A. escolheu a testa da vanguarda. Assim está mais proximo para receber informações de sua cavallaria de esclarecimento, informações essas preciosas e indispensaveis.

2.º thema

Situação geral. — A do thema anterior.

O coronel A., em chegando ás 5⁵⁵ a Cap. do Soccorro, recebe, por um estafeta, a seguinte informação:

N.º 1. Ponte a N. O. de Pinda, 26-4-919, 6²⁰.

Senhor Commandante do Destacamento.

Atravessei a ponte sobre o Parahyba, que está em perfeito estado, sem encontrar vergigos do inimigo na margem direita. Alguns habitantes do Paiz, interrogados, informam que tropas azues, em grande desordem, retiram-se para a Serra, ao longo da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

Em Bom Successo existe, no dizer dos mesmos habitantes, uma força das tres armas que se fortifica. Sigo Mandú-Bom Successo, esclarecendo-me na direcção Massahim-Santa Cruz-Grande.

Major 2.º R. C.

Estava o coronel A. em uma casa de Cap. do Soccorro, redigindo suas decisões determinadas pela informação precedente, quando um avião de reconhecimento aterra no campo ao N. da Estrada de Ferro Central.

O ajudante do 6º R. I., a galope, dirige-se ao ponto de aterragem, e ouve do official observador as seguintes informações:

Os azues com artilharia pesada tentam demolir a ponte a N. O. de Tremembé, e bombardeiam a cidade. Observam-se posições azues na cota 600, Morro da Diviza. Ha uma longa columna de V. Pimenta para o N. Outras tropas são vistas em Bom Successo.

Pedem-se:

1º) — Que resoluções toma o coronel A., conhecendo as informações anteriores?

2º) — Qual a ordem para a defesa da ponte?

3º) — Qual a ordem que daria o commandante da fracção encarregada da defesa da ponte?

4º) — Qual a ordem para o acantonamento em Pinda?

5º) — Croquis do dispositivo de segurança.

(Assignado) General L. Barbedo.

Estudos de Organização Militar

O Sr. coronel Dr. Samuel de Oliveira acaba de nos prometter a publicação de um trabalho seu, nas paginas da nossa revista, sob o titulo acima, a começar no proximo numero. E' materia em que sua meditação foi em muito corroborada pelas observações praticas pessoas proporcionadas pelos altos cargos que ultimamente S. S. tem exercido.

Summario: Introducção, traçado de uma rota; capitulo I, A pasta da guerra; capitulo II, Acção da critica; capitulo III, Lei de organização geral; capitulo IV, Lei de ensino; capitulo V, Lei de justiça; capitulo VI, Lei de promoção; capitulo VII, Lei de reforma; Capitulo VIII, Lei de recrutamento: voluntariado e sorteio; capitulo IX, Regulamentos e instruções; capitulo X, Papel do legislativo; capitulo XI, Theoria e pratica da disciplina militar; capitulo XII, Considerações finaes.

INVERNADAS

Pelos corpos montados

Nota da redacção ao artigo do n. 69 intitulado "Pela Cavallaria" Invernadas" do nosso distinto collaborador 1.º Te. V. Benício).

O problema das *invernadas* interessa a todos os corpos montados, especialmente os que tem séde fóra da Capital Federal, porque não recebem mais do que a *quinta parte* da massa indispensavel ao forrageamento dos seus animaes.

Segundo o ultimo relatorio ministerial precisariamos uma dotação orçamentaria de 7.884:000\$000 para forragear os 12.000 cavallos de que carece normalmente o Exercito.

Como actualmente essa dotação ficou em 1.400:000\$000, em annos anteriores se conservou aquem desta importancia e não é de esperar que os preços da forragem desçam facilmente ou que tenhamos a dotação total acima indicada, necessario se torna resolver o problema por outro processo.

O que devemos considerar inadmissivel é que os corpos montados fiquem com sua instrucção incompleta e cruzem os braços ante as difficuldades financeiras, quando já temos exemplos bem definidos de que a energia e actividade de um bom commandante podem resolver a questão com o auxilio das invernadas.

E' logico que uma instrucção perfeitamente regular, executada dia por dia, hora por hora, de accordo com a reducção do tempo de ensino, exige o cavallo na baia, forrageado e prompto, mas tambem é logico que, emquanto as condições do paiz não permittirem, emquanto a questão de effectivos da tropa tambem não estiver resolvida, em consequencia das aperturas financeiras, pensemos em applicar intelligentemente os regulamentos — realisando os seus fins, fazendo os exames principaes com toda a correcção e variando o tempo e o methodo dentro de limites razoaveis.

Uma invernada de dez quadras de sésmaria, com galpões cobertos de palha, onde os animaes fiquem ao abrigo das geadas e das chuvas e recebam a metade da ração normal de milho e de feno, conserva a força dos animaes, evita a mortalidade do inverno e prepara a cavallhada para de um momento a outro mudar de regimen de forrageamento e trabalho.

O animal que está no campo com abrigo, pastando á sua vontade e compensando as difficuldades da pastagem com um pouco de grão e de feno — não estranha vindo para o quartel e passando immediatamente ao trabalho e ao forrageamento normaes, ou reciprocamente.

Assim o cavallo estará no quartel quando fôr indispensavel e estará na invernada sempre que a instrucção permita.

O general Pedro Bitencourt procurou iniciar esse regimen estabelecendo o ensino da «tracção em março», isto é, antecipado, e isso numa occasião em que um Regimento de Artilharia dispunha de 13 contos para manter mais de quinhentos animaes.

E' esse um exemplo de accommodação da instrucção ás condições de forrageamento e todos sabem que o resultado foi satisfactorio, principalmente nos corpos onde haviam invernadas.

Na mesma ordem de idéas foi, evidentemente, inspirado o art. 16 das Indicações Geraes das «Directivas para os exames de instrução de tropa»: «Os corpos montados que não tenham animaes em argola, pelo menos em numero sufficiente para um esquadrão ou uma bateria — com os quaes possa trabalhar todo o corpo, embora com menor frequencia —, deverão fazer no periodo de instrução de recrutas, mesmo no seu começo, de modo a attenuar os effeitos da penuria dos campos no inverno, um mez de instrução de equitação em picadeiro e no exterior, na cavallaria, e de equitação em picadeiro e tracção, na artilharia...»

A compra de internadas para os corpos montados de fóra do Rio e especialmente para os da 3ª Região (R. Grande do Sul) é medida que se impõe por ser economica, razoavel e instructiva.

E' economica, não porque permita em annos posteriores diminuir a dotação de forragem — mas porque permite tornar a unidade efficiente com a dotação actual. O que se economisa dos arrendamentos carissimos dessas internadas quasi sempre mal situadas e sempre sujeitas a serem requisitadas pelos donos respectivos quando tenham melhoramentos, o que se economisa com os plantios que nellas podem ser feitos e que podem ser do milho (que dá em qualquer parte) e de qualquer outra forrageira que se preste a ser fenada (alfafa, amendoim, sorgo perene, capim de Rhodes, milhã, etc.) e o que se economisa com as remontas necessarias em consequencia do inverno que pega o animal enfraquecido e exposto ás intemperies, dá sobejamente com a dotação actual, para manter os cavallos em condições de servirem a uma instrução efficiente e a uma applicação opportuna da tropa montada.

A situação actual, como a de hontem, em que a instrução dos homens fica incompleta, além de que, mesmo incompleta, torna-se inaproveitavel porque em alguns mezes do anno a tropa fica incapaz de qualquer esforço sem uma preparação prévia, não póde, ou melhor, não deve continuar.

Pague o Governo mesmo a vinte contos a quadra de campo, o mais perto possivel dos corpos e leve em conta a possibilidade de ter boa internada na localisação dos corpos montados; e compre pelo menos cinco internadas por anno, compre resolutamente sem preocupação de preço, porque é medida economica, pratica de valor com a qual melhorará a defesa e enriquecerá o patrimonio nacional.

Os quadros que o Estado Maior organizar para as armas montadas devem consignar nos respectivos estados-menores, um 3º sargento, um cabo e seis soldádos, para os serviços de internada, homens esses recrutados por engajamento dentre os que revelarem gosto pela vida agricola e pastoril.

Isto não é innovação nem despesa futil, é a legalisação de uma necessidade que só não é conhecida por quem desanimou na resolução desse problema ou por quem só conhece organizações á européa, onde as terras são carissimas e a propria economia obriga a manter os animaes estabulados.

Dê-se internadas boas aos corpos e se mantenham os quantitativos actuaes para forragem e ferragem, regulamente-se o serviço de plantios — por praças especiaes ou empregados civis — e

só não será efficiente a unidade que persistir em fazer no quartel installações outras ou desviar para fins ainda menos razoaveis, a massa que passará a significar — contribuição para o forrageamento e ferração.

A preparação dos sargentos necessarios á direcção dos plantios das internadas poderá ser obtida facilmente nas escolas agricolas dos estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Quanto aos recursos necessarios para as installações iniciaes, talvez o Exercito possa encontrar nos campos que possui e nos proprios nacionaes que as vezes são abandonados ou cedidos como si dispuzessemos de recursos em excesso.

Si como affirma o relatorio já referido na pg. 46 os campos de Saycan e do Rincão de S. Gabriel não servem para depositos de remonta, poderiamos reservar em Saycan uma parte para a coudelaria e contractar o arrendamento das restantes, applicando systematicamente os resultados desse arrendamento no material necessario á divisão das internadas e construção dos galpões de abrigo, bastando que no contracto o Governo se reserve o direito de occupar uma determinada zona para manobras.

Tanto os campos de Saycan como do Rincão de S. Gabriel são considerados excellentes para a criação de gado vaccum e nessas condições facil será obter com o arrendamento, 25 contos para auxiliar as installações de cada uma das cinco internadas adquiridas por anno.

Assim com a dotação annual de 750 contos para «Internadas» resolveriamos vantajosamente em 3 annos o problema, no que se refere no Rio Grande do Sul.

Fardamento

O fornecimento de fardamento independentemente de pedidos, ordenado pelo sr. General Director da Administração da Guerra — entrando em linha de conta com o stock da intendencia das unidades — imprimiu uma extraordinaria acceleração nesse serviço, alterando por completo a feição que elle tinha conservado até então, além de contribuir para o augmento das existencias em deposito na I. G.

O problema de organização dos stocks tornou-se assim viavel, perdendo o aspecto insolúvel de que se revestia, dentro dos recursos ordinarios, devido ao regimen administrativo do nosso paiz.

A perseverança na applicação daquellas duas medidas, permite-nos vaticinar uma solução definitiva para essa importante questão, sem trazer novos encargos para o thesouro.

Estamos informados de que o fornecimento futuro correrá da melhor maneira, sendo de esperar, por outro lado, que as guarnições das Regiões frias venham a receber peças de fardamento capazes de supprir as deficiencias até aqui constatadas.

Estudo de tactica regulamentar

(Ensaio)

Indicações commentadas para o cdte. e chefes superiores e subordinados nos destacamentos mixtos — em estacionamento, marcha e combate.

1 — ESTACIONAMENTO

A — Estacionamento longe do inimigo

Indicações para o cdte.

1. Qual o principio?

«... estacionar em profundidade ao longo da estrada a percorrer, de um e de outro lado, mórmente se as marchas tiverem que se succeder e exigirem das tropas um esforço prolongado». (R. S. C. 196-6).

Commentario — Esta prescrição trata de dar o maximo de *commodidade* á tropa. A formação da columna de marcha (R. S. C. 179) exige deslocamentos que serão tanto mais *incommodos* quanto maior fôr a frente do estacionamento. O estacionamento ao longo e aos lados da estrada de marcha dispensa a determinação de *ponto inicial* (R. S. C. 179-2) e consequentes desvantagens de alvorada mais cedo para a maioria das unidades e precipitação quanto aos *preparativos da partida* (R. S. C. 178). Longe do inimigo a relativa despreoccupação com elle, dispensa-nos das formações de estacionamento apropriadas ao combate e dos innervantes cuidados da *segurança* (R. S. C. Titulo V — Capitulo III). Trata-se, pois, de articular o estacionamento de modo a favorecer no maximo a entrada dos elementos na columna de marcha com o minimo de fadiga. Exige-se grande habilidade do cdte. para que, dentro dessas normas, sejam aproveitadas todas as localidades.

2. Que especie de estacionamento preferir?

O acantonamento, na impossibilidade o acampamento, sempre que possivel o acantonamento-acampamento (Doutrina do R. S. C. 209-2).

Commentario. O ponto de vista é o da *commodidade da tropa*.

Muito melhor se resguarda a economia das forças (R. E. I. 291) n'um acantonamento que n'um acampamento ou bivaque. Apezar de que a nossa pequena densidade de população e a falta de lei de requisições nos obriguem geralmente ao acampamento, sempre haverá innu-

meras probabilidades de acantonamento se attendermos ao espirito militar nascente em nosso povo e ao sentimento patriótico que sempre existiu na familia brasileira, no minimo de acantonamento-acampamento. Todo cdte. deve dispendir o ultimo esforço para conseguir o acantonamento de suas unidades, no minimo o acantonamento-acampamento.

3. Como proceder para a installação do estacionamento?

Fazendo seguir a tempo, (R. S. C. 213) precedendo a columna, os *estacionadores* (R. S. C. 198) e elaborando com *oportunidade* a ordem para o estacionamento (R. S. C. 87-1 e 2-197).

Commentario — Esperar providencias de estacionamento ao longo da formação de marcha é das coisas que mais abala o moral da tropa. E' preciso que esta ao attingir a *zona de estacionamento* (R. S. C. 199-1) já encontre determinadas todas as prescripções para sua installação, (R. S. C. 211-1) bastando que cada unidade siga o seu estacionador (guia) para no menor tempo se encontrar em repouso. Assim, desde o *grande alto* os estacionadores devem ser lançados, depois de um prévio estudo da carta e das informações e de assentadas idéas geraes sobre o estacionamento a realisar. O mais tardar no ultimo pequeno alto ou á entrada da *zona de estacionamento* deve ser dada a ordem de estacionamento. Só assim os chefes superiores e subordinados terão tempo para darem tambem suas ordens. (R. S. C. 90).

4. Como seria a ordem para o estacionamento? (R. S. C. 197).

Exemplo:

DESTACAMENTO...

(Logar e data)

Ordem nº.... (R. S. C. Anexo I pag. 263).

Repartição do acantonamento

(R. S. C. Anexo I pag. 263 e art.º 211-1 e 4-combinação).

Cdte. Major J. (R. S. C. 211-1).

Infantaria:

I — Ruas..., ..., ...;

II — Ruas..., ..., ..., ...;

III — Ruas..., ..., ...;

Bateria — Praça....;

Engenharia — Praça...;

Cavallaria — Chacara 2 km. a O da sahida N.

Trens — Columna dupla na rua da Matriz

á altura das respectivas unidades (R. S. C. 530) sem interromper as ruas transversaes (R. S. C. 211-4 d.).

(Modo de transmissão).

1. O destacamento acantona na Villa...

2. O I dá as guardas: sahida N 2 esquadras e 1 sargento; sahida S 1 esquadra e 1 sargento; quartel general 1 esquadra e 1 corneteiro; trens 2 esquadras e 1 sargento. (R. S. C. 216 e 217).

Posto Central (R. S. C. 210-6) Praça da Matriz.

O 1º/13 R. C. dá 6 ordenanças para o *Posto Central*. *Praça de reunião* — estrada, formação e direcção de marcha: cavallaria desde o marco 30; infantaria desde a sahida N; artilharia e engenharia desde a sahida S. A alimentação pelas V. C.

3. Amanhã ás... o destacamento deve estar prompto para marchar, mesma estrada, direcção e ordem de marcha. Não haverá toques.

4. Acantonarei em meu quartel general na Matriz.

(Assignatura).

Commentario — Para o caso do estacionamento mixto ou do acampamento a ordem poderá obedecer a esta mesma forma feitas as alterações necessarias. O que é indispensavel é procurar estacionar dentro do principio já exposto, utilizando intelligentemente as localidades ou os quadros do Anexo V R. S. C.

Indicações para os chefes superiores

5. *Qual a missão dos cdtes. de regimento, batalhão, grupo e unidades isoladas?*

Enviar a tempo os estacionadores de suas unidades (R. S. C. 198);

«... reconhecer, quando chegar ao estacionamento as direcções dos caminhos e estradas ahi existentes»; indicar na zona de estacionamento a *praça de reunião* de suas unidades (R. S. C. 221-8 e 9); evitar perturbar o repouso dos homens, com ordens á noite (R. S. C. 221-12).

Commentario — E' que não só o cdte. é o responsavel pela economia das forças (R. S. I. 291) Essa responsabilidade a tem todos os chefes. E, quanto mais proximo se está das necessidades dos homens mais se nos peza tal responsabilidade. Aliás, a obediencia do cdte. a esse principio depende muito da cooperação dos chefes superiores. A certeza desta cooperação é o fim das prescripções acima.

. *E quanto ao chefe encarregado do preparo do estacionamento?* (R. S. C. 198-4 e 211-1).

«O preparo do acantonamento deve ser feito com rapidez para evitar que a tropa espere e permittir que ao chegarem os corpos possam occupar immediatamente seus respectivos alojamentos». (B. S. C. 211-2).

No acampamento indica aos diferentes corpos o terreno em que devem acampar. (R. S. C. 201-1 e 209; combinação).

Commentario. Ainda o principio de economia das forças.

O serviço da repartição do estacionamento exige muita intelligencia, dedicação e actividade. Sem esses predicados, difficilmente o chefe dos estacionadores poderá executar o reconhecimento da *zona de estacionamento* e se entender efficazmente com as autoridades locais; ainda fazer a escolha judiciosa dos alojamentos, bebedouros, lavadouros, etc., assim como ordenar a tempo a collocação dos cartazes. (R. S. C. 211-4) E' preciso contar que além do quadro da repartição do estacionamento que deve ser enviado ao cdte. é ainda necessario que cada um de seus auxiliares (estacionadores das unidades) forneça os detalhes d'essa «repartição» aos respectivos chefes de unidades. (R. S. C. 211-10).

Indicações para os chefes subordinados

7. *Que lhes incumbe?*

«Os officiaes e sargentos velam pelo asseio corporal de suas praças, pelo bom estado dos animaes, do fardamento, equipamento, armamento e arreiamento e pela conservação dos viveres e munições». (R. S. C. 221-3).

Commentario — A ordem do cdte. e as dos chefes superiores já tem determinado todas as prescripções quando chega a vez dos chefes subordinados agirem. Comquanto todos os officiaes sejam explicitamente responsaveis pela «ordem, disciplina e hygiene» (R. S. C. 221-1) nenhum mais que os capitães, tenentes e sargentos, justamente por serem os órgãos hierarchicos mais em contacto com o material, os homens e animaes, por serem os órgãos propriamente da execução.

8. *E a missão de estacionadores?*

«... depois de um reconhecimento summario de seu sector, ficam o alojamento das companhias, esquadrones e baterias, bem como a collocação do trem e posição da guarda». (R. S. C. 211-5).

«... estaqueiam e demarcam os limites do bivaque (acampamento) de seu batalhão, grupo ou regimento; fixam as disposições necessários para a collocação de cada unidade, caminhos, latrinas, etc.; reconhecem ou fazem reconhecer os bebedouros, logares em que as praças devem buscar agua e lavar a roupa; e fazem começar os trabalhos de preparo e limpeza que se tornem precisos. Tomadas estas disposições, seguem ao encontro de suas respectivas unidades para guial-os, communicando ao cdte. todas as providencias dadas». (R. E. C. 201-2 e 3) (combine-se com o R. S. C. 209-1).

Commentario — É fundamental pois que estes chefes estejam bem ao corrente das prescripções regulamentares que dizem respeito aos estacionadores (R. S. C. 20 a 210 e Anexo V) afim de se evitarem duvidas e delongas na installação do estacionamento. Só assim podem elles dispôr do discernimento indispensavel ao acerto e urgencia das suas funcções. Os chefes subordinados, mais que quaesquer outros chefes, tem, como vimos, o dever de zelar pelo bem estar material e moral dos homens e nenhuma oportunidade melhor para ser posta a prova o seu conceito d'esse dever do que na funcção de estacionadores.

Indicações geraes

9 — *Quarteis generaes, ambulancias, etc.* (R. S. C. 212-5).

10 — *Acampamento prolongado* (R. S. C. 209-3).

11 — *Serviços no estabelecimento* (R. S. C. 214 a 222).

12 — *Honras, Continencias, Partes e Hygiene* (R. S. C. 224, 226 e 227).

E — *Estacionamento perto do inimigo*

Indicações para o cdte.

13. Qual o principio?

«... o estacionamento é mais cerrado e a profundidade menor. A necessidade de manter a tropa prompta para combater deve dominar qualquer outra consideração.» (R. S. C. 196-7).

Commentario — A economia de forças (aplicação dos meios) (R. E. I. 314) predomina sobre a economia das forças (commodidade) (R. E. I. 291). Prejudica-se a commodidade

da tropa ao se retomar o movimento e muitas vezes deixa-se de estacionar em optimas localidades. É que a proximidade do inimigo exige *segurança* (R. S. C. Titulo V. Capitulo III) para o que imprescinde a articulação da tropa visando o seu emprego em caso de alarme. As direcções perigosas, os effectivos a empregar (economia) na segurança e a dotação das armas no destacamento indicam a *fôrma* (perimetro) da *zona de estacionamento* que mais se preste á utilização dos meios. É-se levado, naturalmente, ao estacionamento cerrado, de menor profundidade e maior frente e a deixar em segundo plano a economia das forças (commodidade).

14. Que especie de estacionamento preferir?

O acantonamento de alerta (R. S. C. 213), na impossibilidade o acampamento, sempre que possivel o acantonamento de alerta-acampamento. (R. S. C. 209-2, 2ª parte e 213; combinação).

Commentario — Apesar do predomínio da economia de forças sobre a economia das forças esta subsiste. A economia das forças é um principio inalienavel. Eis porque deve subsistir a intenção de favorecer o estado sanitario da tropa, do qual depende de muito as operações — não desprezar o acantonamento. Isto tanto mais quanto, o acantonamento com as modificações do R. S. S. 213 (acantonamento de alerta) fica em condições de attender *sufficientemente* os dois pontos de vista — economia das forças e promptidão para o combate. O acampamento só quando não seja possivel o acantonamento de aberta (falta de habitações ou articulação mais exigente). Todo cdte. deve consumir o ultimo esforço para conseguir a installação de suas unidades em acantonamento de alerta no minimo acantonamento de alerta-acampamento.

15. Como proceder para a installação do estacionamento?

Como no nº 3 e mais fazendo acompanhar os estacionadores das «fracções correspondentes ás guardas» (R. S. C. 211-7).

Commentario — Por que se deve pensar na guarda pessoal dos estacionadores e ainda em garantir a permanencia dos habitantes afim de não serem prejudicadas as requisições. Apesar de que a vanguarda (vêr II-B) ultrapasse a *zona de estacionamento* e a cubra como veremos no nº 16, não se lhe deve dar aquellas attribuições, por isso que ella já se acha sobrecarregada com as penosas responsabilidades de manter o contacto com a *situação* e a immediata segurança da installação e repou-

so do estacionamento. Entretanto, nem sempre serão necessárias essas fracções de acompanhamento, principalmente se ainda se estiver em territorio amigo.

16. Como seria a ordem para o estacionamento?

Exemplo:

DESTACAMENTO

(Logar e data)

Ordem nº.....

Repartição do acantonamento de alerta. —
Infantaria:

II — Ruas...;;;

III — Ruas...;;;

Bateria — Rua.....

Engenharia — Praça.....

Cavallaria — Orla S da Villa.

Trens — A' disposição das unidades até ás 18 h.; depois em bivaque quadrado (R. S. C. 208) ao S da Villa.

1. (Noticias sobre o inimigo e tropas amigas).

2. O grosso estaciona em acantonamento de alerta na Villa.....

O II dá as guardas (como no exemplo do nº 4) etc., etc.;

3. A vanguarda se estabelece em postos avançados desde... até...; a linha... — ... deve ser mantida a todo custo. A cavallaria continua esclarecendo nas direcções..., ...e... até ...; ás 18 h. se recolhe ao seu estacionamento, apresentando 1/2 pelotão ao cdte. dos postos avançados.

4. Os T. E. da vanguarda á disposições das unidades na reserva dos postos avançados até ás 18 h.

5. Os ajudantes receberão ordens amanhã ás... á sahida N da Villa, hora em que o destacamento deve estar prompto para marchar.

6. (como no exemplo do nº 4).

(Assignatura).

Commentario — Basta este exemplo. Toda-via é preciso contar com alguns casos um pouco mais complicados que difficultarão, principalmente, os topicos 1 e 3 da ordem assim como tambem a articulação da tropa e dos trens pelo estacionamento. Recordemos algumas prescripções.

O nº 1 — deve conter as noticias sobre o inimigo e tropas amigas (R. S. C. 102-I) sómente no que interessa á «ordem» evitando-se a transmissão integral do que venha de autoridades superiores (R. S. C. 90). E' preciso que se esteja prevenido contra noticias alarmantes ou inquietadoras.

O nº 3 — O cdte. deve inspirar-se nas seguintes «informações e esclarecimentos sobre»: «o inimigo; local onde se estabelece o grosso da col.; extensão da frente a vigiar; tempo necessario para que as tropas possam tomar posição para o combate; posição a occupar em caso de ataque do inimigo; forças que fazem parte dos postos avançados; modo de enviar a correspondencia; local onde permanecerá o edte. da columna ao recommear esta a marcha; medidas relativas ao aprovisionamento de munições e distribuições de viveres; instrucções especiaes sobre parlamentares, habitantes do paiz, Cruz Vermelha e espionagem, quando isto tem logar». (R. S. C. 404) Quanto á cavallaria affecta aos postos avançados: «expedir fortes patrulhas a distancias convenientes para os arredores do local onde vão se estabelecer os postos avançados com o fim de protegê-los na instalação e mascarar as suas posições; cooperar na vigilancia durante o dia, expedindo patrulhas para além da linha de sentinelas dos pequenos postos; fornecer, eventualmente, os postos especiaes para occupação de encruzilhadas, sahidas importantes, pontes, etc., e cavalleiros para o serviço dos postos principaes e das reservas». (R. S. C. 398).

Quanto á utilização da vanguarda como postos avançados é a ella mesmo que incumbe o serviço (R. S. C. 225-326-330) Compreende-se facilmente a necessidade dos meismos chefes e unidades que vinham em contacto com o inimigo continuarem a sentil-o e mantel-o. Quando se quer substituir este destacamento de segurança só se deve fazel-o com a partida do dia seguinte (R. S. C. 332-415-416 e 417; Combinação) Sómente no caso de uma marcha retrograda é que o destacamento de segurança (rectaguarda) será substituido por tropas do grosso (R. S. C. 327) isto porque o serviço é extremamente penoso e quasi sempre abala o moral das unidades. Neste caso estabelecem-se os postos avançados com tropa fresca e a «rectaguarda» passa por estes e vae estacionar com o grosso.

A articulação das tropas e dos trens — A infantaria e artilharia devem estacionar muito proximas uma da outra (B. S. C. 197-4) é claro que a infantaria na frente da artilharia. A cavallaria o mais á rectaguarda possível para se contar com o maximo de repouso para os animaes e de tempo á promptidão para a acção (R. S. C. 418-1 e 2). Os trens devem estacionar á rectaguarda de toda a articulação (Doutrina do R. S. C. 527) Excepçionalmente ficarão elles com as unidades, principalmente com as dos postos avançados.

Finalmente ao dar a ordem o cdte. não deve esquecer as prescripções do R. E. I. 304, não querendo ordenar mais do que lhe compete e deixando aos subordinados a escolha dos meios (R. S. C. 87-2).

Indicações para os chefes superiores

As mesmas dos numeros 5 e 6 accrescidas das prescripções para o acantonamento de alerta (R. S. C. 213) e mais:

17. *Que incumbe ao cdte. da vanguarda?*

Transformar a vanguarda em postos avançados por meio de uma ordem (R. S. C. 87-1).

Commentario — E' sempre uma operação delicada. Tem-se que lutar com a fadiga da tropa e as disposições dos habitantes da *zona de estacionamento*, no caso d'ella ser suspeita ou adversa. Comquanto se deva alternar as unidades nos diversos serviços (R. S. C. 225) é-se obrigado a fazer esta alternância dentro das proprias unidades attribuidas a um determinado serviço (R. S. C. 326-330). No presente caso, por exemplo, fracções que tenham feito a missão mais penosa da vanguarda poderão ficar na reserva dos postos avançados. Todavia é preciso que o chefe a par de economisar seus homens saiba exigir-lhes todos os sacrificios quando seja necessario.

18. *Como seria a ordem á vanguarda?*

Exemplo (continuação do ex. do nº 16).

I/1º R. I.

(Logar e data)

Ordem n.º....

1. (Noticias sobre o inimigo e tropas amigas).

2. O Bm. se estabelece em postos avançados desde... á...; O corpo da vanguarda (3ª e 4ª comp.) como R. P. A. no paiol do Moinho — cdte. cap. x. As 1ª e 2ª em P. P. a 1ª na elevação..., de... á ...; a 2ª junto á encruzilhada... — ..., sobre a cochila da direita, de... á... A linha das alturas ...e..., será defendida a todo custo.

3. Os T. E. chegarão até á sahida N da villa e ficam a disposição das unidades até ás 18 h. As V. C. fornecerão as refeições.

4. As communicações me encontrarão na R. P. A. (modo de transmissão).

(Assignatura).

Commentario — No caso de effectivo mais forte talvez conviesse fazer a «repartição das tropas» (R. S. C. 104-2) tirando-a do texto. Ao se dar uma ordem para a installação de postos avançados e indispensavel recapitular o funcionamento dos diversos escalões para que, sem preocupação com schemas, tire-se todo o

partido que o terreno offereça, cuidando assim com carinho da economia de forças e das forças. Nada de distancias e intervallos obrigatorios (R. S. C. 321). Tambem não se vacille em supprimir escalões sempre que a topographia e a tactica o autorizarem. Se os P. P. constituem a *linha de resistencia* (R. S. C. 314-b e 319) e se elles teem que resistir sós ou apoiados pela reserva até que o grosso possa tomar formações de combate, nada mais simples do que procurar local-oz nos pontos a serem mantidos segundo a ordem do cdte. e de distancial-oz e interval-oz, levando em conta a rede de estrados, de accordo com a *fôrma* e *especie* do estacionamento do grosso e a distancia a que se está deste estacionamento. O mesmo quanto á reserva. (R. S. C. 318) E' preciso ainda pensar na utilização intelligente de *postos de observação*, *postos intermediarios* e *postos exteriores* (R. S. C. 328-331 e 372) que as mais das vezes podem supprir escalões. Na ordem para os postos avançados o seu cdte. precisa estabelecer: «as direcções a guardar; os pontos a defender com vigôr; a collocação dos diversos elementos de resistencia (R. P. A. e P. P.) seus effectivos, bem como sua acção respectiva em caso de ataque inimigo; todas as informações uteis (o gripho é meu) sobre a situação da Divisão e unidades visinhas ao inimigo». (R. S. C. 334-2). Quanto a effectivos o da infantaria da R. P. A. não deve ser inferior ao dos P. P. ou á metade de toda a tropa affecta aos postos avançados (R. S. C. 337); o da cavallaria — que deve ficar com a R. P. A. d'onde faz lançar suas patrulhas além da linha de sentinellas e fornecer os estafetas necessarios á ligação e ás ordens além dos postos especiaes que geralmente lhe incumbem (R. S. C. 338) — não deve ir além das necessidades do serviço (R. S. C. 399). Excepcionalmente haverá artilharia nos postos avançados (quando ha a defender ou bater pontos importantes R. S. C. 317) caso em que ella deve permanecer na R. P. A. (R. S. C. 229). Os P. P. devem ser constituídos por unidades integraes. (R. S. C. 345).

Indicações para os chefes subordinados

As mesmas dos numeros 7 e 8 accrescidas das prescripções para o acantonamento de alerta (R. S. C. 213) e mais:

19. *Ao cdte. da R. P. A.?*

«A reserva mantem constante communicação com os *postos principaes* e com a columna, velando pela segurança d'esta, por meio do telephone e agentes de ligação. Em caso de

ataque e de accordo com sua missão, reforça os postos principaes, recolhe-os ou toma resolutamente a offensiva contra qualquer columna inimiga que tentar forçar a linha. Deve evitar disseminar-se em pequenos reforços parciaes e age, de preferencia grupada». (R. S. C. 342).

Commentario — Eis condensadas todas as prescripções essenciaes. No mais, não ha melhor oportunidade para a applicação integral dos R. E. I. 302-313-314. Por isso a reserva não se fracciona. (R. S. C. 341) Para circumstancias especiaes vêr commentario do nº 20. —

20. Ao cdte. de P. P.?

«A missão do posto principal é de ordem defensiva. Em regra deve resistir no local, utilizando os pontos de apoio naturaes da posição que lhe foi designada, organisando-os quando preciso e estacionando na proximidade immediata de sua posição de combate». (R. S. C. 350-2 e 3).

Commentario — Se não consta da ordem de postos avançados é preciso decidir a tempo e com intelligencia se a posição é ou não organizada defensivamente. Geralmente, quando se tem de recommençar a marcha no dia seguinte não se trabalha de sapa, a não ser que se trate de uma marcha retrograda interrompida e que o inimigo persegue. E' essencial que cada P. P. se entregue, exclusivamente, á vigilancia do seu sector; excepcionalmente socorrerá postos vizinhos e se o fizer deve ser pelo fogo. (R. S. C. 352) Quanto á escolha da posição é preciso reflectir sobre os R. E. I. 433 a 436, 437-3, 440 e 448. Quanto aos trabalhos de sapa revêr o R. S. C. Anexo III 6 a 20 e 36 a 51.

O cdte. de P. P. deve pesar bem suas responsabilidades respeito á segurança da tropa que cobre. (R. S. C. 406) No cumprimento da sua missão competem-lhe as prescripções do R. S. C. 405.

21. Ao cdte. de p. p.?

Os pequenos postos «são estabelecidos nas proximidades dos caminhos, em locais de facil communicação com as suas *sentinellas* e com o posto principal de que dependem». (R. S. C. 357).

Commentario — E' porque os caminhos são as vias naturaes de accesso aos postos avançados. Por elles é que transitam os estafetas, as patrulhas, os habitantes, prisioneiros, parlamentares e por elles é que deverão marchar as columnas inimigas. A rede de estra-

das influe extraordinariamente na locação dos escalões dos P. A. — desde a ordem inicial do cdte. até á installação dos *sentinellas*. A locação destas deve ser a grande preocupação do cdte. de p. p. As *sentinellas* devem vêr e ouvir para poderem informar. (R. S. C. 363) O intervallo entre ellas varia com o terreno (R. S. C. 358) A substituição das *sentinellas* é outro cuidado importante. (R. S. C. 370) Deve-se obrigar os homens que entrem de *sentinella* á recapitulação dos seus deveres neste posto (R. S. C. 371) Para completar vêr o R. S. C. 408.

22. Ao cdte. de postos especiaes?

«Estes postos tem grande utilidade no estacionamento, após as marchas diarias, em que não é possivel estabelecer, com precisão, um *systema* regular de postos avançados». (R. S. C. 375).

Commentario — Basta que estes postos substituam escalões regulares dos postos avançados para que seus cdtcs. sintam as responsabilidades decorrentes. Os postos especiaes as mais das vezes têm de agir, simultaneamente como p. p. e P. P. D'ahi ser necessario escolher cdtcs. com qualidades especiaes que lhe permittam discernimento e decisão, com justeza e rapidez.

23. Ao cdte. de postos de exame?

«Quando se apresenta um desertor, o cdte. do posto de exame o interroga immediatamente, tomando nota por escripto de suas respostas: etc., etc.» (R. S. C. 377).

Commentario — Sem duvida esse primeiro interrogatorio serve de base ás futuras inquirições. Muita habilidade, pois, deve ter um cdte. de posto de exame e habilidade ligada a um seguro conhecimento profissional por isso que elle pôde ter occasião de collaborar seguramente nas informações colhidas pelos processos indirectos (R. S. C. 110-c) Elle deve estar compenetrado bem a fundo do espirito das prescripções dos R. S. C. 113 e 115.

Indicações geraes

24. *Medidas de precaução e informações* (R. S. C. 288).

25. *Rondas e patrulhas* (R. S. C. 379 a 396).

26. *Substituição e levantamento* (R. S. C. 415 a 417 e II B).

27. *Cavallaria nos postos avançados* (R. S. C. 397 a 400).

28. *Conducta dos postos avançados em caso de ataque* (R. S. C. 409 a 414).

C — *Estacionamento em contacto com o inimigo.*

Indicações para o cdfe.

29. *Qual o princípio?*

«... a frente do estacionamento aumenta, a profundidade diminue, as tropas estacionam em *grupamento articulado*, formando diferentes columnas e nas disposições preliminares do combate». (R. S. C. 196-8).

Commentario — Em contacto com o inimigo é preciso se estar em guarda, prompto a atacar ou contra-atacar. A economia das forças, sem que deixe de existir, fica entregue ás responsabilidades instintivas dos chefes de todas as cathogorias e ao instinto de conservação dos homens, servido pelos habitos de hygiene militar adquiridos. A preocupação maxima é a articulação da tropa tendo em vista o combate *immediato*. O estacionamento em contacto com o inimigo só se póde dar: n'uma *interrupção de combate* (R. E. I. 470) quando mais não seja possivel combater nem retirar; n'um *ataque a uma posição fortificada* quando cessa a «marcha de approximação» (R. E. I. 412 e 413) seja por se ter attingido a posição inicial de ataque (R. E. I. 400 e 404) ou por não ser possivel alcançá-la n'uma só noite (R. E. I. 415); n'uma retirada perseguida pelo inimigo, n'uma ou mais posições de acolhimento (R. E. I. 469). De qualquer modo a tropa está prompta para o engajamento, desdobrada a espera do combate immediato ou fraccionada em columnas varias cobrindo direcções ou posições de acolhimento. Para completar vêr a parte III.

30. *Que especie de estacionamento preferir?*

O *bivague*. (R. S. C. 199-5).

Commentario. — E' a especie de estacionamento que permite maior promptidão para o combate: os homens se installam com seus chefes e junto ás suas armas, as unidades estão grupadas attendendo a dispositivos proprios para o combate, toda tropa no proprio terreno do combate prompta a agir ao primeiro brado d'armas.

31. *Como proceder para a installação do estacionamento?*

Ordenando o álto e o bivague immediato. (R. S. C. 197).

Commentario — A função dos estacionadores fica prejudicada. Todos os chefes e unidades estão sobre a propria zona de estacionamento que tem sido palmilhada e reconhecida constantemente.

Excepcionalmente, n'um caso de retirada em boas condições, elles poderão preceder o movimento retrogrado indo fazer a repartição do bivague nas posições de acolhimento.

32. *Como seria a ordem de estacionamento?*

Attendendo: ás noticias sobre o inimigo e tropas amigas; á missão realisada e a realizar, de um modo geral ou para cada unidade; ao estabelecimento do bivague; ao logar a onde se encontra o chefe. (R. S. C. 102 e 197; combinação).

Exemplo (caso de uma marcha de approximação á noite, interrompida).

DESTACAMENTO...

(*Logar e data*)

(*Ordem no...*)

1. O inimigo tem retirado seus destacamentos avançados nas direcções... e...; a nossa Divisão atacará o flanco esquerdo do inimigo ao clarear do dia.

2. O destacamento bivaca: infantaria na mesma articulação, diminuindo as distancias e passando ao desenvolvimento; o III a minha disposição sobre a cota...; a artilharia em vigilancia sobre a Villa... nas alturas... e..., a cav. no flanco esquerdo sobre a estrada... com um posto exterior na encruzilhada... — ... Todas as unidades proverão sua propria cobertura e devem estar promptos para atacar. Alimentação pela ração de sacco.

3. Bivaco com o III.

(Modo de transmissão).

(Assignatura).

Commentario — Basta este exemplo mesmo para evitar exageros de imaginação que podem redundar em inveroselhanças. Os casos de interrupção de combate com perseguição incontida levarão a ordens semelhantes. Os casos de retirada em ordem sem perseguição encarnizada póde conduzir a semelhantes com os do estacionamento perto do inimigo.

Indicações para os chefes superiores

33. *Que lhes incumbe?*

Bivacar suas unidades o mais possivel dentro das prescripções do R. S. C. 199 e 200; provêr a segurança immediata de suas unidades.

des por patrulhas, linhas tenues de atiradores e postos especiaes (R. S. C. 392-3 e doutrina dos R. S. C. 377 e R. E. I. 497 — combinação) a não ser quando haja ordem para instalação de postos avançados em que procedem como já foi estudado; não perder os contactos, nenhum instante. (R. S. C. 393).

Commentario — O estacionamento em contacto com o inimigo, privando, geralmente, a ordem do cdte. de certos detalhes (*mais do que communmente*) exige muito dos chefes superiores, cuja iniciativa e consequentes responsabilidades ficam accrescidas e em relevo.

Indicações para os chefes subordinados

As mesmas dos numeros 7, 8 e 19 á 23 no que seja applicavel á situação e mais:

34. *Aos cdtes. de patrulhas?*

A mais severa observancia das prescripções do R. S. C. 385 á 387 e 392-2, 393 e 396-1ª parte.

Commentario — Em contacto com o inimigo os dispositivos de segurança em estacionamento, mais que em qualquer outro caso, não poderão ser attendidos completamente, devido, sobretudo a estar a tropa no proprio terreno do combate e articulada para o combate. D'ahi a importancia das patrulhas de cuja acção tudo se espera, cumprindo aos seus cdtes. a responsabilidade directa dos contactos e informações.

Indicações geraes

35. Especialmente a dos numeros 9, 11, 24 e 25.

(Continua).

Tte. MARIO TRAVASSOS.

Tres Proposições Essenciaes de Aeronautica

Dentre as proposições titanicas que ora se apresentam aos Estados Unidos, ha tres que pela sua importancia estão acima de qualquer das outras que até agora têm apparecido.

São tres irmãs, pertencem á mesma familia, a da Aeronautica:

Chamam-se:

A primeira — *Os Estados Unidos como primeira potencia aeronautica do Mundo;*

a segunda — *Um departamento especial de aeronautica;*

a terceira — *Um patrulhamento aeronautico de costa.*

Não são expressões academicas nem theoricas; têm tanto de vivas como o nosso sangue e a nossa respiração. Dellas é que ha de depender no futuro a nossa existencia nacional.

Para os que têm acompanhado com o mais vivo interesse os assombrosos progressos da aeronautica nestes poucos annos mais recentes ha certas cousas, em numero tal que causa admiração a um leigo, que em breve serão realizadas, mas que já são tão definitivas como si estivessem materializadas.

A proxima guerra (com licença da Liga das Nações) ha de se travar e decidir nos ares.

O aparelhamento de aeronautica militar de uma nação sobrepujará em importancia ao do conjunto do exercito e marinha.

O aparelhamento aeronautico, militar e commercial, será dentre todos os elementos de valor com que possa contar a nação, o mais importante.

Para que os leigos possam avaliar ou fazer ideia da immensidade desta materia de aeronautica, parece conveniente chamar-lhes a attenção para algumas cousas simples.

A atmospheria é o que ha de maior na Terra. E' um grande oceano que banha por completo todo o globo. A Aeronautica importa na conquista e utilização de todo este grande oceano para toda especie de viagem e de transporte.

Na utilização deste grande oceano ininterrupto ha certas peculiaridades que são da maxima importancia. Notemos as seguintes:

Com essa utilização cada cidade, cada villa, cada aldeia, na realidade qualquer porção de terra ou de agua na superficie do globo, fica sendo um porto possivel de partida ou um ponto possivel de chegada.

Neste novo oceano a estrada entre dois pontos quaesquer é uma linha recta ligando esses mesmos pontos. Neste novo oceano não ha linhas de littoral, nem cadeias de montanhas, nem estradas a construir; os unicos ob-

(Continua na pagina 421)

Nomenclatura do obuz de campanha Krupp 105 C. 14 T. R.

CONCLUSÃO

Na frente do ventilador são transportados alguns instrumentos para o serviço da forja.

O cofre do retotem é dividido em dois compartimentos lateraes de pequenas dimensões e um compartimento central de grandes dimensões; os dois primeiros são munidos de encaixes de madeira para receber as ferramentas do ferreiro: do lado direito as limas e tenazes e do esquerdo os martellos; o compartimento central é destinado ao transporte de carvão.

Na face anterior do cofre são previstos dois encaixes para duas caixas de ferro, revestidas internamente de uma guarnição de madeira; estas caixas transportam as *ferramentas do serralleiro e do ferrador*; ellas funcionam como gavetas e são presas por ferrolhos com móla.

Superiormente o cofre é fechado por uma tampa que se abre para cima e sobre a qual estão dispostas as varandas.

Sob o estrado estão dispostos os supportes para as barras de ferro, dois de cada lado; ahi são transportadas 12 barras de ferro de secções differentes, 6 de cada lado; ellas são presas aos porta-barras por meio de um ferrolho.

O retotem é munido de um freio de marcha podendo ser accionado por um homem a pé marchando atraz da viatura.

X. O ARMAO

86.—O estrado é quasi analogo ao do armão da viatura-peça.

O cofre é feito de folha de aço e munido interiormente de um fundo de madeira.

Interiormente o cofre é dividido em tres compartimentos, servindo o do meio para o transporte de ferraduras dos animaes; nos compartimentos lateraes são conduzidos:

Em baixo:

40 cordas;

1 pedra do rebolo;

2 aventaes de couro e

2.000 cravos em dois saccoes de couro.

Em cima:

1 caixa de accessorios em cada compartimento.

O cofre é fechado por uma tampa que se abre para a frente; sobre a tampa ha argolas para fixar saccoes de forragem e duas varandas.

Na face anterior do cofre são conduzidas

uma pá, uma picareta e uma machadinha e na face posterior dois baldes de lona.

XI. LUNETA DE BATERIA

87. A luneta de bateria serve para observação do objectivo e do tiro, para a medição da altura de arrebatamento dos tiros de tempo, para a medição do angulo de sitio e para a determinação da deriva a dar ás peças (ou á peça-base).

A luneta comprehende as partes principaes seguintes:

o tripé *A*,

o porta-luneta *B e*

a luneta panoramica *C*.

O tripé é formado por tres pés tubulares que podem ser encurtados ou alongados á maneira dos tubos telescopicos; elles são articulados á cabeça *a* e podem ser fixados em qualquer posição por meio dos parafusos de pressão *c 1*. A cabeça *a* constituida por um estojo de aço é munida de um parafuso de pressão *b*.

O porta-luneta *B* apresenta em baixo um estojo *d* que se encaixa na cabeça *a* por meio de um dente e é fixado pelo parafuso de serragem *b*. Sobre o estojo *d* repousa a cobertura *e* cuja haste ôca penetra no estojo e é ligada a este por uma junta espherica; esta junta pôde ser immobilizada por quatro parafusos callantes *h* destinados a permittir o nivelamento da cobertura *e*; para isso ella dispõe de dous niveis de bolha de ar *g*, perpendiculares um ao outro. A cobertura *e* é munida de um mecanismo de parafuso sem fim *f* para a pontaria exacta da luneta sobre o ponto de pontaria, mecanismo que pôde ser desengrenado por meio de uma alavanca *f 1* para se poder dar rapidamente um grande deslocamento angular approximado á linha de visada.

Na cobertura *e* está alojado o suporte *i* do encaixe *w* da luneta panoramica; este suporte é munido de dentes helicoidaes com os quaes está em ligação o mecanismo de parafuso sem fim *f*. O suporte *i* e o encaixe *w* são ligados entre si por parafusos.

O encaixe *w*, aberto para a retaguarda, tem na parte anterior um alojamento para o ferrolho de fixação da luneta panoramica.

A luneta panoramica *C* é quasi identica á da linha de mira do obuz; ella differe entretanto nos pontos seguintes:

A luneta de bateria tem um augmento de oito vezes, ao passo que a da peça augmenta quatro vezes;

A ocular é munida de um dispositivo per-

mittindo ajustar a luneta ás condições de visão do operador;

O goniometro da luneta de bateria traz no prato, acima da graduação em 100 millesimos, uma outra dos senos dos angulos lidos $Q\ 3$;

A luneta traz um reticulo micrometrico com graduações vertical e horizontal, para a apreciação das alturas de arrebitamento, dos desvios horizontaes e das alturas e larguras de objectivo; a escala horizontal tem divisões de $5/1000$ e do mesmo modo a vertical; os traços maiores da escala horizontal teem uma altura de $6/1000$ e os menores de $3/1000$.

A luneta é conduzida em uma caixa de madeira forrada de lona e com correia para ser transportada a tiracollo, e o tripé em um estojo de couro tambem com correia para o transporte.

88. *Instalação da luneta em estação* — Retirar o tripé do estojo de couro, alongar os pés c o estrictamente necessario, abril-os até ao limite e immobilisal-os por meio do parafuso de serragem $c\ 1$.

Tomar a luneta com o porta-luneta B e introduzil-o na cabeça a do tripé, e serrar o parafuso b .

Na instalação da luneta deve-se aproveitar tanto quanto possivel a protecção dada pelo terreno, de modo que só o reflector domine o campo de pontaria.

Nivelar a luneta agindo sobre os parafusos callantes h até que as bolhas de ar dos niveis g fiquem dentro de suas marcas. Sempre que se desserrar o parafuso B , portanto a cada mudança de estação, é preciso nivelar de novo a luneta.

Por ocasião do estacionamento da luneta ella deve ficar orientada de modo approximado para o objectivo, para o que antes de se apertar o parafuso b e nivelar a coberta e se deve apontar com o collimador z .

Para apontar exactamente sobre um ponto qualquer, olha-se pela ocular e faz-se mover o mecanismo de parafuso sem fim f (ou desengrenando-o ou fazendo girar o botão serrilhado que o commanda) e o tambor $q\ 1$ que dá movimento ao reflector no plano vertical, até que o cruzamento dos fios do reticulo coincida com o ponto visado.

O angulo de sitio se lê no prato e tambor do sitometro da luneta, do mesmo modo como se procede na luneta da linha de mira do obuz. Si, por exemplo, o index se acha entre as divisões «2» e «3» do prato do sitometro (angulo de sitio positivo) e o da graduação do tambor $q\ 1$ em frente ao numero «52», o angulo de sitio medido é de $+ 52$ mille-

simos em valor absoluto mas deve ser transmittido á bateria com a graduação lida 252.

Para medir o desvio angular horisontal entre dois pontos quaesquer, sendo um delles visado como se acaba de dizer, desengrena-se o reflector torcendo para baixo a alavanca q e faz-se-o girar á mão, de modo a oriental-o na direcção a visar, utilizando, si for preciso, o collimador. No caso de grandes diferenças de altitude entre os dous pontos, é preciso agir sobre o tambor $q\ 1$ do reflector. Larga-se depois a alavanca de desengrenagem e aponta-se exactamente a luneta sobre o ponto a visar, agindo sobre o botão serrilhado $q\ 1$, até que o cruzamento dos fios do reticulo coincida com o ponto mencionado. Lê-se o numero de centenas de millesimos do angulo medido na graduação do prato Q do goniometro e as dezenas e unidades na graduação $Q\ 1$ do tambor do botão serrilhado $Q\ 2$.

Terminado o serviço e antes de guardar a luneta é necessario pôr a zêro todas as graduações.

ANNEXOS

CARREGAMENTO DA VIATURA-PEÇA

ARMÃO

Na face anterior do cofre — 1 pá, 1 picareta, 1 balde de lona.

Na face posterior do cofre — 1 machadinha.

Na ponta da lança — 1 bolea movel.

Na bolea mestra — 2 balancins.

Na abertura circular da concha — 1 marmitta de campanha comprehendendo: 3 marmitões com tampa, 3 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira e 1 correia com fivella.

No cofre da concha — 1 martello, 1 torquez, 1 lima e 1 chave ingleza, 1 caixa para graxa, 1 almotolia com pincel, 1 lanterna, 1 chave para atarrachar estopilhas de percussão, 12 aruelas de couro para rodas, 1 sotroço com chaveta e francalete, 1 mola da peça de retém da clavija, 1 estojo para os livros e tabellas de tiro. Tabellas de tiro. Livros de tiro. 2 cadeados com 2 chaves. 1 balde de lona. 1 chave para espoleta de duplo effeito.

No respectivo encaixe 1 lança.

No cofre do armão — 1 caixa de accessorios contendo: 3 percussores, sendo 1 de exercicio, 5 molas de percussores, 1 cordão detonador com gancho de mola, 1 mola de segurança, 1 grão do percussor, 1 alavanca de armar com noz de armar, 1 descanzo da mola do percussor, 2 extractores, 1 chave para o grão de percussor, 1 sacco de como contendo um escovão. Um estojo de couro contendo o seguinte: 1 couro embutido, 7 aroelas de obtura-

ção para a guarnição do freio, 1 rodella de borracha, 1 parafuso rolha para o orifício de enchimento do freio, 2 aroelas de couro para o mesmo, 2 parachoques para a taleira do berço e o talão de amarrar, 1 mola para a alavanca do escudo inferir, 1 mola para o leme e 1 cadeado com 2 chaves.

OBUZ

Na bocca do obuz — 1 coifa de couro.

Na culatra — 1 capa de couro.

Na alça de mira — 1 capa de couro.

Nas guarnições de ferro — 1 balisa.

No encaixe da alça — 1 alça de mira.

No encaixe da luneta — 1 tampa de protecção.

No respectivo encaixe — 1 haste de protecção.

No cofre da flecha — 1 caixa de ferro contendo: 1 luneta panoramica, 1 chave para a mesma, um aro para ocular, 1 pedaço de camurça e 1 nível de bolha d'ar de reserva, 1 haste de alongamento, 1 chave para o parafuso tampão e a porca de fixação da haste do embolo, 1 chave para o parafuso rolha, 1 almotolia com pincel, 1 percussor de exercício, 1 caixa de couro, contendo o nível de pontaria, 1 cadeado com 2 chaves. Pequena porca de fixação para o equilibrador de mola.

CARREGAMENTO DA VIATURA MUNIÇÃO RETROTREM

No fundo do cofre existe uma caixa de ferro com uma luneta panoramica, 1 chave para a mesma, 1 aro para o ocular, 1 pedaço de camurça e 1 nível de bolha d'ar de reserva.

Em baixo dessa caixa, existe um alojamento de madeira com uma alça de mira de reserva e acima 4 caixas de estojos para granada explosiva. A' direita do cofre, existe um encaixe com 2 chaves para espoleta de duplo effeito.

ARMÃO

Na face anterior do cofre — 1 pá, 1 picareta, 1 balde de lona.

Sobre o estrado, na frente — 1 balancim de reserva.

Na face posterior do cofre — 1 machadinha.

No respectivo encaixe — 1 lança.

Na ponta da lança — 1 bolea movel.

Na bolea mestra — 2 balancins.

Na abertura circular da concha — 1 marmitta de campanha, comprehendendo: 3 marmittões com tampa, 3 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira, 1 correia com fivella, 1 balde de lona.

No cofre do armão — 2 caixas de estojos para granada explosiva.

No cofre da concha — 1 martello, 1 torquer, 1 lima, 1 chave ingleza, 1 caixa para graxa, 1 almotolia com pincel, 1 lanterna, 1 chave para atarrachar estopilhas de percussão, 1 sotoço com chaveta e francalete, 1 mola para peça de retém da clavija, 12 aroelas de couro para rodas e 2 cadeados.

CARREGAMENTO DA V. DE BATERIA RETROTREM

Na face anterior de cada cofre — 3 pás.
Na face lateral externa de cada cofre — 2 picaretas.

Sob cada cofre — 2 balancins de reserva.

Entre os 2 cofres — 2 rodas de reserva.

Entre as rodas de reserva — 1 lança desmontavel.

Sobre os 2 cofres — 1 serra a 2 mãos. 4 molas recuperadoras e 2 molas equilibradoras.

Sob os 2 cofres — 1 macaco.

Na porta de cada cofre — 2 tirantes de prolongas de manobra.

Na face esquerda do cofre — 1 malho.

Externamente a cada calha — 2 boléas moveis de reserva.

Externamente a cada calha — 1 machado grande.

Sobre as molas recuperadoras e equilibradoras — 1 encerado.

Nas portas dos cofres — 2 cadeados com chaves.

No cofre da direita — 2 serrotes de mão desmontaveis, 1 tala de corrieiro, 10 cordas, 24 archotes, 12 raios de reserva 1 grande lata para oleo e 1 grande para glicerina.

No cofre da esquerda — 1 caixa para artigos de escripta, 1 caixa com 6 foices para capim, 8 facões de sapador, 10 pedaços de panno, 1 caixa de ferro contendo o aparelho de montagem e desmontagem do freio de recuo e 1 chave para o cylindro do freio; 1 caixa de ferro vasia.

ARMÃO

Na face anterior do cofre — 2 pás, 2 picaretas, 2 machadinhas.

No respectivo encaixe — 1 lança.

Na ponta da lança — 1 boléa movel.

Na boléa mestra — 2 balancins.

Na face posterior — 2 baldes de lona impermeavel.

Na abertura circular da concha — 1 marmitta de campanha, comprehendendo: 3 marmittões com tampa, 2 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira e 1 correia com fivella.

No cofre da concha — 1 martello, 1 torquer, 1 lima, 1 chave ingleza, 1 lata para gra-

xa, 1 almotolia para oleo com pincel, 1 lanterna, 1 sotoço com chaveta e francalete, 1 mola para peça de retem da clavija, 12 aroellas de couro para rodas, 1 cadeado com 2 chaves.

Sob o estrado — 1 lamina do alfange, 1 cabo do alfange.

No cofre do armão — 1 caixa de ferramentas de selleiro, contendo o seguinte: 6 furadores de correia, em um estojo de madeira, 2 ditos para o vasador em um estojo de madeira, 50 agulhas e 2 sovelas em um estojo de madeira, 1 faca recta e 1 curva, 2 dedaes sem fundo, 1 tesoura, 1 sovela redonda com cabo, dicta recta com cabo, 1 chave de parafuso, 1 compasso, 1 martello de tapesseiro, 1 torquez, 1 dita para estirar couro, 1 pinçasador, 1 martello, 6 vazadores sortidos e 1 caldeirinha para colla. 1 caixa para o carpinteiro, compreendendo o seguinte: 1 lapis, 2 goivas, 3 formões, 1 lima triangular, 1 grossa, 4 verrumas com cabo madeira, 1 arco de púa com 6 brócas, 1 macete de madeira, 1 pedra para afiar em caixa de madeira, 1 desbastador, 2 plainas, 1 machadinha, 1 martello, 1 torquez, 1 serrote, 1 escala metrica, 1 compasso, 1 chave de parafuso e 1 enxó.

1 caixa de accessorios, contendo 2 sotoços com chaveta e francalete, 4 arandelas de eixo com aroelas de couro, 48 aroelas de couro para rodas, 12 francaletes, de couro para sotoços, 5 cadeados com 2 chaves cada um, 1 anel para o alfange, 1 cunha de madeira, 1 bigorna e 1 martello para o alfange, 2 pedras de afiar, 2 escovas para cavallo, 2 rascadeiras.

1 caixa de accessorios contendo 200 velas.
1 caixa de accessorios contendo 10 cordas.
1 caixa de madeira contendo a ambulancia medica.

1 caixa de madeira contendo a ambulancia
1 caixa para sobresalentes da ambulancia
cua veterinaria.
medica.

CARREGAMENTO DA VIATURA FORJA FORJA

Sobre o torno — 1 capa de couro para o torno.

Sobre a concha — 1 bigorna.

Sobre a mesa da forja — 1 cepo para a bigorna, 1 balde de ferro com tampa, 1 pá para areia, 1 pá para carvão, 1 espetão, 1 chegador.

Sob o estrado do cofre — 1 eixo para obuz, 1 eixo para armão, 1 eixo para carro de munição, 12 barras de ferro.

Nos compartimentos lateraes do cofre — 4

tenazes de forja, 2 marretas, 1 martello grande, 1 martello pequeno, 1 punção redondo, 1 punção chato, 1 punção quadrado, 1 rompedeira de forja, 1 assentador chato, 1 assentador redondo, 1 assentador quadrado, 2 talhadeiras.

Nos compartimentos lateraes dos cofres — 14 limas e limatões diversos, 1 talhadeira de bigorna, 1 bico de bigorna, 1 escala de aço.

Nos respectivos alojamentos da face anterior do cofre — 1 caixa contendo: 1 arco de púa, 1 escareador de fraize, 1 dito chato, 1 broca quadrada, 1 chave de parafuso, 1 chave ingleza, 6 brocas, 2 chaves de porcas, 2 talhadeiras, 2 bicos de asnos, 4 punções, 4 estampadores de rebites, 1 escala metrica de madeira, 2 craveiras, 4 repuxadores, 2 craveiras para cavilhas, 1 cadeado.

1 caixa contendo: 2 martellos de atarracar, 1 grossa grande e 1 pequena, 2 torquezes, 2 desarrebitadores, 1 puxavante com 2 laminas, de sobresalente, 1 ferro para rebitar, 2 punções, 3 legraz, 1 cadeado com 2 chaves.

Na porta do cofre — 1 cadeado com 2 chaves.

ARMÃO

No respectivo encaixe — 1 lança.

Na ponta da lança — 1 boléa movel.

Na boléa mestra — 2 balancins.

Na face anterior do cofre — 1 pá. 1 picareta. 1 machadinha.

Na face posterior do cofre — 2 baldes de lona impermeavel.

Na abertura circular da concha — 1 marmitta de campanha comprehendendo 3 marmitões com tampa, 3 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira e 1 correia com fivella.

No cofre da concha — 1 martello, 1 torquez, 1 lima, 1 chave ingleza, 1 lata para graxa, 1 almotolia com pincel, 1 lanterna, 1 sotoço com chaveta e francalete, 1 mola para a peça de retem da clavija, 12 arruellas de couro para rodas, 1 cadeado com 2 chaves.

Nos compartimentos lateraes do cofre — 1 pedra do rebolo, 2 aventaes de couro, 40 cordas, 2.000 cravos em 2 saccoz de couro.

Nos compartimentos lateraes do cofre — 1 caixa de accessorios contendo 1 tarracha com 3 pares de coussinets, 9 machos de 3 diametros diferentes, 1 desandador, 1 ponteiro para a tarracha, 10 molas para a peça de retem da clavija, 1 peça de retem da clavija, 9 porcas com encaixe de contra pinos, 48 aroelas de couro para rodas, 12 cavilhas com porcas para o cubo da roda, 12 ditas

com porca para a cabeça do trilho, 6 pinos para lança, 12 francaletes para sotroço, 108 contra pinos de tres especies, 2 chapas de aço com rebites para a luneta da clavija, 2 patins de freio para reparo, 4 cavilhas com porca para idem, 2 patins de freio para carro de munição, 4 cavilhas com porca para idem, 8 cavilhas com porca para alojamento de eixo (3 especies), 4 cavilhas de articulação para a peça de retém da clavija, 12 cavilhas com porca para os cofres, 1 fio de cobre de 200×7 mm de diametro, 1 fio de aço das mesmas dimensões, 12 rebites de cabeça redonda de 90×16 mm, 24 ditos de 40×12 , 36 ditos de 30×10 , 24 ditos de 30×8 , 12 ditos de 20×7.48 , ditos de 30×6 , 48 ditos de 30×5 , 96 ditos de 16×5 , 96 ditos de 16×4 , 96 ditos de 13×5 , 12 rebites de cabeça chata de 30×10 mm, 18 ditos de 30×8 , 48 ditos de 30×6 , 48 ditos de 26×5 , 96 ditos de 16×5 , 96 ditos de 16×4 , 4 rebites de 16 mm de diametro para o berço, 24 ditos de 13 mm idem, 24 ditos de 10 mm idem, 8 parafusos de fixação para as talas de protecção do berço, 1 mola de lamina para o parafuso tampão, 1 parafuso de segurança para a porca de fixação do cylindro do freio, 1 parafuso de segurança para a cabeça da contra haste, 2 cavilhas com porca para os supportes de articulação do braço do freio de marcha, 1 cavilha com rodellas para o braço e tirante do freio de marcha, 1 cavilha com porca para o tirante horizontal do freio de marcha, 2 tiras de feltro, 6 cavilhas com porca para as escoras do escudo, 2 cavilhas com rodellas de apoio para a charneira do escudo inferior, 3 cavilhas com porca para a alavanca do escudo inferior, 2 cavilhas com porca para a fixação do escudo, 2 cavilhas com porca para a articulação da chapa da janella de visada, 2 rebites de cobre para as tiras de feltro, 3 parafusos de fixação para o paracheque do talão de amarrar, 1 parafuso para a cavilha do parafuso de pontaria em direcção, 1 parafuso para a manga guia do parafuso de pontaria em direcção, 1 pequeno parafuso de segurança para o parafuso de elevação.

(Continuação da pagina 416)

estaculos são as correntes desfavoraveis. O numero de estradas é infinito e todas já estão promptas.

Si por um momento nos detivermos a procurar a significação destas affirmações, que não são sonhos nem productos da phantasia,

mas simples realidades, não nos será difficil, ao lado dos que com os olhos no futuro acompanham os estupendos progressos da Aeronautica, ver os ares trilhados por milhares de aeroplanos empenhados no transporte de passageiros e materiaes, bem assim em outras e numerosas occupaões que ora são exercidas por vehiculos de transporte no mar ou em terra.

Por muitos annos, em momentos opportunos ou não, tenho chamado a attenção para as tres grandes questões a que me refiro no começo deste artigo.

Tem me parecido que, não só a necessidade de nos mantermos ao nivel de outras nações, mas tambem o brio nacional, deveriam nos inspirar a determinação de *sermos a primeira potencia aeronautica do Mundo*. Os nossos recursos, os nossos meios, a nossa reconocida capacidade e pericia em mechanica e engenharia nos habilitam, melhor do que a qualquer outra nação, talvez, a atingirmos esta posição conveniente e a sustental-a.

A extensão do nosso dominio nacional e o facto de termos uma vasta linha de littoral em dois grandes oceanos exigem um grande aparelhamento de aeronautica militar, e os largos desenvolvimentos do nosso paiz permitem a utilização ao mais alto grau de todas as possibilidades commerciaes da navegação aerea.

Para chegarmos a esta posição é absolutamente essencial que haja unidade e concentração de autoridade e de responsabilidade. Aos que conhecem este terreno, esta asserção ha de se afigurar tão axiomatica que não pode admittir duvida.

Ella significa que devemos ter um Departamento de Aeronautica, Separado, Independente, á testa do qual esteja, para organisal-o e dirigil-o, uma das pessoas mais competentes do paiz, com superintendencia completa e exclusiva sobre TODAS as actividades aeronauticas da nação.

Os grandes resultados almejados não têm sido obtidos, não o serão, nem o poderão ser enquanto esta superintendencia estiver, como agora, dividida por varios departamentos, e estes com organizações, processos e programas que são separados e distinctos entre si.

Esta outra asserção deveria ser tambem axiomatica, não fosse um facto haver sempre quem esteja prompto a hostilisar a verdade.

A opposição á ideia de um departamento independente para a aeronautica tem partido:

Primeiro—Dos departamentos que têm divisão de aeronautica e não querem abrir mão della.

Segundo — Dos que positivamente ainda não conseguiram apprehender a grande importancia e as enormes possibilidades da aeronautica, e

Terceiro — De influencias occultas e poderosas cuja posição não se tem podido determinar.

O maior de todos os obstaculos á creação deste departamento tem sido, todavia, a inercia oriunda da ignorancia em que se encontra o publico em geral quanto ao desenvolvimento surpreendentemente rapido da aeronautica.

Este obstaculo está sendo removido com louvavel brevidade por meio da educação do povo e, uma vez afastado definitivamente, a creação da superintendencia centralizada — o departamento de aeronautica — será inevitavel. Na proxima sessão do Congresso serão apresentados projectos neste sentido, como já o foram nas anteriores, e posto que a sua passagem venha a ser demorada por effeito de influencias hostis, a approvação será inevitavel.

Apenas algumas palavras sobre a proposição do Patrulhamento Aeronautico de Costa:

Todos os que se familiarisaram com o trabalho de patrulhamento aeronautico de costa nos paizes estrangeiros durante a ultima guerra bem reconhecem que os Estados Unidos têm forçosamente, não só de defender contra ataques aereos as suas linhas immediatas de littoral, mas ainda de patrulhar por meios aeronauticos todos os pontos extremos do continente da America do Norte.

Não podemos deixar de ter um grande *Sistema de Patrulhamento Aeronautico de Costa*, que se extenda, no Atlantico, do Cabo Farewell ao Canal de Panamá, e, no Pacifico, deste Canal ao archipelago das Aleuctas.

ROBERT E. PEARY — Contra-almirante (reformado) da Marinha Norte-Americana; Presidente da Commissão de Patrulhamento Aeronautico de Costa; Presidente da Liga Aeronautica dos Estados Unidos; membro da directoria do Aero-Club dos Estados Unidos.

(Traduzido da American Review of Reviews, de Maio deste anno).

Forças auxiliares

Não obstante os evidentes defeitos que apresentam os contractos já estabelecidos entre o Governo Federal e os dos Estados mais adiantados que houveram por bem assumir o compromisso legal de caracterisar suas Forças Publicas como auxiliares do Exercito, elles vão determinando sensivel progresso.

Para que não fique vaga a nossa affirmacão inicial apontaremos, a titulo de exemplo, o facto de não haver nesses tratos nenhuma indicacão de um meio efficaz para ser verificada pelo orgão competente — o Estado Maior do Exercito — ao menos a indispensavel unidade da instrucção das policias com a do exercito.

Comtudo a simples influencia, talvez, da nova designação, reagindo em meios sufficientemente patrioticos, tem determinado uma louvavel preocupação de progresso.

Já nos temos referido a outros casos e agora nos chegam noticias desta ordem do Paraná e de Matto Grosso, onde se tem procurado introduzir reformas para melhor principalmente no que toca á instrucção.

O Congresso do Paraná acaba de estabelecer uma lei creando uma escola para a formação dos officiaes de sua F. P., com um curso de quatro annos, subdividido em um fundamental e um especial, cada um com a duração de 2 annos.

Com as garantias complementares indispensaveis para seus officiaes, mórmente recrutados atravéz dum tal processo decente de selecção, ficará por outro lado o officialato prestigiado e sufficientemente garantido, pois os candidatos ao ingresso ou á promoçào se libertarão da influencia politica ou protectora dos mandões da terra, aos quaes em geral pouco se lhes dá que sejam preteridos os mais dignos e os mais aptos.

E nenhum Estado poderá pensar em estabelecer exigencias á sua officialidade sem lhe dar garantias sufficientes. E' o caso obsoleto da demissão desses officiaes sem que o supposto delinquente possa ao menos usar dos meios de defesa facultados pela lei penal militar. E essa garantia que se impõe não precisa ser a da vitaliciedade; é mistér apenas,

mas isso absolutamente, que fique o futuro desses officiaes a salvo de surpresas.

*
* *
*

Fazendo excepção á pratica dos alludidos contractos e evidenciando uma perfeita comprehensão do que acima referimos, destaca-se a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Esta força auxiliar mantem contacto com o Estadó Maior do Exercito, aproveita por uma intelligente adaptação todos os regulamentos de serviços e, quanto a instrucção, segue á risca o que se decreta para o Exercito.

Emquanto algumas forças auxiliares descuram do aperfeiçoamento dos seus officiaes e sargentos, a Brigada Militar do Rio Grande selecciona um certo numero delles (na primeira turma 6 e agora 10) e os matricula no Curso de Aperfeiçoamento de Infantaria, na Villa Militar, onde fazem a melhor aprendizagem pratica que no Brasil existe instituida e donde sahem em optimas condições para serem instructores de recrutas.

Persistindo nesse rumo e com o louvavel capricho que vae distinguindo a força publica do Rio Grande é de prever que os seus officiaes, dentro em pouco, reunam aos conhecimentos theoricos da sua modesta escola, o tirocinio pratico necessario, isto é, fiquem perfeitamente na altura dos seus postos.

A Brigada Policial do Districto Federal tambem iniciou essa pratica fundando uma escola e matriculando 4 sargentos no Curso de Aperfeiçoamento. Resta a persistencia no rumo escolhido, a continuação despretenciosa do que está feito com as corrigendas que a pratica fôr indicando.

O official de subsistencia

(Continuação)

Problemas durante as operações

2. Utilização dos recursos locais

E' importante que a tropa seja alimentada quanto antes ao passar ao repouso.

Existindo viaturas-cosinhas o pessoal terá recebido pelo meio do dia uma parte da ração e poderá ao estacionar receber a refeição complementar.

Na falta dessas viaturas o caso é mais desfavoravel e a função do official de subsistencias reclama então uma actividade rapida e intelligente. Elle precisa tratar de saber se a localidade onde se vae acantonar ou em

cujas immediações se ficará em bivac póde ser utilizada para a subsistencia das tropas, caso não tenha já sido informado a esse respeito pelo funcionario que a intendencia tenha incumbido dessa exploração. E' preferivel a alimentação fornecida pelo habitante ao pessoal que elle acantonar, mediante pagamento á vista ou certificado. Se isto não fôr possivel o recurso será a compra livre ou a requisição; um desses recursos, aliás, ha de ser necessario mesmo para as tropas que disponham de viatura-cosinha, pois esta ou os carros-viveres hão de ser reabastecidos com os recursos locais.

A compra livre póde ser effectuada pela tropa sem autorisação superior na zona de concentração.

Em territorio inimigo é preciso licença do cdo. superior do exercito, o qual tambem fixará os limites dos preços.

As requisições no territorio nacional (Instrucções para alimentação do exercito de campanha e R. S. C. 471 a 474) (*) obedecem á lei de contribuições de guerra §§ 3 e 4 (**); em territorio inimigo toda tropa pode applical-as sem restricções. E' o official de subsistencias quem as dirige, como delegado de seu cdte.; cumpre-lhe não vacillar em sua applicação, mórmente se a tropa não tem carros-cosinhas e os carros-viveres só sejam esperados tarde. Elle deve immediatamente fazer as requisições e distribuir ás companhias, etc., as subsistencias assim adquiridas, ainda mesmo sabendo que a carga dos carros-viveres precisa ser consumida, sob pena de se deteriorar. Em tal caso ficará plenamente justificado que se distribua uma ração extraordinaria á noite depois que chegarem os carros-viveres, ou pela manhã antes de partir.

Na guerra o que mais importa é saciar a fome dos homens, sem a timida preocupação de fornecer as rações meticulosamente segundo o peso da tabella. Tal homem precisará mais um pouco para encher o estomago, tal outro um pouco menos. Nas regiões fartas dê-se alimentação abundante, nas pobres trate-se de poupar, e não raro a ração será menor que a da tabella.

Parece que a variedade dos individuos e a das condições do theatro da guerra produzem por si a compensação, no interesse do thesouro nacional.

Ao tratar do emprego das viaturas cosinhas e dos carros viveres analysaremos o modo de reabastecel-os.

(*) R. S. C. brasileiro 537. 2º periodo: 538 a 541; 544; 545; 547; 548; 554 a 556.

(**) Lei de requisições.

Ao official de subsistencias compete igualmente providenciar para que a tropa tenha feno, lenha e palha de cama no lugar onde estacione; si fôr preciso tambem para isto applicará a requisição.

Muito particularmente adstricta á utilização dos recursos locais do theatro da guerra é a cavallaria de exercito. Vd. R. S. C. 475.

O official de subsistencias cuidará que os generos sejam sãos e em bom estado; se bem que ahi caiba a intervenção do official de saude (medico) convem que elle tenha aptidão para julgar por esse lado os generos que comprar ou requisitar.

As regras do R. S. C. (***) são excellentes a esse respeito.

Se o official de subsistencias tem o dever de adquirir tal quantidade de generos que não haja falta para sua tropa, se tem mesmo o direito de assegurar um certo excesso, como reserva, por outro lado cumpre-lhe evitar que se produza desperdicio. Deverá principalmente reduzir essa reserva quando subér que á sua tropa seguirão outras.

CARROS COSINHAS E SEU EMPREGO

Com a introdução destes carros o mecanismo da alimentação da tropa tomou um caracter radicalmente outro, e é essencial que os cdtes. de tropa e todos os agentes da alimentação sejam familiarizados durante a paz com a melhor maneira de manejar esse mecanismo.

Anteriormente a tropa tinha que se conformar com o factor inafastavel de só poder fazer a refeição principal depois de cheio o dia de trabalho, ou com o alimento fornecido pelo morador onde acantonasse, ou após a chegada do trem de estacionamento, sendo então ainda necessario cada um ou cada grupo de alguns preparar sua comida. As proprias manobras já ensinam que o pessoal só chega ao repouso depois de penosas marchas e demorados combates; raramente a manobra acabará pelo meio do dia; muitas vezes irá até á noite. Na melhor hypothese o soldado terá tido seu almoço para contemporizar, muitas vezes elle passará fome. Um pouco de café pela manhã, á noite uma comida penosamente preparada, ás vezes sem habilidade, e no meio disso um dia pesado como ás vezes são os das manobras e como os conhecem os veteranos. As longas pausas entre as refeições não correspondem ao modo methodico da alimentação nas guarnições nem aos habitos domesticos dos reservistas. Em quasi todas as

profissões a refeição principal tem lugar pelo meio do dia. E' em particular o caso dos operarios, que tem horas certas para se alimentarem. As manobras e a guerra perturbariam isto, pois não haveria ensejo do homem tomar alimento durante o trabalho. Muitos supportaram essa alteração, mas muitos não resistiram. A estatistica demonstra que nas guerras mais baixas soffreram as tropas por molestias do que pelas armas inimigas.

Assim na guerra de 1866 os prussianos perderam entre mortos por ferimento e feridos cerca de 17.000 homens (dos quaes 4.000 mortos) ao passo que tiveram 58.000 doentes de hospital, dos quaes 5.000 mortos; na guerra de 1870 os allemães tiveram mortos por ferimento e feridos 117.000 homens ao passo que tiveram 475.000 doentes de hospital, dos quaes 180.000 casos de intestinos.

A viatura-cosinha veio proporcionar um excellentes recurso para combater a irregularidade na alimentação da tropa causa de tantos males. Com o seu judicioso emprego não se reproduzirão aquellas cifras phantasticas de doentes.

Lugar dos carros-cosinhas

Pelo R. S. C. os carros cosinhas pertencem ao trem de combate. Quanta gente da velha escola sacudiu a cabeça por causa deste «acrescimento das viaturas do trem das tropas de combatentes». Com isto o batalhão passou a ter 9, em vez de 5, viaturas no seu trem de combate.

Desde porém que os cdtes. de tropa aprendam na paz a empregar correctamente seu trem de combate, na guerra resaltarão as vantagens dessas 9 viaturas. Em todo caso attribuir os carros-cosinhas ao trem de estacionamento seria annular esse importante progresso.

O consumo de energia do homem que trabalha seriamente precisa ser compensado em tempo. Os carros-cosinhas o permitem, pois que na marcha e no combate acham-se á mão para proporcionar ao soldado uma refeição quente no meio do dia. Só assim se evitará na generalidade dos homens um affrouxamento do vigor physico e dos nervos. E' um facto constatado por estudos medicos que o corpo humano enfraquecido se torna muito receptivo para materias infeccionantes, de modo que não se erra em levar á conta das provas diarias de fome a devastadora contaminação de epidemias, observada nas guerras, anteriormente.

(***) Regulamento do Serviço de Saúde em campanha.

TRABALHOS INEDITOS

DO

1º Tenente CARLOS DE ANDRADE NEVES

IV

ARTILHARIA

Materiaes em Serviço

Os diversos materiaes, actualmente em serviço no exercito francez, distribuem-se em 3 grandes grupos:

1º) Materiaes que constituem a Artilharia de Campanha;

2º) Materiaes que constituem a Artilharia Pesada;

3º) Materiaes que constituem as Artilharias destinadas a missões especiaes.

1º GRUPO

Materiaes que constituem a Artilharia de Campanha

São os materiaes destinados a apoiar a Infantaria e a Cavallaria e que operam em todos os terrenos, mesmo nas montanhas.

Do fim que elles tem em vista e da mobilidade de que são dotados resulta a seguinte

CLASSIFICAÇÃO

a) Materiaes de apoio á Infantaria e que operam em todos os terrenos accessiveis a viaturas;

b) Materiaes de apoio á Infantaria e que operam em terrenos montanhosos;

c) Materiaes de apoio á Cavallaria.

Os canhões que pertencem aos materiaes do grupo a) são chamados «canhões de campanha propriamente ditos»; os do grupo b) canhões de montanha e o do grupo c) «canhões de cavallaria».

a) CANHÕES DE CAMPANHA PROPRIAMENTE DITOS.

Calibres empregados: 75 m/m e 90 m/m.

Nota. — O canhão de 90, antigamente regulamentar, tem sido utilizado pela necessidade de se possuir a massa consideravel de artilharia de emprego frequente na guerra actual. Assim sendo, por motivos de ordem economica e por falta de tempo para a construcção de um numero extraordinariamente avultado de canhões de 75 m/m, foi o governo obrigado a lançar mão do grande numero de canhões de 90 existentes em depositos.

A mesma observação deve ser feita em relação aos diversos calibres que citarmos e que não indicarmos como sendo actualmente regulamentares.

Modelos existentes

Canhão de 75 m/m, modelo 1897, (o regulamentar);

Canhão de 75 m/m, modelo 1914 (Schneider);

Canhão de 75 m/m T. R. St. Chamond;

Canhão de 90 m/m, modelo 1877.

Pela mesma necessidade a que nos referimos acima, foi o governo francez levado a lançar mão dos canhões de 75 não regulamentares, mas existentes no paiz, quer de procedencia de fabricas particulares como Schneider, quer os provenientes de estabelecimentos officiaes como St. Chamond.

Actualmente não são mais fabricados canhões d'este modelo.

b) CANHÕES DE MONTANHA.

Calibres empregados: 65 m/m e 80 m/m.

Modelos existentes

Canhão de 65 m/m, T. R., modelo 1906 (o regulamentar);

Canhão de 80 m/m de montanha.

c) CANHÕES DE CAVALLARIA.

Calibres empregados: 75 m/m e 80 m/m.

Modelos existentes

Canhão de 75 m/m, modelo 1912 (o regulamentar);

Canhão de 80 m/m de campanha.

Estudo summario de cada um dos canhões citados, pela ordem crescente do calibre, excepção feita do canhão de 75, mod. 1897, do qual será feito um estudo mais detalhado.

Canhão de 65 T. R., mod. 1916.

E' um canhão de tiro rapido de longo recuo e de volta automatica á posição em bateria.

Na sua construcção foi applicado o «princípio do arremecho», que é o seguinte:

— Quando um freio recuperador não é provido de um freio de volta á posição em bateria, o recuperador, cessada a acção que produziu o recuo, imprime á massa recuante uma grande velocidade de volta á posição em bateria (arremecho).

Chamemos u , a velocidade da massa movel ao voltar á bateria; e chamemos v , a velocidade com que é projectada a mesma massa para a rectaguarda, por occasião da partida do tiro (recuo livre); si o canhão fôr detonado antes da sua volta completa á posição em bateria, a velocidade real do recuo será a differença $v-u$, visto que as forças animadas das velocidades u e v produzem-se em sentido contrario; obtem-se portanto assim um recuo menor do canhão.

Este principio é realisado na pratica por meio de um parafuso que immobilisa a massa movel, quando ella chega ao fim do seu percurso, por occasião do recuo, mantendo assim o recuperador «armado» até o momento em que se quer fazer um novo tiro; para isto, age-se no parafuso e liberta-se a massa movel; o recuperador distende-se e o arremecho produz-se nas condições indicadas.

Antes de se effectuar a volta completa do canhão á posição em btateria é elle detonado automaticamente, tornando em seguida a armar-se.

Para o 1º tiro, é necessario armar o recuperador, fazendo recuar a massa movel por meio de uma manivella e de engrenagens existentes para esse fim.

Corpo do canhão. — E' de aço, raiado á direita, tendo as raias passo constante.

Comprimento total, 1m,35;

Comprimento da parte raiada, 15 cal. 9;

A culatra de bloco é analoga á do 75

Peso do tubo com a culatra, 105 kg.

Reparo. — O reparo é muito baixo e possui duas rodas; uma 3ª roda menor pode ser adaptada para a tracção. Antes do tiro as duas rodas são calçadas e a pá da *confeira*, que é movel, deve ser enterrada no solo por meio de *pancadas*.

O reparo compõe-se de 3 partes articuladas entre si.

Elle supporta os dois *munhões do «chassis»* sobre o qual deslisa a massa movel.

O freio é hydraulico, de orificios variaveis.

O recuperador é de molas e compõe-se de dois cylindros collocados á direita e á esquerda do freio, encerrando cada um delles duas molas telescopicas.

O canhão não possui freio de volta á posição em bateria.

Comprimento do recuo: 0m,50.

Pontaria. — A pontaria em direcção é feita por deslissamento do reparo sobre o eixo. Campo 60.

A pontaria em altura (parafuso duplo) dispõe de um campo desde — 9° até + 32°.

O aparelho de pontaria é fixo ao munhão esquerdo e a sua articulação permite corrigir a inclinação do eixo das rodas.

O canhão dispõe de um nivel de totalisação (angulo de tiro e angulo de sitio) automatica.

Mobilidade. — Peso do canhão em bateria, 400 kg.

Transporte. — O transporte exige 4 muares:

1 para o tubo;

1 para o chassis, freio e recuperador;

1 para as rodas, eixo e uma parte do reparo;

1 para o resto do reparo.

Munição. — Shrapnell e granada.

O Sh. é de carga á retaguarda, pesa 4kg,450 e contem 138 *balins*; a Gr. pesa 3kg,800 e contem 0kg,500 de explosivo.

Estojo metallico.

Cada canhão é approvisionado com 180 tiros na bateria; um muar póde conduzir 18 projectis em 2 caixas.

Dados balísticos. — Alcance maximo, 5.500 m, com velocidade inicial (V_0) igual a 330 metros.

Outras informações. — A bateria compõe-se de 4 peças.

O serviço das peças é feito de joelhos. O canhão não possui escudo.

Canhão de 75 m/m, modelo 1912

E' um canhão de cavallaria. E' o modelo actualmente regulamentar.

Corpo do canhão. — E' de aço, raiado á direita, tendo as raiaes passo constante.

Comprimento da parte raiada, 19 cal. 3.

A culutra é de parafuso (de manejo rapido) Schneider.

Reparo. — E' analogo ao do 75, mod. 1897. O freio é hydraulico e o recuperador independente; é de ar comprimido.

Não possui o calçamento (abatage).

Nota. — Ao acto de calçar o canhão (as rodas) para «evitar que a pontaria lateral do reparo se desfaca» os francezes chamam «abatage», palavra que traduzida não exprime em portuguez esta operação.

Propomos para substitui-la a palavra *calçamento* (acção de pôr calço), assim como os commandos: «Calçar!» — «Sem calçar!», para os correspondentes francezes: «Abatre!» — «Sans abatre!».

Pontaria. — Em direcção é feita por deslissamento sobre o eixo.

Campo: 90.

Em altura por meio de um sector dentado e de um parafuso de alça independente.

Campo: de — 8° a + 17°.

Os aparelhos de pontaria são iguaes aos do 75, mod. 1897.

Mobilidade. — Peso do canhão em bateria, 960 kg.

Peso da viatura canhão, 1550 kg.

Transporte. — A tracção é feita por 6 cavallos em todas as andaduras.

Os serventes são montados.

Munição. — Como a do 75, mod. 1897.

As munições são transportadas em viaturas leves pela bateria de tiro e em viaturas pesadas, pelo escalão.

Dados balísticos. — Alcance maximo, 7.500 m. As velocidades iniciaes são inferiores de cerca de 40 metros ás obtidas pelo 75, mod. 1897.

Outras informações. — Existe um grupo de 3 baterias de 75, mod. 1912, por Divisão de Cavallaria.

Canhão de 80 m/m de campanha

E' o antigo canhão de cavallaria; é analogo ao 90.

Corpo do canhão. — E' de aço, raiado progressivamente á direita.

Comprimento da parte raiada, 21 cal. 1.

Reparo. — E' identico ao do 90.

Pontaria. — Em direcção, por deslocamento do reparo (conteinamento).

Em altura: Campo, de — 5° a + 26°.

Aparelhos de pontaria iguaes aos do 90.

Mobilidade:

Peso do canhão em bateria, 955 kg.

Peso da viatura-canhão, 1600 kg.

Transporte. — Tracção por 6 cavallos em todas as andaduras. Serventes a cavallo.

Munição. — Atira 5 projectis; carga de projecção separada; em cartuchos: Granada de *balins*, contendo 120 balins de 15 g e 7 blocos de fonte, produzindo 42 fragmentos;

Granada de fonte ordinaria, contendo 0kg,350 de explosivo;

Granada de fonte acerada, mod. 1915, contendo 0kg,780 de explosivo;

Granada de aço alongada, mod. 1890, contendo 1 kg de explosivo;

Shrapnell, contendo 180 balins de 12 g.

Peso medio do projectil, 6 kg.

Dados balísticos. — Alcance maximo, 8.700 metros, com $V_0 = 525$ m (gr. de fonte acerada)

Nota. — Os francezes possuem dois projectis não existentes na nossa artilharia de campanha actual; são o «obuz á mitraille» e a «boite á mitraille». Propomos a palavra «lanterneta» para traduzir o ultimo, visto corresponder á nossa antiga lanterneta e a expressão «granada de balins» para denominar o primeiro.

Canhão de 80 m/m de montanha

E' analogo ao 80 de campanha, tendo porém o tubo muito menos longo.

Corpo do canhão. — E' de aço, raiado á direita; raiaes progressivas.

Comprimento da parte raiada, 11 cal. 6.

Culutra de Bange (aligeirada).

Reparo. — Rígido. Dotado de um «alongador» de flecha para o tiro, salvo sob grandes angulos, ou quando a inclinação do terreno o exige.

Pontaria. — E' feita por meio de um *goniometro* e de um nivel de totalisação automatica, mod. 1900.

Mobilidade. — Peso do canhão em bateria, 305 kg.

Transporte. — O transporte da peça exige 3 muare:

1 para o tubo e culatra;

1 para o corpo do reparo, e

1 para o alongador de flecha, rodas e lança.

Munição. — A mesma do 80 de campanha.

Dados balísticos. — Alcance maximo: cerca de 4.000 metros, com $V_0=257$ m.

Outras informações. — Velocidade do tiro, 1 por minuto.

Canhão de 75 m/m, mod. 1914 (Schneider)

Apresenta grandes analogias com o canhão de 75, mod. 1912, sendo porém mais longo e mais pesado.

Corpo do canhão. — E' de aço, raiado á direita; raias de passo constante.

Comprimento total: 31 cal. 3.

A culatra é de parafuso de manejo rapido, Schneider.

Mobilidade. — Peso do canhão em bateria, 1108 kg.

Para a munição e outros dados veja o 75, mod. 1897.

Canhão de 75 m/m T. R. St. Chamond

Pelos motivos a que já nos referimos foi encetada a construcção deste material, não sendo porém, hoje proseguida.

Atira as mesmas munições que o 75, mod. 1897.

Dados balísticos. — Alcance maximo: 8.000 metros. As velocidades iniciais n'elle obtidas são inferiores de cerca de 20 metros ás do 75, modelo 1897.

Canhão de 90 m/m, modelo 1897

E' o antigo canhão de infantaria.

Corpo do canhão. — E' de aço. Raias progressivas, á direita.

Comprimento da parte raiada: 18 cal. 2.

Culatra de parafuso, systema Bange, com obturador plastico.

Reparo. — Reparo rigido de campanha, podendo tambem ser o canhão collocado em um «reparo omnibus», como o canhão de 95. Freio de patins e cordas (systema Limoine).

Pontaria. — Em direcção por deslocamento do reparo (conteiramento); em altura por meio de um parafuso, cujo deslocamento permite um campo de — 6° a + 25°.

Apparelhos de pontaria: Alça ou goniometro e nivel.

Mobilidade. — Peso do canhão em bateria, 1.200 kg.

Peso da viatura-canhão, 2.020 kg.

Transporte. — Tracção por 6 cavallos.

Munição. — Projectis pesando cerca de 8 kg, cargas de projecção em cartuchos separados do projectil. Os projectis são:

Granada de balins, encerrando 160 balins de 15 g. e 7 blocos de fonte, produzindo 77 fragmentos;

Granada de fonte, com 400 g. de explosivo;

Granada de fonte acerada, mod. 1914 (traçado D) com 920 g. de explosivo;

Granada alongada de aço, mod. 1888, com 1kg,680 de explosivo;

Nota. — Os projectis de traçado D, do general Desaleux, têm a ogiva afilada e o culote troncoconico, o que augmenta o alcance.

Dados balísticos. — Alcance maximo: 9.700 m. com $V_0=500$ (projectil de fonte acerada).

Outras informações. — O canhão dispõe de um regulador de espoletas automatico.

Velocidade do tiro: 2 por minuto.

(A seguir: canhão de 75, modelo 1897 — regulamentar).

Viaturas cosinhas

Ha muito que se vem discutindo o problema de administração das tropas em campanha; temos mesmo uma tabella organizada para distribuição de generos. Entretanto, falta-nos um dos principaes factores para obter-se o fim collimado — a *viatura-cosinha*.

Temos observado que a abundancia de comida nem sempre dá ao individuo as energias necessarias e equivalentes aos esforços despendidos, mórmente entre nós militares cujos serviços são por demais fatigantes; isso não acontece com os alimentos bem preparados, ainda algo reduzidos, pois estes predisõem o organismo a bem assimilal-os.

Só em 1912, a titulo de experiencia, tornaram-se conhecidas entre nós a viatura-cosinha e as marmitas thermicas adaptadas a cargueiros, aliás bem recebidas, não só como alliviadoras de uma enorme bagagem de cosinha como tambem beneficiadoras do preparo dos alimentos.

Infelizmente, só os corpos aquartelados no Rio de Janeiro lograram recebê-las, pelo limitado numero adquirido.

As successivas reformas por que têm passado as nossas unidades e a conflagração européa certamente não permittiram ás nossas autoridades a negociação para compra das viaturas necessarias, pelo menos, aos corpos organizados. Agora, porém, que temos as nossas tropas com indícios de estabilidade, cremos não vir fóra de tempo a lembrança de aquisição de taes viaturas, aliás de reconhecida necessidade ás forças em marcha, ou das marmitas thermicas correspondentes.

Como sabemos, alguns corpos foram organizados, outros reorganizados em 1918, não tendo sido possível o fornecimento do material necessário inclusive o de cosinha, rancho, etc., autorizando o então ministro da guerra Sr. Marechal Caetano de Faria a entrega das importancias devidamente calculadas e de accôrdo com o orçamento respectivo, de modo a não haver margem a economias e dentro portanto de taes verbas tivemos que organizar e installar os novos corpos, supprindo-os de modo a não haver embaraços e sem prejudicar-se a instrucção dos conscriptos. Cumpriu-se o programma de instrucção e em Outubro, para sua terminação, acampamos a 18 km do quartel. Foi neste periodo que tivemos occasião de avaliar a falta do material proprio para a cosinha em campanha.

Com um par de marmitas e alguns caldeirões satisfizemos 420 homens — mas com que difficuldades e atropellos, quantos aborrecimentos para sanar as faltas de momento?!

A reminiscencia dos embaraços com que lutamos no periodo de manobras, fez surgir ao cdte. Gil Almeida a ideia da confecção, por conta do Conselho Administrativo, de alguns pares de marmitas semelhantes aos fornecidos pela Austria, aproveitando-se o ferro zincado em substituição ao metal branco não encontrado no mercado aqui de Aracajú.

Estas marmitas, não possuindo a beleza e polimento das estrangeiras devido á falta de officinas apropriadas, não são entretanto para desprezar pelo gráo de thermicidade que alcançaram e mantêm n'um espaço minimo de 18 horas.

Causou-nos alguns embaraços a substituição da pasta de cortiça, empregada nas caixas, por não existir no commercio, o que levou o cdte. Gil a lançar mão do asbesto.

Em vista dos resultados obtidos, proseguio-se a confecção das marmitas e respectivos caixas, empregando-se em uma destas a cortiça em lamina completamente betumada, o que deu optimos resultados.

Como experiencia, cremos não ter sido mal empregado o dinheiro e o tempo gasto, tanto que ao termos ordem de marchar para S. José do Duro com ellas teriamos de resolver o problema de confecção e distribuição de alimentos mesmo

durante as manobras ou operações, para o que possuímos os cargueiros necessários.

No Arsenal de Guerra, onde existem grandes officinas, bem se poderia renovar a nossa experiencia, não para obter augmento de thermicidade, mas de modo a fazer obra mais artistica.

Ahi fica, pois, a ideia, á guiza de reclame em pról dos operarios sergipanos.

Primeiro Tenente *Pedro Mello*.

Instrucção de infantaria

Quadros de instrucção destinados á organização de programmas semanaes

E' da competencia do commandante da companhia a organização dos programmas semanaes de instrucção (R. I. S. G. 31).

Dentro desta competencia é preciso deixar margem aos subalternos para que elles possam não só «ter iniciativa na escolha dos meios», como fazer face ao desenvolvimento adquirido pelos homens, ao tempo disponivel dentro do horario estabelecido pelo commandante «para a instrucção de cada assumpto do programma», á repartição dos assumptos pelas fracções desse tempo, etc., etc.

E' inutil organizar programmas que tenham como objectivo fazer passar obrigatoriamente no mesmo espaço de tempo e com o mesmo aproveitamento, todos os homens por todas as partes da instrucção; na organização desses programmas o que se deve sempre ter em vista é o que nunca se poderá deixar de attender é que nem todos os homens terão no mesmo tempo de aprendizagem o mesmo gráo de aproveitamento. O resultado em cada detalhe da instrucção não se consegue em um unico exercicio; ordinariamente só a repetição é que produz. Por isso, ao lado de um programma delineado em traços relativamente geraes, qual deve ser o do commandante da companhia, cabe igualmente a cada subalterno e dentro dos limites impostos pelo programma do commandante, formular em traços mais precisos e com mais detalhes aquillo que lhe cumpre dar, attendendo tambem á necessidade que cada homem manifesta com o desenvolvimento adquirido na instrucção. E' claro que o mesmo criterio deve ser observado em relação aos graduados quando estes receberem dos subalternos

a incumbência de transmittir determinadas partes da instrução.

As informações prestadas de baixo para cima, segundo a escala hierarchica, sobre o que tenham os homens aproveitado, permitirá, por fim, ao commandante da companhia, traçar no fim de cada semana o programma de instrução a ser seguido na semana seguinte.

Vê-se, assim, que a questão dos programmas ganha em detalhes á medida que se desce na escala hierarchica, isto é, os programmas devem ser tanto mais detalhados quanto mais modesta fôr a autoridade que os organisa.

Infelizmente, porém, não é isto ainda o que se observa pelos corpos. São muito poucos os que reconhecem ser necessaria essa gradação.

Nos corpos em geral ou não se faz programma e apenas no fim de cada semana se prescreve o que se deve fazer na semana seguinte, e isto mesmo sem coordenação, visto os assumptos serem escolhidos sem consideração do estado da instrução e á sua natural e gradativa successão, ou nada se faz. Muitas partes da instrução ficam ignoradas por se não ter o cuidado de subordinar-as á ordem e methodo que se fazem necessarios. Pode-se mesmo dizer que as excepções a esta regra são mesmo muitissimo limitadas.

E' preciso, portanto, insistir particularmente no seguinte: todos têm a obrigação de fazer os seus programmas e estes devem ser tanto mais detalhados quanto mais baixa e modesta fôr a esphera de attribuições de quem os organisa. E' claro que nessa organização não se póde dispensar a subordinação: cada programma deve ser traçado dentro dos limites impostos pelo programma superior de que depende.

Sem intenção de formular um programma que possa servir de norma a qualquer outro que se queira organizar, mas com o objectivo de evitar os inconvenientes anteriormente assignalados e simplificar por outro lado a tarefa dos capitães na organização de seus programmas semanaes, formulamos aqui, tão orientados quanto permittiram as nossas forças, os quadros de instrução destinados a facilitar a organização desses programmas.

São, pois, estes quadros, cuja publicação agora iniciamos, que offerecemos á generosa apreciação dos nossos distinctos camaradas.

(Vide quadro á pag. 437)

1º Tenente Barbosa Monteiro.

NOÇÕES DE TIRO DE METRALHADORAS

Do «Manual do Soldado de Metralhadoras», de Friedrich von Merkatz. Trad. do 1º Tenente Maciel da Costa.

(Continuação)

III. — O TIRO DE EFFICACIA

1. Repartição e abertura do fogo

E' preciso que cada metralhadora tome sempre o seu sector. (Fig. 19). O chefe de cada me-

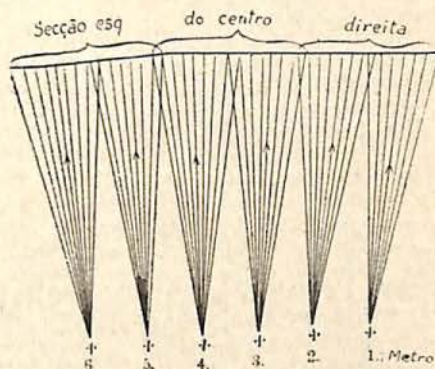


Fig. 19

Sectores das metralhadoras

tralhadora terá tanto mais difficuldade em observar o seu proprio feixe quanto maior fôr o numero de peças que atiram para o mesmo sector. Com a designação dos sectores das peças será facil aos chefes de metralhadoras o reconhecimento do respectivo feixe e só por este meio terão elles a possibilidade de restringir o feixe.

As vozes de commando para abrir o fogo são reguladas pela observação obtida, pela apreciação do terreno junto ao alvo e pelas condições do proprio alvo. O principio geral é tomar sempre uma alça cerca de 50 m mais alta do que aquella que se deveria tomar em virtude da observação, porque, em geral, quando se passa a fazer tiro ceifante o feixe se abaixa cerca de 50 m. A causa disso é a carga differente que supportam as pernas do reparo, em consequencia do recuo. E' preciso, por isso, para fazer o tiro de efficacia, cuidar especialmente que as 4 pernas se apoiem firme e egualmente sobre o solo.

A abertura do fogo fica sempre na mão do commandante da companhia. Sómente quando elle expressamente ordena «Fogo por secções!» ou «Fogo por peça!», cada secção ou metralhadora abre o seu fogo independentemente das outras.

Vozes de commando para a abertura do fogo:
1. No tiro por serie a observação foi feita no alvo e pouco aquem delle:

Commandante da companhia:

50 mais alto! — Tiro continuo!

2. No tiro por serie a observação foi feita só aquem do alvo:

Commandante da companhia:

100 mais alto! — Tiro continuo!

3. No tiro por serie a observação foi feita no alvo e além delle:

Commandante da companhia:

Bem! — Tiro continuo!

4. O alvo está escalonado — fig. 16 — e o tiro

de regulação foi feito com todas as metralhadoras sobre o atirador na frente da árvore isolada. O tiro por série forneceu observação no alvo e quem do alvo.

Commandante da companhia:

Bem! — Inimigo á direita cerca de 50 m mais para traz, inimigo á esquerda cerca de 50 m mais para a frente! — Tiro continuo!

2. Tiro contra linhas de atiradores deitados

Para o tiro de efficacia é necessario fazer tiro ceifante e em profundidade. A execução se faz da seguinte forma:

O tiro ceifante é feito lentamente, mais ou menos uma fita para 80 m de frente do objectivo. O tiro em profundidade é feito uniformemente, sem deixar parar o volante de cada vez que a rotação muda de sentido e especialmente sem movel-o com rapidez. Cada rotação do volante da esquerda para a direita ou vice-versa se faz em cerca de um segundo.

Em todos os tiros de efficacia, seja com observação ou sem ella, deve-se procurar obter um tiro continuo certo. As metralhadoras devem fazer chover balas sobre o inimigo, não o devem deixar tornar a si. O inimigo deve soffrer no mais breve lapso de tempo taes perdas, que o deixem moralmente aniquilado. Um fogo lento, de cerca de 50 até 100 tiros por minuto, não é tiro para arma como a metralhadora. Deve-se empregar em regra tiro continuo. Fazendo tiro continuo durante 3 a 5 minutos contra linhas de atiradores, deve-se obter uma velocidade de fogo de cerca de 275 a 300 tiros por metralhadora, em um minuto. Contra alvos visiveis apenas por breve lapso de tempo, como columnas e atiradores avançando, deve-se obter uma velocidade de fogo de cerca de 300 a 350 tiros por metralhadora, em um minuto, em virtude da duração menor do fogo e da consequente economia de tempo que se faz não recarregando a arma.

Se as metralhadoras, excepcionalmente, devem entrar em acção em um combate para ganhar tempo ou resistir numa posição, de sorte que tenham de desenvolver uma luta pelo fogo mais duradoura, não se pode absolutamente fazer tiro continuo com todas as metralhadoras sem cessar, porque isso exigiria enorme quantidade de munição. Em taes casos, aproveitam-se os momentos favoraveis do combate para fazer tiro continuo com todas as metralhadoras.

Depois de dadas as vozes de commando para o tiro de efficacia, é obrigação de cada chefe de metralhadora fazer cahir d'ahi por diante o respectivo feixe sobre o objectivo. Essa direcção de tiro independente, de cada um dos chefes de metralhadoras, especialmente a abertura do fogo para o tiro de efficacia devem ser exercitadas até se tornarem impecaveis; isso constitue a base da instrucção do chefe da metralhadora e do apontador.

O apontador toma a alça ordenada e dirige a sua metralhadora para o sector do objectivo que lhe foi designado pelo chefe da metralhadora, pondo o vertice bem no meio da base do entalhe. Os bons apontadores devem achar immediatamente por si mesmos esse sector. As 2 metralhadoras de cada secção começam atirando para pontos diferentes do sector da secção, afim de que as metralhadoras não se atrapalhem uma á outra e cada chefe de me-

tralhadora esteja em condições de observar o respectivo feixe.

O chefe da metralhadora commanda: «10 m mais á direita! — Tiro concentrado!» e o apontador dispara para o ponto designado, com os freios de direcção e do volante destravados, sem dar nenhuma profundidade ao fogo. Esse é o tiro concentrado ordenado. No tiro concentrado as balas não cahem tão proximas umas das outras como no tiro por série, a arma salta um pouco lateralmente, mas isso não prejudica nessa especie de tiro; o inimigo offerece uma larga frente na qual só nas alas os tiros podem se escapar lateralmente. Por essa razão nunca o chefe da metralhadora escolhe, para regulação, os atiradores que ficam na extrema direita ou esquerda, e sim no maximo o 3º ou 4º contando a partir do extremo da ala. Não se trata aqui de pegar em direcção o ponto designado, com absoluta exactidão; o chefe de metralhadora deve saber antes de tudo onde tem de observar o seu feixe; se elle cahe 5 ou mais á direita ou á esquerda, é indifferente neste caso.

Conforme as condições de observação, empregar-se-á no tiro de efficacia o fogo com maior ou menor profundidade. Pelo quadro anteriormente publicado (*) se vê que em geral é sufficiente uma profundidade de 50 ou 100 m, sómente sob más condições ou falta de observação é que se deve, caso convenha, empregar o fogo com 200 m de profundidade.

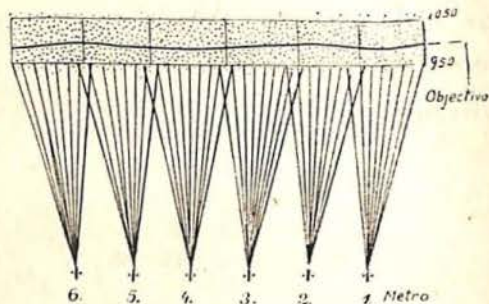


Fig. 20

Sectores de peça. Zona batida pelo fogo com 1 volta para o tiro em profundidade e alça 1050

Se o chefe da metralhadora conseguir fazer a observação no seu sector por meio do fogo concentrado, passa ao fogo de efficacia propriamente dito, commandando — «Tiro continuo!»

— A essa voz o apontador passa a fazer tiro ceifante e ao mesmo tempo em profundidade.

No começo do tiro de efficacia, em geral, não se ordena nenhum tiro em profundidade, porque cada chefe de metralhadora deve procurar atirar com o feixe mais estreito que puder. Sómente quando a observação não é sufficiente, manda dar 1 ou mesmo 2 voltas, tomando correspondentemente uma alça mais alta. Em regra sempre se atira com uma profundidade de 50 m, porque com ella o feixe da metralhadora engrossará apenas de uma quantidade insignificante. Em compensação, com o fogo em profundidade de 50 m os altos e baixos do feixe ficarão nivellados e annullados os erros de observação e assim crescerá muito a garantia da efficacia.

(*) N. do T. Vd. pg. 289, n. 68 desta Revista.

Sómente para objectivos situados *na ingreme encosta anterior* de uma elevação (fig. 11), caso que só muito raramente se dará na guerra, pode-se apreciar como em um alvo de stand se o feixe passa acima, abaixo ou se cahe exactamente no alvo. Para isso, entretanto, é condição preliminar uma excellente observação. A possibilidade de se atirar sem nenhuma profundidade é, por isso, um caso muito raro.

No tiro contra linhas de atiradores que offerecem um alvo de difficil visibilidade, deve-se intercalar no começo do fogo algumas curtas pausas que permitam ao apontador informar-se. Pouco a pouco essas pausas se devem tornar mais curtas e mais raras e por fim cessar completamente. Os optimos apontadores não devem em regra fazer taes pausas para se informarem.

Começa então o afanoso trabalho do chefe de metralhadora, de parceria com o apontador, para fazer cair o feixe sobre o alvo. Isso se faz por meio de indicações «*Mais alto!*»; «*Mais curto!*»; «*Bom!*» ou «*Muito bom!*». Mesmo as ultimas indicações «*Bom!*» e «*Muito bom!*» são muito importantes, afim de orientar o apontador sobre a situação do feixe e tambem porque contribuem bastante para tranquilisal-o.

Se o feixe desaparece atraz do alvo e se não cahe sobre elle com a indicação «*Mais curto!*», o chefe da metralhadora commanda «*Tiro concentrado!*» — «*Mais curto!*» — «*Mais curto!*». Se o chefe da metralhadora não torna a achar o seu feixe, deve mandar tomar uma alça 50 ou 100 m mais curta para se proporcionar observação aquem do alvo.

Se o feixe cahe *aquem* do alvo, o chefe da metralhadora manda em regra tomar uma alça 50 ou 100 m mais alta, porque o deslocamento

do ponto de visada para cima não adianta quasi nada.

Se em consequencia das indicações «*Mais alto!*» — «*Mais alto!*», chega o momento em que o atirador levanta a linha de mira acima do alvo, logo elle previne ao chefe da metralhadora, afim de que este, independente de ordem, commande uma alça mais alta immediatamente.

Se o chefe da metralhadora quer trazer o feixe mais para traz, commanda «*A' retaguarda!*» Para dar as indicações o chefe da metralhadora não tira o binoculo dos olhos, pois do contrario perderia muito tempo em tornar a procurar o objectivo.

O tiro lentamente ceifante facilita extraordinariamente ao chefe da metralhadora a observação do feixe com o binoculo. Com um tiro muito rapidamente ceifante, o chefe da metralhadora muito facilmente perde de vista o feixe com o binoculo ou o confunde com o de outra metralhadora.

A direcção do feixe resalta claramente da fig. 21.

Chefe de metralhadora e apontador devem estar tão acostumados a trabalhar juntos, que o ultimo entenda immediatamente e execute qualquer indicação do primeiro. O apontador deve ser tão prompto em attender ás indicações «*Mais alto!*» e «*Mais curto!*», que já esteja movendo o vo!ante quando o chefe da metralhadora as tiver pronunciado. O apontador deve conhecer tambem exactamente de quanto deve gyrrar o vo!ante; raramente as indicações «*Mais alto!*» ou «*Mais curto!*» determinarão um gyro maior de 1 cm. Se o chefe da metralhadora quizer um feixe cada vez mais alto ou mais curto, ordenará ao apontador por diversas vezes, energicamente, «*Mais alto!*» — «*Mais alto!*», etc.

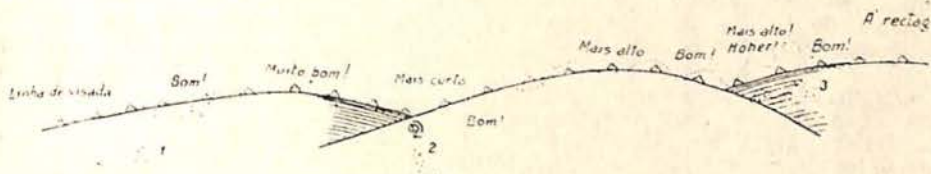


Fig. 21

Direcção independente do fogo pelo chefe de metralhadora

Depois do commandante da companhia ter dado a voz de commando para o tiro de efficacia, o chefe da metralhadora deve ainda uma vez, por si mesmo, regular o tiro. (Fig. 21, á esquerda, n.º 1).

Voz de commando: «*Alça 1000 — Apontar para o 3º atirador a partir da esquerda! — Tiro concentrado!*»

Observação aquem do alvo.

Voz de commando «*100 mais alto!* — *Meia volia!* — *Tiro continuo!*».

A observação mostrou a boa situação do feixe. Indicação: «*Bom!*».

As indicações posteriores podem ser lidas na fig. 21. No numero 2 da figura o feixe desaparece, e apesar das indicações «*Mais curto!*» — «*Mais curto!*», o chefe da metralhadora não consegue observar nada do feixe. Elle por isso regula o tiro outra vez com uma alça propositalmente mais curta.

Voz de commando: «*Apontar para o atirador acima da arvore!* — *Alça 900!* — *Tiro concentrado!*»

Observação aquem da arvore.

Voz de commando: «*100 mais alto!* — *Meia volia!* — *Tiro continuo!*»

No n.º 3 o feixe permanece sempre demasiadamente curto, e em consequencia das indicações: «*Mais alto!*» — «*Mais alto!*» a linha de visada passa logo acima do alvo; por isso o apontador previne o chefe da metralhadora: «*A linha de visada já passa acima do alvo!*». O chefe de metralhadora commanda por isso: «*100 mais alto!*». As indicações posteriores estão tambem indicadas na fig. 21.

O chefe de metralhadora, se a observação é deficiente, deve de vez em quando regular de novo o tiro por meio do tiro concentrado e controlar o seu feixe. Se assim não fizer, facilmente o feixe cahe inteiramente aquém ou além do alvo e a sua metralhadora em geral não acerta. O chefe de metralhadora se previne por isso contra o erro de corrigir o tiro baseado na observação de alguns pontos de chegada.

Sómente os pontos de chegada do tiro concentrado têm valor para a correcção.

Embora sempre seja melhor alcançar um resultado mais certo, ainda que mais baixo, mediante o tiro com maior profundidade, do que correr o risco de errar o tiro com um fogo de menor profundidade, o esforço dos commandantes de secções e dos chefes de metralhadoras deve visar o maior estreitamento possível do feixe, afim de que augmentem as perdas do inimigo!

No tiro ceifante, cada chefe de metralhadora deve fazer com que o respectivo feixe emende com os vizinhos e a elles se sobreponha nas extremidades, como o indica a fig. 22. E' muito errado resolver-se um chefe de metralhadora a estreitar o seu feixe sem ter obtido pelo tiro concentrado a absoluta certeza de que pôde assumir a responsabilidade dessa redução da profundidade. O cabo que não obtem impactos com o estreitamento do feixe procedeu erradamente.

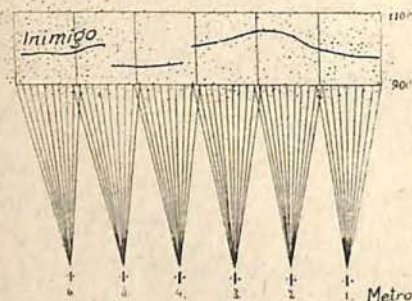


Fig. 22

Tiro com duas voltas contra objectivo profundamente escalonado, sob más condições de observação ou em terreno desfavorável

A direcção do fogo fica nas mãos dos commandantes de secções, os quaes são responsáveis pela uniforme distribuição do fogo por todas as partes do objectivo. Se, em consequência de perdas ou de interrupções, uma metralhadora cessa o fogo, por meio de signaes o commandante da secção deve providenciar afim de que a outra metralhadora tome sob seu fogo todo o sector da secção.

Além do caso de más condições de observação, emprega-se também o fogo com a grande profundidade de 200 m quando o inimigo está collocado atrás de alturas e não se pôde determinar a que distancia, 10 m, 50 m ou mesmo 100 m, elle se acha da crista. Em terrenos ondulados isso acontece muito frequentemente. Além disso, esse fogo com maior profundidade também se emprega quando a profusão dos pontos de chegada dos projectis da infantaria, dos balins de shrapnell e das nuvens de fumo destes, tornam impossivel a observação do feixe da metralhadora. Não se devem levar em menos

conta também as difficuldades que surgem quando as metralhadoras atiram de concerto com a infantaria, intercalladas em pontos quaesquer da linha de atiradores, o que é frequente na tactica moderna. Taes casos devem constituir o objectivo predilecto dos exercicios.

(Continúa)

A lei de quadros

Já começou a ser esquecida a lei que hontem organisou os quadros do Exercito e estabeleceu a discriminação de postos e armas para o exercicio das funcções regulamentares.

Esta lei tem taes virtudes e por tal forma contribue para a bôa ordem dos serviços no Exercito, que muito será para lamentar si entrarmos a desrespeital-a.

No começo da sua execução haverá, com certeza, algumas difficuldades, mas, superadas estas, inumeros serão os beneficios della decorrentes, justificando-se por isso todo o trabalho que empregarmos para a sua fiel applicação.

O combate da Infantaria

(De uma conferencia)

Camaradas! Estou em vossa presença em cumprimento de uma disposição regulamentar, que nos obriga á execução de conferencias sobre assumptos militares.

Acabamos de assistir á maior e mais tremenda guerra que convulsionou a humanidade, como belligerantes, mas infelizmente sem nella termos tomado parte activa.

Ainda não conhecemos bem os ensinamentos que ella trouxe á nossa profissão; ouvimos fallar da preponderancia da aviação militar sobre a cavallaria, levando alguns espiritos irreflectidos a pensar, seja-me permittido a expressão, que a cavallaria, a briosa arma, deve ser empalhada e recolhida aos museus militares.

Ouvimos dizer que a artilharia sobrepujou a infantaria, relegando-a para segundo plano; outros dizem que na grande guerra quem venceu foi a industria, portanto a mechanica. Mas terá sido assim mesmo?

Não, senhores! A gloriosa arma de Osorio e Andrade Neves não foi offuscada pelo avião, ella continuará impavida a ser

os olhos do Exercito e a completar a victoria alcançada pelas armas irmãs.

Em nada perdeu a gloriosa infantaria do seu valor combativo, continuou a artilharia a desbravar-lhe o glorioso caminho da victoria e, pois, o estudo das suas formas de combater, mais imperioso se tornou.

Não foi a mechanica quem venceu a guerra: ella foi vencida pela força moral dos combatentes alliados.

Seria possivel, Srs., que a 6 de Setembro de 1914, o Exercito Franco-Inglez batido e de perto perseguido pelas valerosas tropas allemãs, pudesse tomar a offensiva com inferioridade de material, travando a primeira batalha do Marne, que tornou-se decisiva para a victoria allemã, pois a sua perda trouxe a derrota e a perda da guerra pelos allemães?

Quem venceu pois a batalha do Marne e a guerra?

Foi a força moral das bravas tropas Franco-Inglezas, a sua energia e tenacidade, procurando arrancar a victoria pelos cabellos.

Esta força moral achava-se condensada na infantaria, foi ella com o seu fogo e a sua bayoneta, mais que as suas irmãs, quem escreveu as paginas mais gloriosas da grande guerra.

Senhores, escolhendo por thema o combate da infantaria, tive em mente estudar mais aprofundadamente a parte do nosso R. E. I. relativa ao combate, quer real, quer figurado, da infantaria e metralhadoras isoladas e em cooperação com a artilharia.

Abordando em primeiro lugar o combate figurado ou o exercicio de combate, por ser o mais simples, farei uma critica dos nossos processos nas manobras, critica esta absolutamente impessoal, tendo em vista apenas concorrer com o meu pequeno contingente de esforço e boa vontade, em prol do melhor preparo do nosso Exercito a que tenho a grande satisfação e subida honra de pertencer.

O nosso R. E. I. diz em seu numero 278:

«Em todo o decurso da instrucção deve-se procurar desenvolver a iniciativa dos chefes e a do atirador isolado.

Os exercicios de combate approximar-se-ão tanto mais da realidade, quanto mais ás tropas que se exercitam se oppuzér um inimigo que opere em condições analogas ás da guerra.

São, portanto, os exercicios de dupla acção, tropa contra tropa, os mais instructivos.»

Frequentemente nos nossos exercicios de dupla acção, e especialmente nas grandes manobras, os themas são dados de tal maneira que o partido azul, por exemplo, será derrotado e o partido vermelho victorioso; isto quer dizer: quaesquer que sejam os erros commettidos pelo partido vermelho, o partido azul será derrotado, esperando este musulmanamente que assim o considerem.

Como desenvolver pois a *iniciativa* e a instrucção dos chefes com semelhante systema?

Como habituar os chefes a tomar rapidamente e sem hesitação, disposições apropriadas a cada situação em que se encontrem conforme preceitua o nº 277 do R. E. I.?

Não será certamente com os nossos processos; precisamos de uma vez afastal-os, exercitando na carta e no terreno, themas em que os encarregados de resolvel-os tenham ampla liberdade para isto, deixando-os agir como se na guerra fosse, e assim muito proveitosos serão os nossos exercicios de combate. (*)

Diz o R. E. I.:

280 — «Os exercicios do tempo de paz não se podem desenvolver de modo tão lento como os combates reaes. A exaggerada rapidez dos exercicios dá logar a uma tactica do tempo de paz, que não corresponde ás exigencias reaes do combate. O director do exercicio e os arbitros devem, por isso, agir quando fôr necessario para que os exercicios tenham a demora conveniente.

281. — E' necessario contrariar a tendencia de se empregar processos que não estão de accôrdo com as condições da guerra, afim de obter um bom resultado no desenvolvimento do combate. Quanto mais contra-tempos surgirem, tanto mais se aprenderá e mais se poderá reconhecer e avaliar a acção resultante da iniciativa dos chefes.

E' prohibido o exercicio de formas de combate consideradas como modelos.»

Meditando nestes sabios numeros do R. E. I. e lembrando-nos dos nossos exercicios e manobras, vemos que ellas fogem ao preceituado nelles.

A preocupação de terminar um exercicio de combate a tantas horas, ou que a phase final de uma grande manobra se verifique a tantas horas e em tal ponto, para que A. ou B. possa assistil-a, é de tal natureza, que até agora pouco ou nada temos aproveitado nas nossas manobras, to-

das em desaccôrdo com a sã doutrina dos numeros 278, 280 e 281 do nosso R. E. I.

Nas «Directivas para os exames de instrucção da tropa», encontramos no capitulo 2º — Exames de companhias, n.º 20 Resolução de um thema de combate (vide R. E. I. 288), (**) a limitação do tempo para a resolução do thema em uma hora, a contar do recebimento do mesmo.

Dado um thema qualquer, terá o capitão de fazer uma exploração prévia do terreno, reunir os seus subalternos para expôr a situação e dar suas ordens, dando-se em seguida inicio propriamente á resolução do thema.

Qualquer de vós que reflectirdes um pouco concluirá não ser possível isto em tão exigno tempo, em desaccôrdo com a doutrina dos numeros 280 e 281 do R. E. I. (**)

(Continúa)

Cap. M. Castro Ayres.

(*) N. da R. — Quanto aos themas sobre a carta, o conferencista refere-se naturalmente aos exercicios de jogo da guerra.

Estes, como os themas no terreno, têm como preliminar, segundo a solução methodica preceituada pelo «Guia para os exercicios de jogo da guerra» os themas tacticos escriptos.

O «Guia» estabelece como divisão e gradação desses trabalhos na tropa o seguinte: nos corpos, themas para os tenentes; dos cdos. de brigada, themas aos capitães e maiores; dos de divisão, themas aos tenentes-corneis e coroneis.

(**) N. da R. — Parece-nos que ahi houve erro de revisão. O n. 288 não vem ao caso. Deve ser o 285, que diz: «Os principios para o emprego da infantaria no combate devem ser ensinados, suppondo situações tacticas simples...»

(**) N. da R. — O nosso illustre collaborador é victima de dois erros: 1º — Não pode ser objecto do exame a representação de um combate prolongado, pois para isso não haveria tempo que não pudésse alguém ainda achar pouco.

A resolução do thema não deve ser influenciada pela preocupação do tempo limitado; em qualquer momento tactico — no maximo ao cabo de uma hora — o chefe faz cessar a acção e haverá assumpto mais que sufficiente para ser avaliado o estado de preparo da tropa e de seu commando.

2º — Nem sempre o thema precisará dar lugar a uma demorada exploração prévia do terreno.

— Vale a pena chamarmos á consulta o que dizem as «Directivas» no ponto recorrido.

Art. 7.º dos Estatutos — Aos redactores effectivos cabe a responsabilidade da edição, aos collaboradores a das opiniões que emitirem em seus artigos.

Do Curso de Tiro de Toledo

(Continuação)

3ª — *Opinião sobre os systemas de ligação entre os diversos elementos do batalhão durante o fogo*

Este interessante e inilludível problema encerra taes difficuldades, que hoje em dia não se pode consideral-o satisfactoriamente resolvido, tantos são os casos em que fallham todas as previsões, methodos e systemas. Portanto, qualquer tentativa de aperfeiçoamento é louvavel, e neste sentido, significa um positivo avanço o systema semaphorico ensaiado pela Escola durante o curso; mesmo que seja prematuro antecipar conclusões e juizos definitivos, os exercicios realizados puzeram em destaque a simplicidade do systema, que se traduz na rapidez da transmissão, facilidade do manejo e, portanto, de aprendizagem, confirmando mais uma vez que o mais simples é sempre o mais pratico. Talvez a unica objecção a fazer seja a da muita visibilidade, porém isto não lhe é peculiar, é commum a qualquer outro systema de signaes, e por isso collocando-nos no terreno da realidade, é forçoso reconhecer que a transmissão de ordens verbaes, segundo preconisa o nosso Regulamento tactico, será normalmente o mais seguro e efficaç meio de comunicação no batalhão e que em geral estará sempre ao nosso alcance. Tem seus defeitos, e o maior que lhe é imputado, é o dos erros de transmissão que occorrem, porém para corrigil-os e como conclusão, se deduz a necessidade de uma minuciosa, solida e perfeita instrucção dos agentes de ligação de que falla o alludido Regulamento, augmentando-se o seu numero, se fôr julgado necessario.

3ª secção da E. C. T.

Observando a muita visibilidade, do systema de transmissão por signaes, defeito commum a todos, inclina-se a comissão para o systema de ordens verbaes por meio dos agentes de ligação.

Os inconvenientes deste ultimo, que tambem reconhecem e apontam foram a causa que determinou esta Escola, sem exclusão dos outros meios, que devem ser empregados concurrentemente com este, a estudar e ensaiar, com o maior interesse e carinho, um systema de signaes opticos, fructo de cujos estudos foi exposto no folheto que acompanha a documentação do curso, e que durante o mesmo foi experimentado, no qual apparece tambem um systema de ligação telefonica, praticado ao mesmo tempo nestes exercicios.

A Escola, por sua parte, satisfeita com o resultado alcançado, e considerando que é problema de capital importancia o ponto em questão, se propõe a proseguir em seus estudos, experiencias e investigações neste sentido, com o fim, se não de resolver satisfactoriamente o assumpto, procurar pelo menos, que consiga deixal-o regulamentado em toda a sua organização e em seus detalhes.

4ª — *Opiniões relativas ás regras da direcção do fogo de fuzis e de metralhadoras*

Não sendo, como diz nosso R. «o tiro de combate uma somma de esforços individuaes isola-

dos e sim a sua resultante mediante a convergencia para um fim commum» e sendo o tiro colectivo o unico de combate, reconhece-se a importancia da direcção do fogo, attribuida ao official, a qual se patenteou nos diferentes exercicios que durante o curso se apresentaram. Viram-se as vantagens de applicar suas regras ás diversas situações que se podem apresentar, e apenas com pequenas differenças para o fuzil e a metralhadora, decorrentes das características da arma; a metralhadora geralmente não se preoccupa em seu fogo senão com os effeitos que produz sobre os objectivos visados e que as posições por ella occupadas respondam á visibilidade dos objectivos que precise bater, buscando apoio no terreno e estabilidade para a arma e preferindo as cristas e posições dominantes porque dahi seus fogos menos perturbam os movimentos da infantaria.

Sendo tantos os factores materiaes e moraes que integram o combate e aos quaes se sujeitou o director do fogo, evidencia-se a necessidade de um grande conhecimento e pratica na direcção do mesmo, que lhe permittam fazer criteriosa applicação das differentes regras, com o fim de conseguir a maior efficacia de seu fogo e a menor do fogo inimigo. Muito contribuiria para semelhante acquisição o uso de fazer os officiaes, ao sahirem da Academia, participar em um curso complementar da Escola Central de Tiro, onde receberiam proveitoso ensino para poderem ser verdadeiros directores de fogo.

Synthetisamos pois a resposta ao 4º quesito, julgando excellentes as regras da direcção do fogo preconizadas pelos nossos R. (R. T. I. e R. E. I) e accentuando a necessidade de se dar aos officiaes um ensino nesse sentido.

3ª Secção da E. C. T.

Respeito ao primeiro ponto muito apraz a esta Junta ouvir uma opinião tão autorisada, que põe em relevo a excellencia dos preceitos que em cumprimento de sua obrigação elaborou, e sente, por consequencia, a natural satisfação do dever cumprido.

Quanto aos segundo ponto esta Junta acha opportuno manifestar que profundamente a tem preocupado isto que, graças á sua insistencia, já vae sendo opinião generalisada entre os chefes da arma, acerca da necessidade de um curso complementar para os officiaes, pouco após a sua sahida da Academia.

Entretanto os «cursos especiaes para capitães e tenentes», e os de «informações para chefes», juntamente com os trabalhos de investigação technica e o despacho de numerosas consultas, dão materia sobeja de occupação para a Escola; e, bem entendido, a missão experimental é também indispensavel para celebração destes cursos.

Portanto, esta Junta que não quer afastar-se da opinião dos chefes da arma neste ponto da instrucção da officialidade, que por fim são os que devem apreciar o Curso, é de parecer que o referido curso complementar deveria ser attribuido a um outro centro, organizado exclusivamente com os ditos fins, a menos todavia que se ampliasse esta secção com todos os elementos necessarios para superar os obstaculos inherentes a tal accumulção de funcções.

(Continúa)

O problema da remonta

Reiteradamente, falando ou escrevendo, temos nos occupado do magno assumpto que serve de epigraphie ás notas que aqui vamos synthetisar.

Em toda parte e em todos os tempos quando se cogita da utilização efficiente dos meios de defesa nacional, o problema da remonta tem sido debatido com o ardor que bem merece.

Em 1870 escrevia um official francez, Ephrem Houel, que «é incrível como se tem dito e escripto sobre este assumpto sem que a questão esteja muito mais adiantada, a pezar de tudo isto». Tal é o que podemos, também nós, reproduzir.

E para não demorarmo-nos em detalhes superfluos sobre a importancia de semelhante assumpto, que importa na independencia, defesa e respeito da nossa nacionalidade, affirmamos, inspirados na mais profunda convicção que, até um futuro ainda bem remoto, nós, se porventura o solo patrio fôr invadido por nação estrangeira, estaremos na absoluta dependencia de um numero avultado de cavallos.

E' o que impõe a nossa topographia, as nossas vias e meios de comunicação e mesmo a nossa civilisação.

Indubitavelmente, para serem bem dirigidas, nossas operações estrategicas, deverão enquadrar-se nos methodos de Bonaparte, e esse grande capitão disse: «Com uma boa cavallaria eu teria vencido a Europa». E, com outra autoridade franceza na materia, repetiremos: «Cada nação deve necessariamente subordinar o modo de suas remontas á natureza das guerras a que está destinada a sustentar, ás leis que a regem, á sua situação financeira e, finalmente, ao numero e especie dos seus cavallos».

— Admittida, pois, a preliminar axiomática, da capital necessidade de cavallos de montaria e tracção para o nosso Exercito, e, reconhecendo todos hoje o cuidado das especies bovina e ovina, pelos compensadores resultados immediatos que dá, supera, atrasa e impede a criação cavallar, á falta de mercado remunerador, torna-se obvio que ao governo se impõe, a bem da garantia da nação, fomentar, auxiliar, estimular, este ramo de uma industria privada dos particulares. No Rio Grande do Sul, em these, pode-se affirmar que a criação cavallar é descurada, dia a dia,

assombrosamente, sob o ponto de vista da defesa nacional, pois o cavallo é arma de guerra que, para nós, occupa incomparavelmente, elevado plano. O pouco emprego do cavallo nos serviços das fazendas, dada a subdivisão dos campos, importando no custeio intelligente dos rebanhos, ao lado do preço do novillo e da vacca (chucros) em comparação com o do potro e da egua, são os factores primaciaes desse phenomeno. Presentemente, referindo-nos aos preços médios, vale um boi de 4 annos, 250\$, e uma vacca 160\$. O potro dessa idade, ainda escolhido, 100\$ e a egua 30\$. Além disso, onde razoavelmente pastam 100 bovinos, não podem viver bem, mais de 60 equinos.

Não cremos que haja organização nenhuma do Estado que possa sobrepujar a industria particular, quando se trata de serviço que por sua natureza exija pratica, pertinacia, tempo, e, sobretudo, continuidade no objectivo e na administração, requisitos estes que, no conjuncto, jamais poderão ser afagados pelo governo. E, se é uma verdade incontestavel que — ninguém produz com trabalho porfiado o que não venda com renumeradora vantagem — é indispensavel a intervenção directa e indirecta do Estado no arrimo e desenvolvimento da producção equina.

Entre os varios modos a adoptar, avulta a conveniencia de se dar ampla divulgação, para o conhecimento dos fazendeiros, das condições ou requisitos dos cavallos desejados; garantia absoluta do mercado; preço a pagar por individuo, préviamente estabelecido e notavelmente compensador. Além disso, incumbe ao governo estabelecer recompensas pecuniarias, premios vantajosos aos criadores que dispuzerem de boas manadas e cuja producção avulte nos fornecimentos, e aos que apresentarem á venda os melhores productos. Com os reproductores da coudearia de Saycan, facilitar, pratica e intelligentemente, a fecundação das eguas dos particulares.

Ousamos apontar, como processo pratico de facilitar estas padreações, no Rio Grande do Sul, o seguinte: Em requerimento á respectiva directoria, apresentado opportunamente, tres criadores reconhecidamente idoneos, assumirão o compromisso de apresentarem em sitio conveniente, no seu municipio, eguas em boas condições, sujeitas ao exame da referida di-

rectoria ou de delegado seu; de fornecer accomodação ao reproductor ou reproductores, bem assim a obrigação de darem os productos á inscripção logo após o nascimento, e a preferencia de venda ao Ministerio da Guerra. Transporte e forragem, como fôr convencionado. A' disposição de um garanhão, serão necessarias 50 a 60 eguas.

— Para tornar efficiente o serviço das padreações, questão que longe de ser pueril, é bem complexa, é imprescindivel pratica e habilidade da pessoa que o dirige. Tanto quanto possivel, deve-se observar, como em tudo, as leis naturaes.

E' assim que, quanto mais á vontade das partes interessadas se realizar o amplexo amoroso inherente á procreação, tanto mais probabilidade de fecundação haverá, como ensina a pratica. Resolve-se isto muito simplesmente utilizando um pequeno potreiro (cerca de um hectare) convenientemente fechado, onde na primavera, uma vez por dia, seja conduzida a manada toda. Ahi, o garanhão, livremente, apenas com buçal, é recebido affavelmente pela femea, sabiamente inspirada pela lei da reproducção da especie, que, fascinatoramente, attrahe o macho para a symbiose fugaz.

Aproveitando-se o extase que se segue ao salto, é certo que o garanhão deixa-se facilmente apanhar e é conduzido á baia e a manada, minutos depois, ao respectivo pasto.

Cap. Ptolomeu de Assis Brasil.

Guerra do Paraguay

Acompanhados de attencioso officio, enviou o Circulo Militar Argentino ao nosso Club Militar os dois trabalhos recentes do Major don Justo E. Diana, intitulados Campana de 1866 (texto e atlas, 2 vols.) e Contribucion al estudio de la Guerra contra el Paraguay.

No mesmo officio, a Directoria daquella instituição irmã, com o desejo de ser util aos nossos camaradas, se confessa prompta a receber encommendas das duas obras, cujo preço, porte e registro inclusos, ficará por 5 pesos e 50, ou sejam 10\$500, em moeda nacional.

O nosso Club Militar, para facilitar a aquisição desses trabalhos acceta encommendas dos seus associados.

Direcção: Dr. Juan B. Sivori, Circulo Militar Florida 221, B. Ayres.

Amor da Patria, da Bandeira e do corpo (1).

Princípios geraes de subordinação e disciplina.

Virtudes militares exemplificadas (2).

Distinctivos usados no Exercito e na Armada.

Nomes e residencias dos officiaes do corpo a que pertence o recruta (3).

Nomes das altas autoridades militares e onde trabalham (4).

Continencias e signaes de respeito { Ver ns. 1 a 6, 8 e 9, 11 a 16, 18 a 25, 27, 29, 31 a 33, § 8º do 63, tudo do R. C. S. R., e mais: 224 e 363 do R. S. C. e ns. 23, 24, e 25 do art. 421 do R. I. S. G.

Transgressões disciplinares e crimes:

Ordens (5). (Ver principios do art. 1 e ns. 2 e 5 do art. 421 do R. I. S. G.)

Pedidos, requerimentos, partes e queixas.

Toques e signaes (só os principaes e o n. 29 do art. 421 do R. I. S. G.)

Vencimentos (só os do proprio e o n. 46 do art. 421 do R. I. S. G.)

Canções militares (6).

Noções de hygiene e primeiros socorros (7).

Organização do Exer- { Idéa geral da organização.
cito { Organização gradativamente detalhada da infantaria até á esquadra.
Divisão militar do paiz.
Hierarchia militar.
Serviço militar.

Uniformes

Deveres do reservista (art. 18 do R. S. M.)
Principios geraes sobre a propriedade dos uniformes e tambem os ns. 21, 30, 46 e 66 do art. 421 do R. I. S. G.

Tabellas (8).

Os usados no Exercito e na Armada.

Conservação (9).

Modo de usal-os e art. 376 do R. I. S. G.

No quartel, rua, estabelecimentos publicos, logares de diversões, vehiculos, etc.

Conducta
(Ver alguns ns. do art. 421 do R. I. S. G.)

Em casos especiaes: doença, licença, destacamento, guarda, plantão, patrulha, ordenança, etc.

Perante as pessoas e autoridades civis.

Em viagem por mar e por terra (particularmente: por estradas de ferro).

Com prisioneiros e feridos (ver quadro VIII).

Rações :.....

A da caserna, a de campanha (normal), a de reserva, os ns. 287 e 288 do R. I. S. G. e mais o 46 do art. 421.

Deveres geraes do soldado

Relativos

{ Ao asseio corporal (banhos, unhas, pés, cabellos, etc.).

{ A' limpeza (alojamentos, camas, dependencias etc.).

Particularmente

{ Artigos: 8, 169, 170, n. 18 do 239, 2ª parte do 242, 252, 253, os ns. 1, 2 e 4 do 255, 359 e mais ns. 50 e 51 do art. 421, tudo do R. I. S. G.

{ Só os da unidade.

Interno

{ Pessoal de serviço diario.

{ Penultimo periodo do art. 297 do R. I. S. G.

Externo.....

{ (arts. 323 e 324).

Serviços geraes dos corpos de tropa.

(Ver ns. 3, 7, 17, 18 e 44 do art. 421 do R. I. S. G.).

Deveres dos homens de serviço e particularmente:

No serv. interno

{ 230, 231, 238, ns. 5 e 11 do 239, 240, 241, 245, 268, 1ª parte do 2º periodo do 269, 270 (os homens desarmados após a voz de *apresentar armas*), 275, 280 e letra d do art. 7.

No serv. externo

{ Dos soldados de guarda (352), das sentinellas (353, 354, 355, 356, 357, 362), primeira regra do 344 e formalidade do 351.

Primeiras letras e noções praticas de orientação.

Rudimentos

{ De historia patria.

{ De historia militar patria.

{ Da historia da unidade.

{ Da geographia patria.

{ Da constituição politica da patria.

(1) Despertar o amor por estas tres entidades.

(2) A exemplificação deve ser com factos da historia patria (Henrique Dias e Marcilio Dias, Antonio João, João de O. Mello, Camerino, Mariz e Barros, etc.).

(3) e (4) Não precisa o nome todo; as residencias devem ser ensinadas por occasião dos passeios, exercicios, etc. Dos nomes das autoridades superiores basta conhecer os dos commandantes da brigada e divisão a que pertencer, os dos ministros da guerra e marinha e os do chefe do Estado Maior e presidente da Republica.

(5) Aqui apenas os preceitos; para a pratica das ordens ver quadro VIII.

(6) Não se limitar ao canto; é preciso mais: significação, razão de ser, inconvenientes em certas occasiões, regras para sua permissão, etc.



(7) Esta instrução é dada por um medico do corpo sob designação do respectivo chefe e em dias determinados pelo commandante do corpo. Ella deve ser dada segundo um programma organizado por aquelle chefe e approved pelo commandante. Na organização deste programma é preciso attender a que a instrução não se limite a preleções, porém que consista principalmente em revistas constantes sobre pés, corpo, roupa interna, etc., obrigando-se a que os proprios homens façam seu asseio, limpeza e mesmo curativos ligeiros. O medico póde solicitar do commandante um compartimento especial para isto.

(8) Não se limitar aos numeros dos uniformes, porém ensinar tambem o que o homem tem direito, tempo de duração, etc.

(9) Não se limitar aos preceitos, mas obrigar a conserval-os, concertal-os, etc. não só no quartel, como em manobras, etc.

(Continúa)

1° Tenente *Barbosa Monteiro*.

De Longe

Servindo sempre longe do nosso grande centro, ora em serviço regimental, ora nas enfermarias, ora acompanhando forças, fazendo quasi sempre o serviço só e lutando com difficuldades de recursos, é natural que algo tenha aprendido, quando nada, a saber apontar falhas, algumas removíveis, talvez sem grande custo.

Todos nós notamos, medicos principalmente, a falta absoluta de pessoal de saúde, nos corpos e enfermarias, com a competencia necessaria para auxiliar-nos em nossas funcções, reconhecidamente necessarias á tropa.

Os enfermeiros que possuímos, são na maioria incompetentes, e mesmo sem capacidade para adquirirem competencia.

Parece-me que a causa disto depende apenas do modo porque são elles tirados para este serviço, que requer homens intelligentes, de boa vontade, e, aptidão propria.

Penso que, na discriminação das praças que devem constituir nossas unidades, poderiam ser distribuidas duas por bateria, companhia ou esquadrão, nos regimentos, e quatro nos batalhões de Caçadores e nos grupos de duas baterias, para os cargos de padioleiros, preferindo voluntarios ou engajados, pelo menos a metade, para delles serem tirados os cabos e sargentos enfermeiros.

Assim teriamos em cada Regimento 18 homens, nos Batalhões de Caçadores, nos grupos de duas baterias 8, e nas Companhias isoladas 4, para receberem a instrução especial do serviço de saúde.

Constituir-se-ia assim um pequeno nucleo, sob o commando do medico, que teria sobre elles a responsabilidade administrativa e de instrução.

De accôrdo com os nossos regulamentos, o medico no corpo é tambem um instructor, a elle cabendo dar aos solda-

dos as noções de hygiene e dos primeiros socorros, e instruir os padioleiros e enfermeiros.

Seria preferivel que este pessoal fosse recrutado por voluntariado, pois a não serem os padioleiros, os enfermeiros não podem ser preparados em um anno só, e, como a applicação de seus conhecimentos é immediata sobre os soldados enfermos, é necessario que não sejam substituidos annualmente como os sorteados.

Tendo as unidades o numero sufficiente de medicos, estes poderão cumprir os programmas de instrução tão bem organizados nos nossos regulamentos.

Não é necessario fazer resaltar quanto soffre um ferido apanhado e transportado por quem não tem noção do que está fazendo, nem lembrar a balburdia que se faz em torno delle pelos companheiros que, no louvavel intuito de prestar auxilio, maltratam-n'o involuntariamente, quando apenas dois padioleiros, educados na sua modesta funcção, prestariam relevantes serviços.

Basta. Talvez daqui de longe, não saiba que todas estas difficuldades já estão remediadas, e que as modestas ideias aqui explanadas tenham perdido oportunidade.

Comtudo, ellas ahí vão, bastando-me a boa intenção de bem servir ao Exercito.

Capitão-Medico *Jones de Miranda*.

A artilharia de costa no Brasil

Não avançará um absurdo quem dissér que, sobre defesa de costas, no Brasil, está quasi tudo por fazer-se. Não será, tampouco, um impatriota, quem assim se expressar.

Patriotismo não é repetir beocicamente que tudo, em nossa terra, é o primeiro do mundo, quando a consciencia nos está affirmando o contrario.

Impatriotismo é bater palmas a quanto desacer-to por ahí anda, com ares de monumento, a quanta inutilidade se constróe e pomposamente se inaugura, ao espoucar da *champagne*, consagrados os seus autores, na immortalidade ridi-

cula das placas de bronze... Impatriotismo é estar convencido de que muita coisa que se tem feito, está em inteiro desacôrdo com o que se deveria fazer e não protestar contra o erro, quando não se leva a complacência ao extremo de applaudir o disparate...

Evidentemente, o nosso exercito vai iniciar uma nova era de sua vida e este inicio coincide justamente com o instante excepcional que vivemos, quando a historia do mundo começa tambem um capitulo novo.

E' preciso que envidemos os nossos meliores esforços, que nos mostremos dignos filhos deste paiz grandioso que é a nossa patria, para que o Brasil occupe, nas novas paginas da historia mundial, a posição a que tem indiscutivel direito.

E isto se conseguirá com muito pouca coisa: basta que cada brasileiro se compenetre do seu dever e saiba cumpril-o.

Infelizmente, esta coisa tão simples, até aqui, tem sido quasi impossivel de conseguir dos nossos patricios, maximé d'aquelles que têm dirigido as coisas publicas.

E' tempo, porém, de reconhecer os erros e de attender para os resultados, quasi nullos, a que chegamos; é tempo de remodelar usanças e praxes que nos conduziram ao estado de descalabro actual; é tempo de annular velhos habitos, extirpar arraigados vicios, lavar feias no-das, esquecer costumes condemnaveis.

E' forçoso, é urgente, por exemplo, applicar uma vassourada energica que consiga varrer as mediocridades *empistoladas* que, como em todas as classes, desempenham, em nosso meio, elevadas e séria. commissões, a que ascenderam, antes pela força dos padrinhos que pela competêndia e o merito proprios.

Creio que vamos entrar em uma phase de trabalho intenso, mas julgo que semelhante labor resultará improficuo, se permanecerem, entre nós, alguns dos processos ainda em voga, no exercito.

Entre estes, avulta o systema, muito brasileiro e muito errado, de procurar accommodar interesses pessoaes, quando se acham em jogo, muitas vezes, os mais graves interesses da patria.

Ou nós nos convencemos, de uma vez por todas, de que a nossa profissão é a mais ardua e a de maiores responsabilidades que um cidadão pode exercer em um paiz; que a nossa missão é a mais nobre e, ao mesmo tempo, aquella que maiores sacrificios exige d'aquelle que a desempenha, e procuramos agir de accôrdo com essa convicção, ou continuaremos a mentir integralmente e despudoradamente, como falsos artistas, a uma platêa que, tacitamente, nos está pateando, de ha muito.

A febre do exhibicionismo, do cabotismo, mais contagiosa e mais grave, para a Nação, que a gripe ou a febre amarella, tendo invadido todas as classes sociaes, todas as profissões, penetrou tambem, profundamente, o organismo militar. E se, nos outros meios, o virus terrivel d'essa epidemia poudé produzir estragos apreciaveis para o Brasil, que diremos dos males, quicá sem remedio, que elle tem produzido e está, talvez, produzindo, no apparelho — que deveria ser tão sadio, da defesa armada da Patria?

E o exhibicionismo tem pompeado galhardamente.

O chefe de uma commissão, seja ella qual fôr, nomeado por um governo amigo, comprehendendo que ascendeu áquelle cargo, não por ser um luminar da profissão, mas sim por ser genro ou filho do situacionismo, sabendo que, no quadriennio futuro, será lançado ao anonymato, de onde não deveria ter saído, uma vez na posse do cargo, procura agir pressurosamente e vai dando por paus e por pedras, contando que, antes de surgir um novo ministro, possa inaugurar qualquer coisa, rabiscar algum relatorio, abrir e beber champagne, deitar discurso e pregar uma placa de bronze...

O governo que o nomeou, ufana-se da acertada escolha e baba-se de goso, porque colhe os maiores louros do triumpho: na placa de bronze, por cima do nome do autor do *monumento*, figuram o do ministro e o do presidente, tornados todos immortaes e gravada eternamente a data feliz das suas passagens, pelos altos degrãos da governança, pelos indefectíveis algarismos romanos...

Quasi ninguém tem tido ou tem querido ter a nitida comprehensão do que seja preparar a defesa militar do paiz. Se alguem, de maior descortino e mais accentuado patriotismo, encara essas questões gravissimas com a devida seriedade, mais amor e maior profundeza e, ao tomar conta de qualquer posto de alta responsabilidade, começa a penetrar, larga e profundamente, no assumpto, irrompe logo a grita irreverente, desapiedada e revoltante de certa imprensa irresponsavel e sem orientação, ou antes, orientada, muitas vezes, criminosamente, pelos cabotinos militares que sabem muito bem que os chefes que elles atacam, anonymamente, estão fazendo obra patriótica.

Ora, entre os mais importantes cargos que um militar pode desempenhar, o de chefe de uma commissão constructora de obras fortificadas da nossa costa, avulta, num destaque solemne, como um dos de maiores e mais pesadas responsabilidades.

No emtanto, no Brasil, segundo parece, até aqui, não se tem avaliado precisamente a importância de tal assumpto, não se tem aquil-tado devidamente a magnitude de semelhantes responsabilidades.

Desde logo, salta aos olhos de qualquer leigo o disparate de se mandar construir fortalezas de costa, exclusivamente, por officiaes da arma de engenharia. Os officiaes de artilharia — sem levar em conta que, entre nós, a maioria dos officiaes d'esta arma tem o curso de engenharia — não são ouvidos em tal assumpto nem, muito menos, o estado-maior da armada, isto é, o órgão do commando naval, aquelle que, em todos os seus planos — de preparação para a guerra e de acção, durante esta — não poderá prescindir do concurso de taes obras fortificadas!

Que resolução tomará esse estado-maior, deante de fortes que não conhecer, cuja construcção não aconselhou, não acompanhou e com cuja localisação bem pode estar, tacitamente, em desacôrdo?

Mas... não é só isto.

Se ainda tivessé presidido á construcção das nossas obras fortificadas, de costa, um solido

critério, baseado em um plano maduramente estudado e meticulosamente executado... vá lá... Mas, nada disto...

Cada chefe de comissão constructora tem as suas sympathias, os seus gostos, as suas predilecções, em materia da artilharia e em systemas de defesa e estes é que devem prevalecer... Se o chefe é apologista da canhoneira, lá vai a canhoneira; se gosta do canhão e não do obuz, lá teremos o canhão; se sympathisa com o Schneider-Canet e odeia o Krupp, venha o Canet e, assim por diante.

Só por este modo se explica o facto de termos essa diversidade de fortes differentes, armados com artilharia, de uma variedade estonteadora... E, resolvida a construcção, nada de demorar...

O tempo, para discussões, estudos, analyses, etc., é escasso: o novo governoahi vem, um novo ministro pode surgir, de repente; é preciso correr, voar, construir, apparecer, exhibir, inaugurar, abrir *champagne*, fazer discursos, chumbar a placa de bronze á parede...

O resultado de semelhantes methodos, ahí está. Viaje-se o Brasil, de norte a sul, olhe-se o que existe, observe-se o que está feito e duvido que se descubra qual o critério seguido na construcção das nossas fortificações costeiras. O que resultará patente d'essa inspecção rigorosa e dolorosa, nas suas conclusões, é a ausencia absoluta de critério...

Creio que é chegado o momento de pôr um ponto final nesse nosso modo erroneo de encarar o problema complexo da defesa das nossas costas.

Já disse que vamos entrar em uma nova phase de actividade militar, a qual coincide com a abertura de uma era nova, para o mundo.

A possibilidade de uma proxima — relativamente — guerra está afastada das nossas cogitações.

Aproveitemos, pois, patrioticamente, essa grande synalepha que se vai abrir, para tomar juizo e, com a grande calma que nos advém d'essa expectativa segura, de uma longa paz, lancemos, demoradamente, os olhos profissionaes, sobre a nossa immensa costa e abordemos o estudo — mas estudo demorado — do problema difficilissimo da sua defesa. Nada de atropelos, nada de *croquis* tomados sobre a perna; penetremos fundo nessa investigação magna. Uma vez realiado, terminado esse estudo, que poderá levar alguns annos e que deverá ser feito por officiaes technicos de artilharia e por officiaes de marinha, delegados do estado-maior da Armada, entreguemos a construcção d'essas obras aos competentes, aos habéis, sem preocupações de pressa, lembrando-lhes que não vão construir arabescos de architectura para admiração dos basbaques, mas levantar obras de defesa da Patria, nas quaes a Nação descançará, conscia do seu poder e orgulhosa dos seus constructores.

Que assim se proceda e que cada um se compenetre de que está trabalhando para o futuro, sem o menor laivo de basofia, no presente, sem a mais leve preocupação de vaidades e honrarias, no momento, visando, quando muito, a seus filhos, a gloria do seu nome de militar honrado e de patriota sem macula.

Cap. de art. Souza Filho.

PALESTRA SOBRE A DEFESA DE COSTAS (Conclusão)

Embora perfunctorio, o exame que se ha feito do problema da defesa de costas deixou ver a sua vastidão e complexidade technicas. Além disto, viu-se tambem que as despesas exigidas pela completa organização defensiva de qualquer ponto do litoral são ordinariamente bastante elevadas.

Por outro lado, tem-se igualmente deixado patente que seria loucura pensar-se em erigir toda a extensão das costas de um paiz com baterias installadas a pequenos intervallos umas das outras, como tambem seria do puro dominio da phantasia a lembrança de procurar defender toda a costa de um paiz tornando moveis estas baterias; isto é, montando-as em fortes trucks que deslisariam sobre um complicadissimo e muito dispendioso systema ferro-viario. Não sómente o adrede preparo de posições protegidas para o estacionamento de uma tal artilharia continuaria indispensavel, como a solidez exigida pela construcção da alludida via-ferrea, sua conservação permanente e todo o material fixo e rodante então necessarios viriam indubitavelmente mais ainda elevar o já tão alto preço da organização da defesa de costas. Utilisar assim toda a artilharia de grosso e medio calibres, dar-lhe assim quasi a mobilidade da artilharia de campanha, seria o ideal, sinão fosse irrealisavel uma tão arrojada concepção que nos parece sómente admissivel para uma parte da artilharia de medio calibre, dentro de limitada superficie de terreno, mas nunca applicavel á inteira extensão das costas de um Paiz.

Num Estado em que todo o material haja de ser importado, o estabelecimento de um semelhante systema ficar-lhe-á fabulosamente dispendioso, sem que a sua efficacia deixe de ser precaria, porque o canhão, apesar de ser o elemento dominante na defesa de costas, não dispensa a serie das installações accessorias de que se ha anteriormente dado succinta noticia. Sem o serviço de illuminação á noite, sem as bases e estações goniotelemetricas para o preparo da pontaria, sem a organização de protecções para as peças, nem o estabelecimento de barragens, minagens e sobretudo do serviço de vigilancia, exercido ao largo pelas torpedeiras, hydroplanos, etc., a artilharia não poderá completamente desempenhar suas funcções, nem mesmo terá sua integridade assegurada; pois um raid de navios inimigos, favorecidos pelas sombras da noite ou por tempo de nevoeiro, bastará para, sinão inutilisal-a, pelo menos muito damnicifical-a.

De todas as considerações feitas desde o começo destas nossas ligeiras palestras, resulta portanto que as fortificações costeiras devem ficar restrictas ás bases navaes ou praças maritimas, judiciosamente distribuidas pelo litoral e servindo de centros de apoio á acção da esquadra, que é a verdadeira força capaz de garantir effizientemente, economicamente a defesa de uma Nação pelo lado do mar. Todavia, resalta igualmente dessas mesmas considerações precedentes que a completa organização destas praças navaes não consta sómente da construcção de fortificações para proteger a installação de sua artilharia grossa e de medio calibre, mas tambem requer ella que não haja descuido no estabelecimento da

indispensavel defesa accessoria de semelhantes bases maritimas.

Sem esta defesa complementar, a praça ficará sempre á mercê de qualquer ousado golpe de mão que não só a poderá muito damnificar, como até a inutilisar por completo. A este respeito, Albert Grasset apresenta uma vasta narração de factos historicos que vêm não sómente confirmar a necessidade da organização de todas as defesas accessorias de uma praça naval, mas também comprovar que a efficacia de sua artilharia depende, em gráo elevadissimo, da experiencia, da habilidade pratica dos respectivos artilheiros. Não basta que as fortificações costeiras disponham de boa e moderna artilharia, pois é também indispensavel que seus artilheiros a conheçam perfeitamente e estejam bem adextrados na manobra desta mesma artilharia.

Sem dados positivos para julgar das razões que levaram os inglezes a emprender e realisar, com exito, o seu raid contra o porto fortificado de Zeebrugge, na Belgica, é de supôr que, si não impericia, pelo menos descuido, na organização do serviço de vigilancia e illuminação, tenha havido da parte de seus defensores.

Assim, pois, sem mais insistir na necessidade de organizar sempre a defesa dos principaes pontos da costa de um Paiz segundo os moldes que até aqui se ha summariamente procurado indicar, cumpre nunca obscurecer o elevado custo a que deve attingir a construcção de um semelhante systema. É em consequencia de um tal motivo que as fortificações costeiras se devem limitar a certos pontos capitaes do litoral, cuja maior extensão será defendida pela esquadra do Paiz. Composta de navios de alto poder quer offensivo, quer defensivo, com velocidades relativamente grandes e extensos raios de acção, ella nunca deve perder de vista a esquadra inimiga no mar e, procurando-a sempre, lhe dará combate, para inutilisal-a ou ao menos damnificál-a, tratando, por todos os meios, de impedir que a mesma se approxime dos pontos indefesos da costa de seu Paiz. Vê-se, portanto, que, assim como o exercito assegura a defesa das fronteiras terrestres e a posse dos territorios, tendo por objectivo principal procurar bater o exercito inimigo, também a esquadra garante o dominio dos mares e a defesa do litoral de seu Paiz, procurando combater e inutilisar a esquadra adversaria.

É, porém, fóra de qualquer duvida que o exercito, para ter liberdade de acção, requer solido apoio para seus flancos, necessita de centros de abastecimentos de toda a especie, os quaes, embora afastados da frente de combate, devem ficar perfeitamente garantidos contra qualquer eventualidade de sorte adversa. São as fortificações, os campos entrincheirados e de ante-mão organizados nas proximidades das fronteiras terrestres de uma nação, que servem, na guerra, de apoio aos flancos de seus exercitos em operações e de garantir aos seus correspondentes centros de abastecimento. Os mesmos motivos que determinam a previa organização das praças fortes de terra, sinão razões ainda de maior relevancia, exigem que se construam praças fortes navaes para solidamente garantir os pontos de apoio e os centros de abastecimento da esquadra. Os arsenaes de marinha, os centros dos fornecimentos de carvão e de munição devem ficar ao abrigo de qualquer ataque

e completamente defendidos pela organização de um systema como o que antes se ha procurado delinear.

Paizes de littoral extenso, como o nosso Brasil, não podem deixar ao abandono a defesa de suas costas, embora se tenham de impôr verdadeiros sacrificios financeiros. E' assim que, nos parece, o Brasil, ao par do augmento e reorganização de sua esquadra, devia cuidar, desde logo, da organização e fortificação de suas bases navaes.

O porto de Belém no Pará, o de S. Luiz no Maranhão, o da Bahia, o do Rio de Janeiro e o de Torres no Rio Grande do Sul, supponho serem os mais apropriados ao estabelecimento de bases navaes de primeira ordem, de praças maritimas completamente aparelhadas.

Recife e Santos, convenientemente artilhados, serviriam como portos de abrigo. Igual destino se poderia dar aos portos de S. Francisco e da cidade do Rio Grande. Este ultimo, em vista do seu afastamento do Rio de Janeiro e principaes centros importantes do resto do Paiz, como também pela situação deste nosso Estado limitrophe com os Estados estrangeiros, nunca se prestará ao estabelecimento de uma base naval de primeira ordem.

Enormes seriam as difficuldades de sua perfeita organização defensiva, quer do lado do mar, quer do lado de terra.

O porto de Torres será incontestavelmente a melhor situação da base naval do sul do paiz. Na divisa do Estado do Rio Grande com o de Santa Catharina, elle fica a meio caminho de extensa distancia que separa o extremo sul do Brasil de sua bella capital, que é o mais importante centro de todos os seus recursos. Esse porto se presta, além disto, á organização de uma perfeita defesa, pois, não sómente dispõe, á sua entrada, da grande ilha do Pharol, como offerece, em suas proximidades, pontos elevados para o estabelecimento das baterias altas de obuzes que, hoje em dia, constituem a artilharia de costa por excellencia, quer no ponto de vista de seus effeitos, quer relativamente ao custo de sua installação.

O porto de Torres é de facil e economica construcção, segundo um projecto que tivemos ensejo de examinar, ha cerca de 6 annos passados, graças á obsequiosidade de um amigo que dispunha então de uma copia e nol-a emprestara por alguns dias.

Apenas dois molhes, um com cerca de 800 metros de extensão e outro com mais ou menos 1200 metros, tendo ambos a espessura de 9 a 10 metros e cerca de 12 metros de altura, precisam de ser construidos. A enseada de Torres forma actualmente uma sorte de arco de circulo, de modo que os alludidos molhes devem partir dos extremos deste arco da costa em direcção ás extremidades do maior diametro da ilha do Pharol que, a certa distancia, se alonga mais ou menos parallelamente á corda do citado arco, delimitando a referida enseada.

Pelo orçamento ligeiro que acompanhava os desenhos das obras a effectuar, incluídas as construcções do caes, de um canal para limpeza do porto e até de uma estrada de ferro de via dupla e bitola larga, com cerca de 120 kilometros, communicando Torres com Porto Alegre, via-se que as despesas não se elevavam a mais de uns 38 a 40 mil contos. Para obra de

tamanho vulto, esta despeza não é de assustar, principalmente si tiver-se em vista as rendas que o porto de Torres, assim construído, fatalmente trará ao thesouro da Nação.

A capacidade deste porto seria então pouco inferior a do porto de Santos, porque, diz o autor do projecto antes referido, além de uma vasta superficie, elle ficaria, em media, com a profundidade de 10 metros.

Uma base naval estabelecida em Torres asseguraria a defesa do porto do Rio Grande, garantindo a liberdade de communicações maritimas entre o centro e o norte do Brasil com os seus ricos Estados do Sul.

Os portos de Rio Grande e S. Francisco, fortificados de modo mais ligeiro do que o de Torres, se transformariam então em magnificos portos de abrigos para os navios da esquadra que exercesse o serviço do patrulhamento da costa. A parte do litoral desde S. Francisco até além um pouco do Rio de Janeiro, seria então patrulhada pelos navios da esquadra que tivesse este ultimo porto como base e o de Santos para abrigo. Um tal systema de defesa viria, por certo, assegurar a liberdade de communicações maritimas entre o norte e sul do Paiz.

Em tempos de paz, a importancia commercial do porto de Torres não pode ser contestada. Porto inter-estadoal, elle não sómente servirá ao Rio Grande do Sul, dando vasilão a todos os variados productos de sua zona agricola, como será o escoadouro natural de Santa Catharina e da maior parte do Estado do Paraná. Por sua admiravel situação no litoral do Brasil, o porto de Torres constituirá sempre a favorita escala dos transatlanticos que, de Santos, se destinem a Montevideo e Buenos Aires. Durante o inverno e devido ao perigo que offerece a costa chamada do Albardão, sempre assaltada por frequentes temporaes, muitos destes transatlanticos talvez não se arrisquem até o accesso dos antes referidos portos estrangeiros e, ancorando em Torres, ali deixassem as suas cargas que teriam portanto de transitar por nossas estradas de ferro para chegar aos seus destinos. Dar-se-ia com estes paizes o que actualmente nos acontece, pois a maior parte das mercadorias importadas da Europa pelo Estado do Rio Grande do Sul nos vem, em transito, pelos portos de Montevideo e Buenos Aires. Dahi a grande difficuldade em se evitar o contrabando que, sem a construcção do porto de Torres, nunca deixará de existir; porque, ficando o porto da cidade do Rio Grande um pouco fóra de mão, nem todos os transatlanticos nelle entrarão para deixar as cargas destinadas ao commercio, de sorte que este continuará a servir-se dos portos de Montevideo e Buenos Aires. Ora, como suas mercadorias não pagam direitos nas alfandegas destes paizes, porque são considerados em transito, seus proprietarios tratam de clandestinamente atravessar, com ellas, as fronteiras do Rio Grande, afim de não pagarem tampouco nenhum imposto aduaneiro no Brasil.

Sem adduzir mais considerações com o fim de mostrar as vantagens que nos traria a construcção do porto de Torres e sem falar dos lucros aduaneiros que nos proporcionaria o seu movimento commercial, pois um tal assumpto nos levaria demasiado longe, continuaremos a

tratar do problema da defesa de costas, cuja ligeira explanação vamos encerrar, após o pouco que ainda julgamos conveniente acrescentar ao nosso caso.

Infelizmente e ainda por largo tempo, o Brasil não poderá fabricar, dentro de seu territorio, a sua artilharia, as machinas para seus navios, os trilhos e as locomotivas para o seu systema ferro-viario, nem tampouco os motores para os seus aviões, porque lhe falta a materia prima, visto não se haver até hoje procurado desenvolver, com vigor e patriotico ardor, a industria siderurgica.

Impossivel será, portanto, nos libertarmos tão cedo do jugo da industria estrangeira. Tratemos porém de alliviar este jugo, só importando aquillo que a força das circumstancias nos impozer. Está claro que assim procedendo, ficaremos em condições de nos fazer respeitar, de castigar quem ouse tentar contra a nossa integridade.

Sujeitemo-nos, pois, a importar canhões, machinas de certas especies, trilhos, etc., fazendo de taes elementos grandes stocks, visto que a sua conservação é facil de manter. Parallelamente, desenvolvamos nossas officinas metallurgicas para que os concertos e as simples modificações desse material possam ser feitas por nós mesmos.

Como porém não é possivel calcular a municação a despendar numa guerra, cuja duração é tambem desconhecida, nem se podendo tampouco conservar, por tempo indefinido, qualquer stock de explosivos, torna-se necessario, imprescindivel, que toda a nossa municação, sem de modo nenhum excluir a de artilharia, seja fabricada no Paiz.

Não basta, porém, importar as machinas apropriadas ao fabrico dos projectis de artilharia; é tambem indispensavel que preparemos em casa a materia prima a isso necessaria. Importar esta seria continuar na dependencia do estrangeiro, sem nada adeantar, sinão tudo peorando e complicando. Assim, pois, urge que iniciemos, embora modestamente, a organização séria da industria siderurgica e da preparação de aços especiaes. A solução completa deste magno problema é muito difficil, mas, dentro de modestos e sufficientes limites, não é impossivel, como já tivemos occasião de mostrar em relatório que, sobre o restabelecimento da usina siderurgica do Ipanema, apresentamos ao Estado Maior do Exercito, em 1916.

Lendo a esplendida obra do illustre Dr. Pires do Rio — O Combustivel na Economia Universal, — fica-se triste ao comprehender, após os valiosos e documentados argumentos do competente autor, que nosso carvão nacional é de valor quasi nullo.

Comtudo, lavado, pulverisado ou briquetado, elle servirá ao funcionamento de nossas locomotivas e, em casos de urgente necessidade, ao das machinas de nossos navios. E' preciso, pois, que tratemos de adquirir toda a apparellagem necessaria a este preparo do nosso carvão, para tudo installar e adextrar pessoal, desde os tempos de paz, afim de que, em occasião de guerra, não fiquemos sem este vital elemento de victoria. Em tal epoca de tamanha anormalidade, não será geralmente possivel importar carvão em virtude não sómente das difficuldades financei-

ras que então se apresentam, como da escassez dos meios de transporte e principalmente por não se dispôr nunca da completa liberdade de navegação.

Neste particular, a guerra actual, apesar de não ter attingido nosso territorio, deve nos servir de lição. A carencia de carvão em todo o Paiz muito se ha feito sentir. Esta capital foi até obrigada a diminuir o numero dos combustores de gaz da illuminação publica, por falta de carvão.

Urge portanto, que não nos descuidemos, que, a par da construção de fortificações costeiras e do reerguimento de nosso exercito e armada, adquiramos todo o material indispensavel, creando as industrias siderurgica e metallurgica, sem esquecer a do beneficiamento de nosso carvão, afim de que possamos garantir então que a defesa de nossas cara Patria está realmente assegurada.

Major Abrilino P. Bandeira.

Os exercicios de regimento e de brigada na artilharia de campanha

(Traducção)

OBJECTO DESTES EXERCICIOS

«A tropa estará bem instruida quando souber fazer tudo o que a guerra exige...» (R. E. A. brasileiro, 11) D'ahi resulta o objecto de todo exercicio de tropa: elle deve approximar-se o mais possivel da guerra, seu plano e sua direcção devem ser conformes á guerra.

Isto tem o tom de maxima simplicidade e, comtudo, é extremamente difficil.

Basta o crescente povoamento do sólo, ou o desenvolvimento das culturas, para obrigar a muitas restricções, impostas nos exercicios pelo estado de paz. A experiencia da guerra vae se perdendo nos longos annos de paz, e as circumstancias das guerras remotas não mais offerecem a necessaria base para os exercicios; é preciso deixar larga margem á phantasia. Por isso não se póde obter perfeição nos planos de exercicios de paz.

Todavia é uma grande vantagem a preocupação da conformidade com a guerra, e quanto maior a unidade de tropa em exercicio, tanto mais concreto e instructivo resulta o ensino proporcionado pelo exercicio relativamente ao caso real, em que só as massas entram em conta.

Dessa ordem de idéas resultam os exercicios de regimento e de brigada na artilharia de campanha. Trata-se ahi de preparar para a guerra não a bateria isolada e o grupo, mas as unidades maiores, como agem na guerra; as unidades e seus comandos.

Nelles procura se detalhar aquillo que em geral e forçosamente é preterido nos exercicios de tiro real: representar a actividade da artilharia de campanha na batalha, a sua acção de combate no grande quadro.

PLANO DOS EXERCICIOS

Esses exercicios em geral se realizam no terreno escolhido para as manobras. Com isto se attenua a importancia das damnificações ás propriedades, *jamaiz inteiramente evitaveis*, e leva-se a tropa cada anno a um terreno differente, para ella novo, o que é uma vantagem evidente, pois evita que a instrucção, principalmente a dos quadros, seja unilateral.

Ha tambem o recurso de executar taes exercicios num campo de instrucção: mas é raro que algum se preste aos grandes exercicios de artilharia, por falta de extensão, e haverá difficuldades para o estacionamento da tropa. (1) Uma outra questão embaraçosa neste recurso é a de ficar o campo livre, muito occupado que deve ser pela infantaria e a cavallaria; deslocar estas tropas para darem lugar á artilharia, ordenando seus exercicios em terrenos particulares, daria lugar a maiores despesas. Em resumo, os grandes exercicios de artilharia geralmente terão lugar fôra dos campos de instrucção.

TERRENO A ESCOLHER

Logo que as divisões dêem conhecimento ás brigadas de artilharia de qual a região das manobras, ella deve ser estudada na carta sob o ponto de vista da artilharia. Procuram-se os terrenos capazes de permittirem exercicios instructivos para o emprego tactico da artilharia, eliminam-se os terrenos improprios para esse fim.

Resolvida esta parte procede-se á repartição do terreno escolhido, pelos corpos da brigada. Convem que o terreno designado para estes não seja o mesmo que se reserva para os exercicios de brigada. A brigada tem a preferencia; ella precisa antes de tudo de um extenso terreno de alturas, o campo de combate commum, em que se desenrolam os grandes encontros de tropas. Não faz mal que o terreno restante para os corpos nos seus exercicios, que precedem aos de brigada, seja menos favoravel; por isso mesmo póde elle tornar-se mais instructivo. Em todo caso tem grande valor mudar de terreno dos exercicios de regimento para os de brigada; a instrucção

lucra com a variedade assim obtida. Será uma facilidade se o terreno para os exercicios de brigada puder ser escolhido entre os attribuidos aos regimentos; assim se poupa tempo na passagem de uma categoria de exercicios á outra e, em geral, podem ser conservados os mesmos estacionamentos, o que torna disponiveis os cdtes. dos trens de estacionamento e os estacionadores (R. S. C. braz. 198). Essa situação central do terreno dos exercicios de brigada distribue mais equitativamente pelos corpos as marchas a effectuar para os exercicios e facilita consideravelmente a subsistencia da tropa e a expedição das ordens.

O TERRENO PARA CADA DIA

Repartido o terreno para os exercicios e examinado á vista da distribuição do tempo se é possível a marcha dos corpos para cada exercicio e o seu regresso tudo a tempo, resta ainda projectar as situações tacticas para cada dia de exercicio, á semelhança do que se faz para as manobras. Esses projectos competem, por via de regra, ao respectivo director; á autoridade superior cabe examinal-os.

Geralmente se destinam cinco dias de exercicios para os regimentos, o que é sufficiente. E' difficil para o cdte. do regimento organizar para cada dia um thema verdadeiramente util; ás vezes remedeia-se a isso deixando um ou dois dias á disposição dos grupos ou fazendo exercicio de grupo contra grupo. E' preciso porém reconhecer que qualquer destes expedientes afasta-se da natureza dos exercicios de regimento. Taes exercicios de grupo podem geralmente com boa vontade ser igualmente bem realisados na propria guarnição ou no campo de instrucção.

O que aqui se tem em vista é o combate do regimento em conjuncto nas mais variadas situações tacticas, em qualquer terreno, a qualquer hora e nas circumstancias ainda as mais difficeis.

O plano do exercicio de um regimento deve ser bastante vasto. Artilharia da vanguarda de um exercito, artilharia reservada pelo cdo. do exercito, destacamento de um regimento para acompanhar o ataque da infantaria, etc., são situações que proporcionarão aspectos de combate bem instructivos.

Para os exercicios de brigada destinam-se em geral tres dias, o que parece pouco em face do assumpto a tratar: ⁽²⁾

a) combate de encontro de uma divisão, e perseguição subsequente;

b) ataque preparado, em geral apoiado á direita e á esquerda;

c) defesa e subsequente retirada.

E ainda um dia de exercicio se perde para a regulamentar revista de inspecção da brigada. Restarão apenas dois dias de exercicio; o objecto do exercicio nem sempre é atingido. Conviria examinar se não seria preferivel encurtar de dois dias os exercicios de regimento, em beneficio dos de brigada. Com mais esses dois dias o cdte. da brigada ganharia tempo para a instrucção detalhada de sua tropa, verdadeiramente conforme á guerra. Alem dos assumptos acima referidos será possível o exercicio de combate nocturno contra posições preparadas para a defesa e talvez um dia de exercicio de tiro real. Esses exercicios ainda subiriam de importancia se se fizesse tomar parte a artilharia pesada de campanha.

DIRECÇÃO DOS EXERCICIOS

Os exercicios de regimento e de brigada são dirigidos pelo respectivo cdte. No dia da inspecção o thema será dado pelo cdte. da divisão.

PREPARAÇÃO DO DIRECTOR

A todo cdte. incumbido da direcção de grandes exercicios de tropa faz falta uma preparação para esse fim. E ella tem que começar cedo: já o tenente tem que se habituar á formulação de themas de exercicios. E' um ponto que merece ser bem cuidado nos trabalhos escriptos (theses, conferencias, monographias) de que são incumbidos os officiaes. Principalmente os officiaes superiores deveriam receber para assumpto de seus trabalhos escriptos (mais de um) a organização de projectos de exercicios; os superiores dariam parecer a respeito.

As opiniões se esclareceriam, seria mais certo obter projectos verdadeiramente conformes á realidade para os exercicios com tropa. Para os exercicios de regimento (como para o respectivo jogo de guerra) dever-se-ia tomar por base a brigada de infantaria, reforçada; para os de brigada de artilharia seria preciso trabalhar com a divisão de exercicio.

Os exercicios de quadros no terreno, ou excursões tacticas dos officiaes a cavallo, e os exercicios com tropas em esqueleto, representam outra preparação excellente

para os officiaes. Os detalhes da execução de semelhantes exercicios escapam do objecto deste estudo. O que importa é desenvolver por todos os meios o senso tactico dos officiaes de artilharia, e um delles seria assistirem a exercicios tacticos das outras armas.

Assim se educarão elles para pensar acertadamente, os exercicios serão projectados na conformidade da guerra, em grande ambito, e obedientes á tactica das armas combinadas.

ORGANISAÇÃO DO PROJECTO DO EXERCICIO PELO DIRECTOR

E' de utilidade para o bom exito do exercicio que o respectivo projecto seja organizado pelo proprio director. Elle o entrega ao ajudante para examinal-o e dar parecer verbal ou escripto. A elaboração relativamente a marchas e estacionamento é trabalho do ajudante.

(Continúa).

N. do T. (1) — Não é caso da 1ª Br. A. (ex-3ª) em relação ao campo de Gericinó.

(2) O nosso R. M. E. 1919 (art. 24) destina dez dias para os exercicios de regimento e de brigada, dos quaes pelo menos 6 para aquelles.

Novidades do R. T. A.

Acaba de apparecer o novo R. T. A. por effeito da revisão e unificação do R. T. A. de 1914 com o seu Complemento de 1916.

Passemos em revista os seus artigos retocados, procurando fazer resaltar o que de novo elles nos trazem.

Art.º 14...

«Alça minima é a somma do espaço morto com o espaço immediato (distancia da linha de fogo á crista cobridora).»

Aqui apparece a denominação de *espaço immediato* para a distancia que vae da linha de fogo á crista; incorpora-se apenas ao R., um elemento já muito corrente na linguagem do artilheiro de campanha.

Art.º 42...

«Nota. — E' essencial ter bem presente que: 1º) a modificação da altura de arrebetamento pelo angulo de sitio não corrige *sensivelmente* a distancia de arrebetamento; esta é principalmente modificada pela alça; 2º) a altura de arrebetamento (grandeza angular), com o mesmo sitio e o mesmo corrector é *sensivelmente* independente da alça; 3º) afastada a possibilidade de grande erro de sitio e de alça, o ponto de arrebetamento só é convenientemente deslocado em altura e em distancia pelo corrector.

Em outras palavras: no tiro de tempo o angulo de sitio só influe na altura de arrebetamento, a alça só influe na distancia de arrebetamento, só o corrector influe concomitantemente na altura e na distancia.»

Synthetisa-se assim o modo de variação da altura e da distancia de arrebetamento em

função de cada um dos elementos — sitio, alça e corrector. O que justifica a preferencia que se deve dar em corrigir a altura de arrebetamento por alterações do corrector, quando não se tem a temer um grande erro de sitio e de alça, é que nesta hypothese está achada a trajectoria verdadeira que passa pelo objectivo.

E' um erro. querer systematicamente corrigir a altura media de arrebetamento á custa de alterações de angulo de sitio.

A nota repisa, pois, com vantagem um assumpto de bastante interesse para o artilheiro e, como corollamento, nos propomos a traduzir graphicamente as conclusões estabelecidas por ella.



Fig. 1

A fig. 1 representa as trajectorias descritas por dois projectis atirados com a mesma alça, mesmo corrector e sitios diferentes e mostra que a altura de arrebetamento (grandeza angular) varia sensivelmente — tanto quanto variou o sitio — de uma trajectoria á outra, ao passo que a distancia de arrebetamento pouco se modifica.

Com o mesmo corrector e a mesma alça os percursos C A e C B são iguaes, porque igual é a graduação da espoleta, isto é, a duração da queima; a differença no angulo de sitio para mais (menos) apenas determinou uma rotação da trajectoria rigida, levantando (baixando) o ponto de arrebetamento, sem mudar *sensivelmente* a distancia de arrebetamento N O ou N' O.

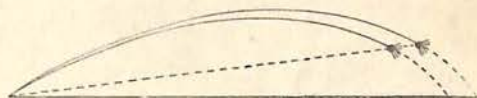


Fig. 2

A fig. 2 representa as trajectorias descritas por dois projectis atirados com o mesmo sitio, mesmo corrector e alças diferentes.

Ahi nota-se que enquanto, de uma trajectoria para a outra, a altura (angular) de arrebetamento se conserva a mesma (praticamente), a distancia de arrebetamento varia sensivelmente, em consequencia da mudança que resultou para a graduação da espoleta.

E' baseado neste effeito, produzido pela alteração da alça, que se procura a alça favoravel entre as de efficacia.

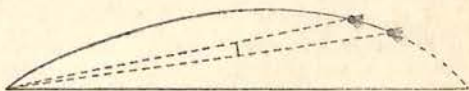


Fig. 3

A fig. 3 representa (sem levar em conta a dispersão) as trajectorias descritas por dois projectis atirados com o mesmo sitio, mesma alça e correctores diferentes.

Podemos apreciar ahi como a altura e a distancia de arrebetamento variam sensivelmente pela alteração do corrector.

Temos assim dado graphicamente a ideia desse iogo de variação da altura e distancia de arrebetamento em função do sitio, alça e corrector. O R. T. A. já na edição anterior resumia isso nas figuras 4 (pag. 27 da nova edição).

A proposito lembremos que o antigo Complemento do R. T. A. não conseguiu divulgar o uso da denominação — *distancia de arrebetamento* — que o R. T. A. 1919 mantem — em substituição a *intervallo de arrebetamento*, quando entretanto aquella denominação foi creada em respeito á consagrada distincção que se deve fazer entre *intervallo* e *distancia* relativamente ás direcções em que são estes elementos considerados. E o que realmente importa directamente á efficacia do arrebetamento é sua *distancia* ao objectivo.

Art.º 73...

«Altura «normal» (n) de arrebetamento é a que fica entre dois e quatro millesimos no canhão, entre quatro e seis no obuz.»

Tornava-se bem necessario o Regulamento não confundir a altura normal de arrebetamento no canhão com a altura normal de arrebetamento no obuz.

Art.º 75...

«Ao passo que um arrebetamento no ar assigna o termo da queima da espoleta segundo a gradação dada, um arrebetamento por percussão só em casos especiaes permittirá ajuizar do corrector relativamente á trajetoria.

Sabe-se que a maxima efficacia no tiro de tempo se obtem quando, supposta normal a altura de arrebetamento, a trajetoria do projectil inteiro, isto é, o eixo do cone de arrebetamento passa pelo objectivo.

Assim sendo, no *systema de corrector*, os tiros percutentes, longos ou curtos, devem determinar, além do augmento do corrector, a modificação da alça — salvo se houver duvida quanto ao angulo de sitio — porque taes tiros provam que a trajetoria do projectil inteiro não passa no objectivo.

Só se o ponto de queda for junto ao alvo (60), aquem ou além, dever-se-á conservar a alça e augmentar o corrector.

Nos tiros percutentes longos, quando o terreno atraz do objectivo é sensivelmente ascendente em relação á linha de sitio, não prevalece a regra acima, (augmentar o corrector e diminuir a alça): diminui-se a alça e conserva-se o corrector.

Em tal caso bem pôde ser que o tiro longo não tenha arrebetado no ar por haver o projectil encontrado o terreno antes de attingir a distancia de arrebetamento. Em outras palavras, em taes terrenos um tiro longo percutente pôde ter lugar não obstante o corrector ser o do garfo.»

Sobre este artigo foram feitos reparos bem uteis, de modo que a sua leitura esclarece muito bem como se deve proceder para corrigir o corrector e a alça nos tiros percutentes, longos ou curtos. Esta correcção do R. T. A. 1914 já fôra feita com o Compl. de 1916. Agora apenas se supprimiu o que era referente a placa de regulação e se introduziu na 3.ª proposição aquelle «salvo...»

Art. 92...

«O obuz desprovido de granada com espoleta de duplo effeito emprega a grp. nos casos em que é indicada para o canhão a grt.»

Não houve demasia por parte do Regulamento em trazer agora esta referencia relativamente á granada do obuz.

Art. 95...

«Excepcionalmente, quando se impuzer a passagem do tiro de tempo ao de percussão, ou vice-versa, contra o mesmo objectivo, se já estiver achada a alça favoravel continuar-se-á em tiro de efficacia; caso não exista aquelle dado será necessario *completar* a regulação (Vd. 97).»

Apresenta-se aqui mais um caso em que se dispensa o tiro de regulação — quando se impuzer a passagem do tiro de tempo ao de percussão, ou vice-versa, contra o mesmo objectivo, si já estiver achada a alça favoravel (isto é, a trajetoria correspondente ao objectivo, que é a que se precisa para a efficacia, quer no tiro de percussão, quer no de tempo).

Pelo antigo R. T. A., interpretado intelligentemente, deveriamos chegar a esta mesma conclusão, mas foi melhor que, por modificação deste artigo ficasse claramente definido.

Quando não se tiver encontrado ainda a alça favoravel, manda o artigo referido que se *complete* a regulação no novo tiro, isto é, que se atire com uma peça (ou uma secção) para formar o garfo, aproveitando porém o conhecimento obtido sobre as alças recem experimentadas.

(**) «Quando o objectivo é uma linha (em lugar de pontos separados que exijam o tiro á risca) é preciso na medição da frente do feixe tomar como limites os centros dos quartos extremos.»

Anteriormente o R. T. A. não dizia como se deveria considerar a frente do objectivo para o calculo do escalonamento de repartição, podendo deixar numa leitura sem a devida reflexão que, qualquer que fosse a natureza do objectivo, a frente a medir seria a comprehendida entre os seus extremos.

Agora a nota (**) explica como se deve considerar a frente do objectivo de accordo com a sua natureza, e confirma, com razão, que o escalonamento de repartição, para qualquer objectivo, é igual ao terço da differença de frente.

Art.º 116...

«Nos objectivos de frente muito extensa, procede-se ao fraccionamento desta e successivamente se batem essas fracções. Si, porém a frente do objectivo não exceder de 250 millesimos (140 no obuz e no canhão de montanha) attribuir-se-á um quarto da frente a cada peça, que tratará então de cobrir seu sector mudando a direcção mediante deslocamento pelo volante de direcção (tiro ceifante, vd. R. E. A.). Este processo tem sobre o primeiro a vantagem de permittir que se bata toda a frente do objectivo sem necessidade de desancorar o reparo.»

O R. T. A. e o R. E. A. estabelecem a ceifa para o obuz e o canhão de montanha e precisam como e quando ella deve ser feita.

Não cremos que o obuz de campanha permitta, com o seu sensivel desapontamento por occasião do tiro, a esperada regularidade da ceifa executada pelo processo do R. E. A. *)

Antes, quando o R. T. A. e o R. E. A. não taxavam a ceifa para esse material, a bateria de obuz batia a frente que lhe era attribuida

(*) Nota. Vd. n. 60 pag. 389 «Fogo Ceifante» Capitão Klinger.

(quando menor de 140‰), deslocando os planos de tiro por commandos de pequenas derivas. O deslocamento dos planos de tiro por este processo tem a vantagem de corrigir a pontaria para cada tiro, ao passo que, pelo processo da ceifa, igual ao do canhão, tem-se a desvantagem de accumular, cada vez mais, os erros de desapontamento. Enfim esperemos que os exercícios de tiro real se pronunciem a tal respeito.

Art.º 122...

«No caso de mudança de objectivo, em pontaria directa — o capitão commanda uma indicação do novo objectivo; sendo, porém, essa indicação difficil, pôde ser conveniente acompanhá-la da distancia angular lateral do novo ao antigo objectivo (Vd. R. E. A.); em pontaria indirecta — a regra é commandar uma correcção de deriva; se a distancia angular não fôr medida de uma estação proxima á bateria, será preciso levar em conta as paralaxes dos dois objectivos em relação á linha bateria — estação, como na determinação da deriva-base quando se emprega um ponto de pontaria collectiva.»

(*) «O processo mais simples consiste então em operar em relação ao novo objectivo como se não houvesse ainda feixe organizado. Esta operação é levada sómente até ser achada a *deriva reciproca* ou a *deriva lida*; a differença entre ella e a correspondente do objectivo anterior dá em grandeza e em sentido o deslocamento a fazer no feixe.»

Para fazer ressaltar a simplicidade da regra

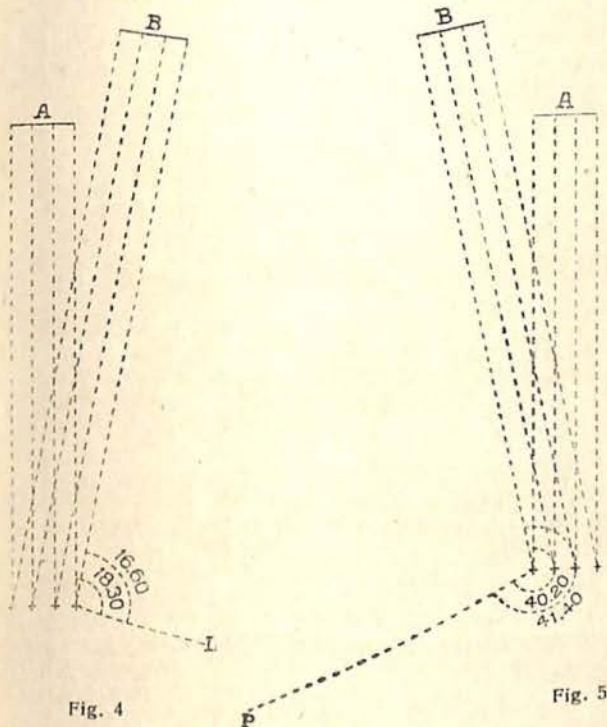


Fig. 4

Fig. 5

aconselhada na nota (*) vamos exercital-a num caso pratico.

Temos (fig. 4) uma bateria apontada, pelo processo de pontaria á luneta, sobre um objectivo A, tendo sido, supponhamos, 18,30 a deriva reciproca commandada para a peça-base.

Surge á direita um outro objectivo B sobre o qual a bateria quer apontar.

O capitão opera em relação ao novo objectivo como si fosse apontar (pelo mesmo processo) a bateria pela primeira vez e obtem, supponha-

mos, 16,60 para deriva reciproca da peça-base, que deve continuar a ser a mesma.

Fazendo a differença entre a segunda e a primeira deriva, como manda a regra, vem: $16,60 - 18,30 = -170$.

Sem ser preciso determinar as derivas reciprocas para as outras peças, o capitão deslocará o feixe de suas trajetórias para o novo objectivo apenas pelo commando: Deriva menos 170!

Em se tratando do processo do ponto de pontaria collectiva, temos (fig. 5) uma bateria apontada, por este processo, para o objectivo A, tendo sido, supponhamos 40,20 a *deriva lida* commandada para a peça-base.

Surge á esquerda um outro objectivo B sobre o qual a bateria quer apontar.

O capitão opera sobre o novo objectivo como se fosse apontar (pelo mesmo processo) a bateria pela primeira vez e obtem, supponhamos, 41,40 para *deriva lida* da peça base, que deve continuar a ser a mesma. Fazendo a differença entre a segunda e a primeira deriva, como manda a regra, vem:

$$41,40 - 40,20 = 120$$

E o capitão deslocará o feixe de suas trajetórias para o novo objectivo apenas pelo commando: Deriva mais 120!

Art.º 124...

«O tiro de efficacia com sh. começa com uma alça de 50 metros abaixo do limite curto do garfo; na granada começa no proprio limite (alça-base do tiro de efficacia).»

Não se quebra mais para a granada tempo o limite do garfo de 100 m, limite este que passa a ser assim a alça base do tiro de efficacia. A necessidade desta modificação foi objecto de assumpto da nossa Revista de Artilharia em um de seus primeiros numeros, artigo do Sr. major Castro e Silva.

Art.º 136...

«Contra objectivos que se acham á distancia de 200 metros ou menor emprega-se o *fogo rapido* com a «alça zero» e a espoleta graduada como estiver, quer se trate do canhão, quer do obuz.»

A modificação deste artigo interpretou devidamente os dois materiaes — canhão e obuz.

Na situação a que se refere o citado artigo, o projectil do canhão funcionará por percussão, embora a espoleta não esteja graduada para isto, porque ella tocará o chão antes de chegar á distancia que ella marque. Dá-se um ricochete e o projectil funciona como se fosse tiro de tempo.

No obuz o sh. funcionará logo ao sahir da bocca, pois este projectil é transportado com a espoleta a zero.

O Regulamento não procurou saber com qual das graduções — zero ou percussão — o projectil tem mais effeito e sim interpretar o material como a fabrica nos forneceu, estabelecendo para a graduação da espoleta, nesta especie de tiro, a mesma de transporte, afim de facilitar a rapidez de fogo, exigida para os objectivos em questão.

A falta de unidade de vista na graduação da espoleta dos dois shrapnels, para o caso referido, corre exclusivamente por conta do proprio material.

Art.º 140...

«Para o tiro curvo do obuz procura-se em geral o garfo de 200 metros em tiro rasante. Inicia-se no meio deste garfo o tiro curvo e for-

ma-se outro de 50 metros. O tiro de effficacia obedece á regra supra (137). Uma vez achada a *alça favoravel*, passa-se ao tiro c. r., se fôr o caso.

Quando se tem uma indicação sufficiente sobre a distancia pôde-se prescindir do tiro rasant preliminar.»

Este artigo mostra-se agora mais liberal porque permite, quando se tem uma indicação sufficiente sobre a distancia, iniciar-se a regulação no tiro curvo, prescindindo-se do tiro rasant preliminar, cujo objecto é justamente determinar a necessaria base para emprego do tiro curvo, expressa na carga.

Art.º 193. . . .

«Durante o periodo de instrucção dos recrutas deve haver uma vez por quinzena, em cada grupo, com o material de uma bateria um exercicio de tiro simulado para todos os officiaes da unidade, completadas as guarnições pelo pessoal antigo das baterias.

Além destes, convem fazer exercicios identicos, sem material, para officiaes e sargentos (estes na bateria).»

O Regulamento determina agora que se pratique o tiro a giz tanto para officiaes como para sargentos.

Esta especie de exercicio já está consagrada, em alguns dos nossos corpos de artilharia, pelo aperfeiçoamento que tem imprimido á instrucção de officiaes e sargentos.

A sua pratica não só desenvolverá cuidadosamente a instrucção do tiro, como tambem poderá offerecer oportunidade para desenvolver outros ramos da instrucção.

Art.º 220. . . .

«No tiro real distinguem-se o *tiro de ensaio* e o *tiro de combate*.

O exercicio de que trata o final do n. 216 (*tiro de recrutas*) e de tiro de ensaio, de bateria (235 a 242).»

Foi feliz a ideia de dar a denominação abreviada de *tiro de recrutas* ao primeiro tiro de ensaio, feito antes do exame de recrutas, pois assim se caracteriza bem a sua natureza, mostrando a importancia que se lhe deve dar.

Art.º 236. . . .

«O commandante da bateria é o *director* (234) desses exercicios e como tal terá inteira liberdade. Deve *algumas vezes* (227, fim) accumular esta funcção com a de commandante do tiro.

O conhecimento prévio do assumpto dos themas permite-lhe preparar a bateria nesse sentido.»

O Regulamento para facilitar a interpretação deste artigo resolveu estabelecer ali taxativamente que o commandante da bateria accumula *algumas vezes* as funcções de director e commandante do tiro.

O capitão, com esta dupla funcção, poderá dirigir o desenvolvimento de certos themas para o lado que julgar mais util á instrucção de seus officiaes, sargentos e praças.

Este artigo, pelo seu antigo texto, deveria ser interpretado da mesma maneira, pois a *inteira liberdade* dada ao director do tiro comprehendia a faculdade de *algumas vezes* elle assumir o commando do tiro.

Nem se poderia comprehender que o tiro de ensaio tivesse só por fim *sapecar* os tenentes e os sargentos, deixando aos capitães a restricta funcção de director, e sonhando-lhes aquella mesma vantagem.

Art.º 257. . . .

«Os boletins de tiro constituem a base para o julgamento dos tiros reaes de bateria.»

A substituição, aqui feita, de *tiros de bateria* por *tiros reaes de bateria* veio esclarecer a interpretação deste artigo, não permittindo assim que as baterias, nos tiros de ensaio, se dispensem de apresentar os boletins de tiro, como já tem acontecido.

Art.º 258. . . .

«Em cada exercicio de tiro de bateria, de ensaio ou de combate, organisa-se um boletim, segundo o modelo annexo 1, baseado nas notas tomadas na bateria e no objectivo.»

Este artigo diz agora claramente que o tiro de bateria, para o qual se exige a organização do boletim, é de ensaio ou de combate, o que está em harmonia com o art.º anterior.

Art.º 259. . . .

«Dahi tiram-se duas cópias para serem encaminhadas, ao inspector da arma. Ambas recebem a critica das autoridades da arma (268) e uma delias vae ao Estado Maior do Exercito, de onde volta á bateria pelos mesmos tramites.»

O artigo, com esta nova forma, precisou claramente os tramites que devem seguir as duas copias do boletim de tiro.

E por ahi se vê que a copia do boletim, que vae ao Estado Maior e volta á bateria, trará a critica de todas as autoridades da arma, inclusive o inspector, e mais a do Estado Maior, — si este julgar a proposito — que poderá desse modo inspecionar a instrucção de tiro e saber como ella é cuidada pelas autoridades da arma.

(Continúa)

Capitão Mascarenhas de Moraes.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

Hoje, Julho; Rio, R. Gonçalves Dias 30.

Union Ibero-Americana, Madrid, Abril.

A Aspiração, Rio, Junho e Julho.

Ilustração Serrana, Cruz Alta, n.º de 14. 7.

Traz a traducção da saudação que o Sr. Cel. Tito Villalobos fez ao Exm.º Sr. General Garmelin em nome dos officiaes da guarnição.

Manual do infante em combate, pelo tenente Edmundo Leinhardt Peixoto.

Memorial del E. M. E. de Colombia, Março e Abril 1919.

Revista Maritima Brasileira, Rio, Maio-Junho 1919.

Revista dos Militares, Maio e Junho.

Boletín del Ministerio de Guerra y Marina, Abril.

Lauro Müller perante o Exercito e o Exercito perante a Nação — discurso pronunciado no Club Militar a 10. 3. 19, pelo 1º tenente Arthur Alves.

A jornada de Taquarussá, pelo cap. Dr. Antonio Alves Cerqueira; 3ª edição.

Subscrição para as familias das victimas dos "fanaticos" do Contestado.

Desde que em Setembro do anno proximo passado resolvemos ultimar a distribuição do que restava dessa subscrição temos attendido a diversas familias interessadas.

Resta ainda um saldo de dois contos e pouco que continuaremos a distribuir em pequenas men-

salidades ás pessoas já habilitadas e necessitadas. Não só este processo da quota mensal nos pareceu mais benéfico, como ainda permite contemplar com a sua parte algum interessado retardatário.

2ª edição dos Quadros Muraes

Sob o titulo — *Noções de tiro* — «A Defeza Nacional» acaba de editar cinco quadros muraes em que se expõe de um modo bastante suggestivo a theoria elementar do tiro de infantaria.

Trata-se de um esplendido trabalho organizado segundo o Regulamento em vigor, pelos Srs. . . . que apresenta a rara vantagem de ensinar com o recurso decisivo das imagens, a theoria do tiro que o soldado deve

aprender e não deve olvidar. E como tambem seja além de um guia magnifico para os instructores, um adorno utilissimo para as paredes das companhias, onde deve figurar, recomendo-os ao interesse dos Srs. cötes, de corpos e a todos os Srs. officiaes, aconselhando-os a que os adquiram e os aproveitem como o melhor subsidio á instrução de tiro nas unidades desta Região.» (De um boletim regional do Exmo. Sr. Gal. F. Setembrino de Carvalho).

Está prompta a 2 edição. — Preço 5\$000 Rs. Pelo Correio 6\$000 Rs.

EXPEDIENTE

O crescente desenvolvimento das nossas edições revelando uma auspiciosa dilatação dos circuitos de nossos assignantes, principalmente fóra da classe dos officiaes combatentes, não tardou a repercutir tambem na affluencia de collaboração. Nos doze numeros do volume que se completa com este fizemos um augmento de 64 paginas e ainda assim na secção «Ficaram para o N.» seguinte sempre figurou materia que parecia já dar para novo numero.

Não podemos porém levar mais longe o augmento do numero de paginas. Nem desejamos augmentar o preço da revista.

Acudiu-nos então, como solução conciliadora, o expediente de encurtarmos os semestres da revista, sempre que a affluencia de materia o exija.

Assim publicamos agora um numero duplo. Em setembro sahirá do mesmo modo o numero do mez, mas elle corresponderá a novo semestre. Portanto o preço continua o mesmo, apenas cresce a produção, será preciso que cresça correspondentemente o consumo. Isto é, um semestre da revista vencerá antes que um semestre do calendario.

E para o pagamento bastará cuidar na cor da capa...

Contamos que os nossos consocios, que são todos os assignantes, aproveem este alvitte.

Com este numero e com o 1º fasciculo iniciamos a distribuição do «Guia para o ensino da fortificação» da lavra do esforçado professor da Escola Militar, capitão Antonio de Azevedo.

Os n.ºs 67, 68 e 69 estão exgotados. **Tiragem 2.300 exemplares.** As novas assignaturas podem começar com o n.º 70 (Julho).

Reedição do 1º Anno Desde muito tempo diversos camaradas tem manifestado o seu grande desejo de possuirem o 1º anno da nossa revista pois é o de que mais difficilmente ainda se conseguem exemplares. Como ultimo recurso tem lembrado que se faça a reedição.

Havendo agora augmentado os pedidos nesse sentido, resolvemos abrir uma inscripção de candidatos á 2ª edição do 1º anno. Si o numero de inscriptos permittir o emprehendimento o levaremos a effeito. Fica aberta a lista até 30 de junho.

Cada candidato deverá declarar se prefere a reprodução exacta ou apenas uma *selecta* dos 12 numeros primeiros, e se de qualquer modo se submete á preferencia da maioria.

Para attender a novos assignantes accetaremos pelo custo exemplares dos n.ºs 61, 62, 63, 67 e 68.

MEMORANDUM

1—Não esquecer de pagar adiantado o semestre da assignatura. Considera-se como adiantado o pagamento feito o mais tardar até ao segundo mez.

2—Sempre que mudar a cor da capa da revista perguntar a si mesmo:

Já paguei o novo semestre?

3—Não fazer encomenda de publicações si não com o pagamento e quantitativo para porte e registro. Não ter pena de orçar para mais

essa despesa, pois o excedente será creditado.

4—As assignaturas podem começar a qualquer tempo mas hão de terminar com um numero multiplo de seis, isto é, em Março ou Setembro. Calcular o custo dos numeros de semestre quebrado proporcionalmente ao do semestre completo.

5—Communicar sem demora qualquer alteração de endereço (principalmente os representantes!). Não adiar qualquer reclamação!

FICARAM PARA O N. 73

Instruções para o serviços dos canhões Krupp 305/c 45 T. R.
Estudos de organização militar.....
Subsidio ao R. E. E.....
Diversas continuacões.....

Cap. F. J. Pinto
C.º Dr. Samuel de Oliveira
1º T.º Arthur J. Pamphyro

Representantes da "A DEFEZA NACIONAL"

No Rio de Janeiro

M. G. — Cap. Arnaldo D. Vieira.
 E. M. do Ex. — 1º Ten. Mario P. Guedes.
 Armada — Cap. Corveta F. Villar.
 2.ª Linha — Cap. Mario L. de Carvalho.
 D. A. — Coronel Principe.
 3.ª D. — 2º Ten. Columbano Pereira.
 2.ª D. — Capitão M. Daltro Filho.
 Br. Pol. — Cap. Antonio Abilio Dias.
 1.º R. I. — 1º Ten. Maciel da Costa.
 2.º R. I. — 1º Ten. Octaviano Gonçalves.
 3.º R. I. — 1º Ten. Lourival do Carmo.
 52.º Caç. — 1º Ten. Mario A. do Nascimento.
 54.º B. Caç. — 2º Ten. Pelio Ramalho.
 55.º Caç. — 2º Ten. Telmo A. Borba.
 56.º Caç. — 1º Ten. Carlos S. do Lago.
 58.º Caç. — Ten. Roberto D. Santiago.
 1.ª Cia. Metr. — Cap. A. Alencastre.
 5.ª Cia. Metr. — Ten. O. Verney Campello.
 1.º R. C. — 1º Ten. Osório G. Rosa.

13.º R. C. — 1º Ten. Simas Enéas.
 3.º C. Trem — Tenente Manoel A. C. Batalha.
 1.º R. A. — Cap. Manoel de B. Lins.
 6.º R. A. — Cap. Francisco J. Pinto.
 3.º G. Ob. — 1º Ten. Fiuzza de Castro.
 20.º G. A. M. — T. Cel. Pompeu Loureiro.
 Fort. S. Cruz — Cap. O. G. Simas.
 Fort. S. João — Cap. J. F. Monteiro Lima.
 Copacabana — 1º Ten. Waldemar de Aquino.
 1.º Bat. Eng. — Cap. L. G. Borges Fortes.
 E. M. — Realengo. — Aspirante J. Bina Machado
 e alumnio F. de Paula Mendonça.
 Fabr. Realengo. — Cap. Freire de Vasconcellos.
 Arsenal — Cap. Elias Lopes Cardoso.
 Direct. de Eng. — Major José Ribeiro Gomes.
 Direct. do M. B. — Major Luiz M. de Andrade.
 3.º Bat. Pol. Meyer — 1º Ten. Saint Clair de Freitas.
 Curso Aperf. Inf. — Sargto. alfe Almino J. de Campos.
 Esc. de Aviação — Capitão Dr. Mariz Pinto.

Fóra do Rio de Janeiro

41.º Caç. — Annibal Xavier.
 43.º Caç. — 1º Tenente G. Favilla.
 45.º B. Caç. — Manãos, 1º Tte. J. Vidal Pessoa.
 46.º Caç. — Fortaleza, 1º Ten. Roberto M. Malheiros.
 47.º Caç. — Belem, 1º Ten. Santanna Medeiros.
 51.º Caç. — S. João del Rey, Ten. Edgard de Oliveira.
 53.º Caç. — Lorena, Ten. Orlando Pimentel.
 57.º Caç. — J. de Fôra, Ten. G. Murgel.
 59.º Caç. — B. Horizonte, Ten. Lima e Silva.
 6.º R. I. — Caçapava, Ten. Marius Teixeira Netto.
 7.º R. I. — Sta. Maria, Cap. Olympio dos Santos Rosa.
 8.º R. I. — Ten. Jocelyn C. F. de Souza.
 9.º R. I. — Rio Grande, 1º Tte. Manoel Jacintho de Almeida.
 27.º B. I. — Pelotas, Tte. Omar Azambuja.
 30.º B. I. — S. Leopoldo, 1º Tte. Alcebiades A. de Almeida.
 10.º R. I. — 2º Ten. Luiz de M. Portella.
 11.º R. I. — Bahia, 1º Tte. Alexandrino da Luz.
 12.º R. I. — Recife, Cap. Ezequiel Medeiros.
 13.º R. I. — Corumbá, Ten. Cor. J. Heleodoro de Miranda.
 2.º R. C. — Castro, Major F. P. Pessoa.
 3.º R. C. — Bella Vista, Cap. Adalberto Diniz.
 5.º R. C. — S. Luiz G., 1º Ten. Dr. Leite Velloso.
 6.º R. C. — Samborja, Tte. Manoel Grotti.
 8.º R. C. — Uruguayana, T. Cel. Pará da Silveira.
 10.º R. C. — D. Pedrito, 1º Tte. Gabriel P. da Luz.
 11.º R. Cav. — Bagé, 2º Ten. Sylvio Cantão.
 12.º R. Cav. — Jaguarão, 1º Ten. Carlos Pereira da Silva.
 14.º R. Cav. — Rio Verde, 1º Tte. Geobert de Queiroz.

15.º R. Cav. — Sant'Anna, 1º Ten. José Pinto Barreto.
 2º C. T. — Juiz de Fôra, 1º Ten. Mario Xavier.
 4.º C. T. — Pindamonhangaba, 1º Tte. O. M. Tinoco.
 5.º C. T. — Rio Pardo, 1º Ten. Oscar Raphael Jost.
 3º R. A. — Corytiba, Ten. Nobre da Veiga.
 4º R. A. — Itú, Cap. M. Florenciano da Silva.
 6º R. A. — Cruz Alta, Cap. Luiz Martins da Silva.
 8º R. A. — Pouso Alegre, Cap. Martins Penha.
 11º R. A. — Campo Grande, Cap. Eloy S. Medeiros.
 4.º G. Ob. — Jundiáhy, Tte. Thales Villas Boas.
 5º G. Ob. — Margem Taquary, 1º Ten. Argemiro Dornelles.
 16.º Grupo. — Ten. Dr. Alexandre Meyer.
 18.º Grupo. — Bagé, 1º Ten. Salvador Obino.
 19.º G. A. — Valença, Cap. M. C. Arruda.
 VI Reg. — 1º Tte. Octacilio de Abreu.
 Petropolis — 2º Ten. Brocardo Bicudo.
 Guarn. de Alegrete — Ten. P. A. Goes Monteiro.
 S. Gabriel. — 1º Ten. Thimotheo Machado.
 Florianopolis — Cap. Eugenio Taulois.
 Col. Barbacena — 1º Ten. José Martins de Arruda.
 Coll. P. Alegre. — Ten. Zopyro Ourique.
 Coll. Ceará. — Ten. pharm. O. Filgueiras.
 Com. da Carta. — Ten. Tito M. Fernandes.
 II. Reg. — Ten. Albano Falcão.
 Santos — 1º Ten. S. de Mello Cardozo.
 Coritiba — 1º Ten. França Gomes.
 Saycan — C. p. Djalma Cunha.
 Fabr. Piquete — 1º Ten. Espindola do Nascimento.
 Ars. de P. Alegre — Cap. Graciliano P. Fontoura.
 Brigada Militar — P. Alegre, 1º T. Travassos Alves.
 Força Publica de S. Paulo — Cap. Salvador Moya.
 Força Pub. de Matto Grosso — Cap. Firmo J. Rodrigues.
 Força Publ. do Paraná. — Cap. J. Busse.

"O grupo mantenedor da A Defeza Nacional reconhece em seus representantes junto aos corpos de tropa, repartições e estabelecimentos militares, merito equivalente ao de seus colaboradores litterarios e o caracter de verdadeiros propagandistas da causa deste orgão, synthetisada em seu titulo." (Art. 1 da Circular n. 6, de 24-5-915.)

O pagamento das assignaturas é adiantado e deve ser effectuado ao mais tardar no segundo mez. Os recibos são expedidos depois do pagamento effectuado. Pagamentos a qualquer representante ou a qualquer dos mantenedores ou a Papelaria Macedo, Rua da Quitanda, 74. Semestre, 5\$000; Anno, 10\$000.